

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ÁDYLLA ALVES DE VASCONCELOS

**As experiências residenciais de Régis Cavalcanti,
Expedito Arruda e Amaro Muniz em João
Pessoa/PB nos anos 1980.**

João Pessoa
Junho, 2022

Ádylla Alves de Vasconcelos

**As experiências residenciais de Régis
Cavalcanti, Expedito Arruda e Amaro Muniz
em João Pessoa/PB nos anos 1980.**

Trabalho Final de Graduação apresentado como parte dos requisitos para obtenção de título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, elaborado sob a orientação da Professora Dra. Maria Berthilde Moura Filha.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V331e Vasconcelos, Ádylla Alves de.

As experiências residenciais de Régis Cavalcanti, Expedito Arruda e Amaro Muniz em João Pessoa/PB nos anos 1980 / Ádylla Alves de Vasconcelos. - João Pessoa, 2022.

115 f. : il.

Orientação: Maria Berthilde Moura Filha.
Monografia (Graduação) - UFPB/CT.

1. Arquitetura residencial. 2. Registro. 3. João Pessoa. 4. Anos 1980. I. Moura Filha, Maria Berthilde. II. Título.

UFPB/CT/BSCT

CDU 72(043.2)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é a reunião e o resultado de esforços que não foram apenas meus, mas também de meus pais, meus amigos e todos que estiveram comigo durante o trajeto.

À Nossa Senhora da Conceição, que me permitiu viver e realizar meu sonho, que sempre ouviu todos meus pedidos e que, mesmo em momentos de desespero, levou minhas preces a seu Filho.

No caminho que tracei dentro da Universidade, muitos professores me ajudaram, me inspiraram e criaram lembranças que levarei comigo. Agradeço com carinho especial à Berthilde, minha orientadora, com quem tive a honra de trabalhar não só na construção deste trabalho, mas também em três anos de projeto de extensão. Professora, soube que a queria como orientadora desde a primeira aula que tive com a senhora. Obrigada.

Dizem que quem anda sozinho chega mais rápido, mas quem tem amigos chega mais longe. E não cheguei até aqui sozinha. Agradeço aos meus amigos da graduação e (em breve) arquitetos, que transformaram as noites viradas fazendo trabalhos em diversão, risadas e boas memórias: Lívia, Maria Clara e Júnior (que esteve comigo inclusive na realização deste trabalho, me ajudando a abrir as várias caixas do Arquivo Central). Obrigada por fazerem parte da minha vida.

Além destes novos, agradeço aos amigos antigos, que estão comigo antes mesmo da Universidade e continuam até hoje: Abigail, Camila, Luana, Fernanda, Rodrigo, Thaynara e Stênia. Amo vocês!

Gratidão à toda equipe do Arquivo Central: Aurora, George, Tati, Manoel, Seu Antônio, Dona Lúcia, e todos os outros. Os dias que passei fazendo esta pesquisa não teriam sido tão agradáveis se não fosse por vocês.

Agradeço também aos arquitetos Expedito, Régis e Amaro que ajudaram na construção deste trabalho, pela cordialidade, disponibilidade e paciência.

Deixo aqui também registrado meu agradecimento ao meu namorado, Filipe, que sempre consegue encontrar soluções para os mais variados problemas. Querido, sem você para dividir as alegrias a vida não seria a mesma, nada teria graça. Obrigada pelo suporte.

Por último, agradeço à minha amada família - meus pais, Amilton e Mauricélia, meus irmãos, Ádria e Júnior, todas minhas tias e tios, primas e primos - por me apoiarem e estarem ao meu lado desde sempre. Sem vocês não seria metade de quem sou.

RESUMO

Em meados da década de 1980, a cidade de João Pessoa passa por um processo de renovação dos arquitetos que nela atuavam. Enquanto alguns deixavam a cidade, ou encerravam suas atividades, outros chegavam e mudavam o quadro da produção conhecida até então. Observando esse contexto, o presente Trabalho Final de Graduação volta seu olhar para a arquitetura residencial unifamiliar produzida durante aquele decênio por três arquitetos que então despontaram no mercado local: Régis Cavalcanti, Expedito Arruda e Amaro Muniz. Para isso, busca-se, primeiramente, compreender a cidade e o processo de expansão pelo qual passava naquele momento, com especial atenção para o impacto da abertura da Avenida Epitácio Pessoa, que levou ao surgimento de novos bairros na capital paraibana. Complementa-se esta narrativa com o contexto histórico, social e econômico vivenciado no país, naquela época. Todos esses dados contribuem para apreender qual foi a conjuntura encontrada pelos arquitetos recém-chegados na capital, nos anos 1980, e como estes se inseriram naquele mercado de trabalho. Por fim foi tomada a residência como objeto de estudo e, através de pesquisa bibliográfica e documental, foram identificados e sistematizados os projetos aprovados para construção, nesse período, com o intuito de registrar e caracterizar a produção arquitetônica dos três profissionais em foco, considerando tal acervo expressivo para compreensão do quadro da arquitetura em João Pessoa nos anos 1980.

Palavras chaves: Arquitetura residencial; Registro; João Pessoa; Anos 1980.

ABSTRACT

In the mid-1980s, the city of João Pessoa underwent renovation in its staff of architects working until then. While others left the town or ended their activities, others arrived here and changed the ideas of production known until then. This final paper focuses on the single-family residential architecture produced during this decade by three architects who emerged in the local market: Régis Cavalcanti, Expedito Arruda, and Amaro Muniz. For this, we sought, first, to understand the importance and impact of the opening of Avenida Epitácio Pessoa, which led to the emergence of new neighborhoods in the capital of Paraíba, in addition to understanding the scenario and the historical, social, and economic context experienced at that time. Then, we sought to comprehend the newly arrived architects' situation in the capital and how they got inserted into the job market. Finally, we took the house as a focal object. Through research and apprehension of projects approved in this period, we systematized the information found to register and characterize the architectural production.

Keywords: Residential architecture; Record; João Pessoa; 1980s.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro de arquitetos atuantes na Paraíba entre os anos 1930 e 1970.....45

Quadro 2: Quadro de arquitetos atuantes na Paraíba entre os anos 1950 e 1980.....48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Trabalhos que tiveram a residência paraibana como foco e seus respectivos recortes.....14

Tabela 2: Crescimento populacional em João Pessoa entre 1920 e 1980.....34

Tabela 3: Número de residências encontradas por ano e por arquiteto.....66

Tabela 4: Número de residências encontradas por ano e por arquiteto após o recorte.....84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produção das residências por arquiteto e por ano.....68

Gráfico 2: Incidência de casas por bairro.....80

Gráfico 3: Tipos de recursos utilizados para construção das residências.....81

Gráfico 4: Percentual de residências por Padrão de Construção.....83

Gráfico 5: Áreas dos lotes, 1980.....84

Gráfico 6: Áreas dos lotes, 1981.....84

Gráfico 7: Áreas dos lotes, 1982.....85

Gráfico 8: Áreas dos lotes, 1983.....85

Gráfico 9: Áreas dos lotes, 1984.....85

Gráfico 10: Áreas dos lotes, 1985.....85

Gráfico 11: Áreas dos lotes, 1986.....85

Gráfico 12: Áreas dos lotes, 1987.....85

Gráfico 13: Áreas dos lotes, 1988.....85

Gráfico 14: Áreas dos lotes, 1989.....85

Gráfico 15: Áreas construídas, 1980.....91

Gráfico 16: Áreas construídas, 1981.....91

Gráfico 17: Áreas construídas, 1982.....91

Gráfico 18: Áreas construídas, 1983.....91

Gráfico 19: Áreas construídas, 1984.....91

Gráfico 20: Áreas construídas, 1985.....91

Gráfico 21: Áreas construídas, 1986.....92

Gráfico 22: Áreas construídas, 1987.....92

Gráfico 23: Áreas construídas, 1988.....92

Gráfico 24: Áreas construídas, 1989.....92

Gráfico 25: Tipos de estrutura de elevação utilizados de 1980 a 1989.....98

Gráfico 26: Tipos de estrutura da cobertura utilizados de 1980 a 1989.....101

Gráfico 27: Tipos de cobertura utilizados de 1980 a 1989.....102

Gráfico 28: Tipos de revestimento utilizados de 1980 a 1989.....105

Gráfico 29: Tipos de pintura utilizados de 1980 a 1989.....106

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa de João Pessoa e localização das residências.....77

Mapa 2: Distribuição das residências por arquiteto.....78

Mapa 3: Distribuição das residências por padrão construtivo.....79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta da Cidade da Parahyba levantada em 1855 por Alfredo de Barros e Vasconcelos, 1º Tenente do Corpo de Engenheiros.....18

Figura 2: Planta da Cidade de João Pessoa contida no Código de Urbanismo de 1976.....23

Figura 3: Avenida Epitácio Pessoa, no final dos anos 1950. À direita, no final do platô o bairro Miramar; também à direita, mais ao centro, o bairro dos Expedicionários.....24

Figura 4: Avenida Epitácio Pessoa, no final dos anos 1950, já pavimentada, com a praia de Tambaú ao fundo.....24

Figura 5: O Jornal A União, no dia 16 de Março de 1950, divulgava o mais novo bairro da capital.....25

Figura 6: Planta Baixa do Jardim Miramar, quadras 12, 17 e 18. Lotes do tipo “E – Sobrado” virados todos para a Avenida Epitácio Pessoa, indicando que a Avenida seria ocupada por construções de grande porte.....25

Figura 7: Bairro dos Estados, na década de 1950, ainda pouco ocupado.....27

Figura 8: Bairros que fazem delimitação com a Avenida Epitácio Pessoa29

Figura 9: Capa da revista Veja, Ed. ed. 913, 05 de Março de 1986.....31

Figura 10: A revista Módulo anuncia mudança no formato e aumento de 100% da tiragem. Nº 55, setembro de 1979.....32

Figura 11: Terminal Rodoviário de João Pessoa, 1979.....36

Figura 12: Espaço Cultural José Lins do Rego em fase de conclusão da obra.....36

Figura 13: Viaduto Damásio Franca, entre 1969 e 1970. Praça Vidal de Negreiros depois da intervenção.....37

Figura 14: Imagens aéreas do Viaduto Miguel Couto.....38

Figura 15: Palácio da Secretária da Fazenda, de Clodoaldo Gouvêa (DVOP), 1933.....41

Figura 16: Esporte Clube Cabo Branco, 1955.....43

Figura 17: Farol de Cabo Branco, 1971.....44

Figura 18: Arquiteto Régis Cavalcanti.....51

Figura 19: Planta baixa de residência do Sr. Gustavo de Almeida, com jardim interno na sala de estar/jantar.....53

Figura 20: Planta baixa de residência do Sr. José Will, com jardim interno entre a área de serviço e a cozinha.....54

Figura 21: Arquiteto Expedito Arruda.....55

Figura 22: Residência Haroldo Coutinho de Lucena, Expedito Arruda, de 1979.....56

Figura 23: Croqui da Residência Ary Carneiro Vilhena, Expedito Arruda, de 1988.....57

Figura 24: Residência Ary Carneiro Vilhena, Expedito Arruda, em 2010.....58

Figura 25: Arquiteto Amaro Muniz.....56

Figura 26: Obras assinadas por Amaro Muniz na Pré-Bienal.....60

Figura 27: Casa de Padrão Construtivo “normal”, de Régis Cavalcanti, 1982, do Sr. Antonio Ribeiro.....70

Figura 28: Casa de Padrão Construtivo “normal”, de Amaro Muniz, 1982, para Radier Construções e Incorporações.....71

Figura 29: Casa de Padrão Construtivo “alto”, de Expedito Arruda, 1981, do Sra. Severino Carneiro.....72

Figura 30: Casa de Padrão Construtivo “alto”, de Expedito Arruda, 1982, do Sr. Euclides Lima.....73

Figura 31: Casa de Padrão Construtivo “luxo”, de Expedito Arruda, 1984, do Sr. Francisco Valdir.....74

Figura 32: Casa de Padrão Construtivo “luxo”, de Régis Cavalcanti, 1986, do Sr. Getúlio Soares.....75

Figura 33: Residência de Salomão Almeida, de 1986 sem a marcação do esquema financeiro utilizado.....82

Figura 34: Residência de Yoshinori Kawabe, de 1984, com recursos obtidos através de financiamento parcial.....82

Figura 35: Residência de Cícero Lucena Filho, de 1983 com utilização de recursos próprios.....82

Figura 36: Planta de locação e cobertura da casa com 215m², localizada no bairro Tambauzinho, projeto de Régis Cavalcanti, de 1984.....87

Figura 37 (esq.): Planta de locação e cobertura da residência com 481m², projeto de Amaro Muniz, de 1988.....88

Figuras 38 e 39: Fachadas da residência com 481m², projeto de Amaro Muniz, de 1988.....88

Figura 40: Planta de cobertura e locação da residência com 241m², projeto de Expedito Arruda.....90

Figura 41 (esq.): Planta de cobertura e locação da residência com 849m², projeto de Régis Cavalcanti, de 1989.....93

Figura 42 (dir.): Fachadas Sul e Norte da residência de 849m², de Régis Cavalcanti, 1989.....93

Figura 43: Fachadas Leste e Oeste da residência de 849m², de Régis Cavalcanti, 1989.....94

Figura 44 (esq.): Planta de cobertura e locação da residência com 175m², projeto de Expedito Arruda, de 1985.....96

Figura 45 e 46 (dir.): Fachadas Leste e Norte da residência com 175m², projeto de Expedito Arruda, de 1985.....96

Figura 47Fachadas de residência que teve a alvenaria simples como única estrutura de elevação, de Régis Cavalcanti, 1984.....99

Figuras 48 e 49: Fachadas de residência que teve o concreto armado como única estrutura de elevação, de Régis Cavalcanti, 1988.....100

Figuras 50 e 51: Cortes e fachadas de residência que utilizou a lajeota planta e a telha cerâmica como soluções projetuais. Projeto de Expedito Arruda, de 1986.....103

Figuras 52: Croqui de perspectiva da residência do Sr. Antônio Ciraulo, projeto de Expedito Arruda, de 1986.....104

Figura 53: Fachadas da residência do Sr. Fernando Antônio, projeto de Expedito Arruda, de 1985.....107

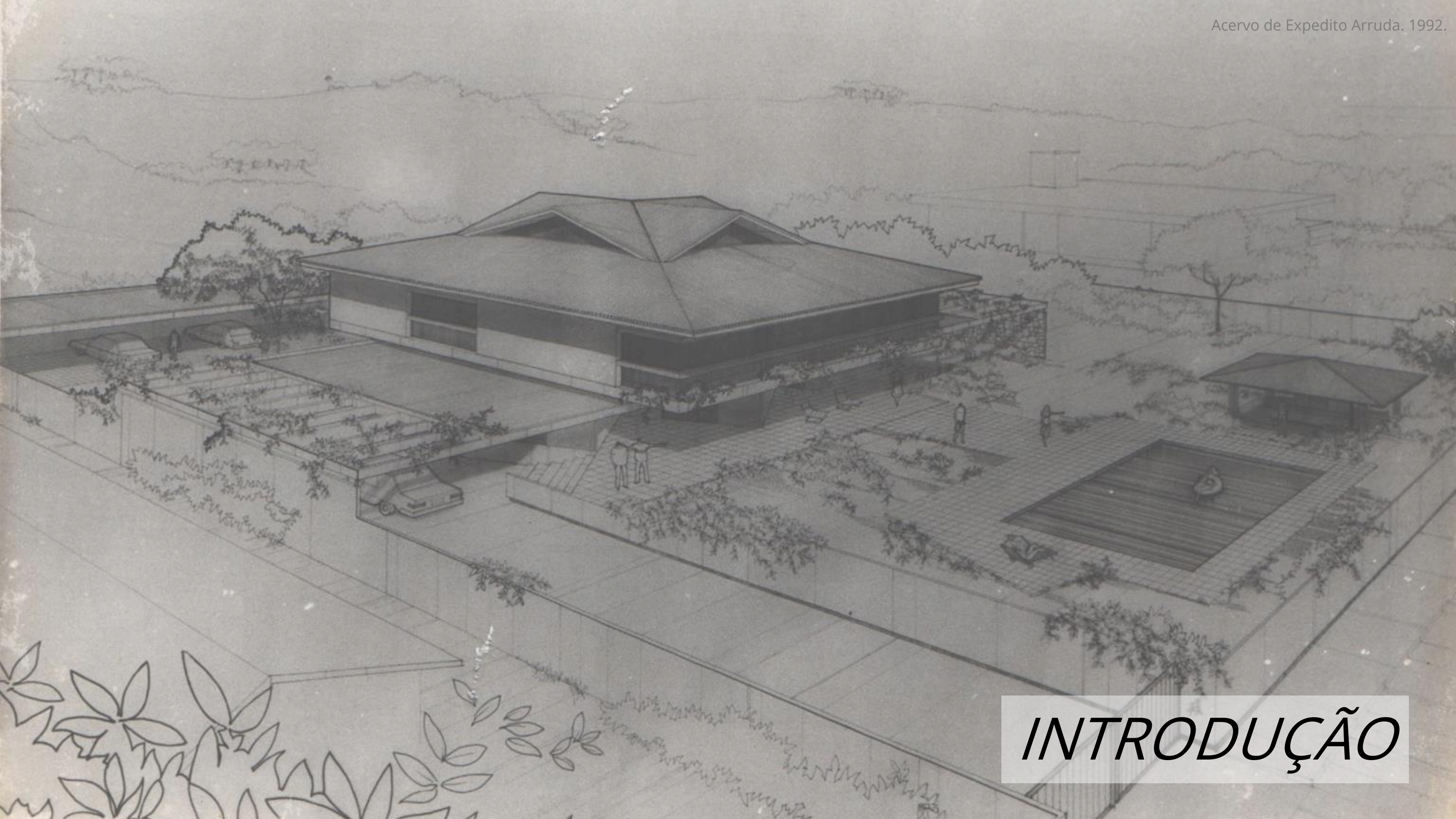
Figura 54: Croqui de perspectiva da residência do Sr. Fernando Antônio, de autoria de Expedito Arruda (1985).....108

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

- BNH.** Banco Nacional de Habitação
- CURA.** Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada
- FCP.** Fundação Casa Popular
- IPASE.** Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado
- IAP.** Institutos de Aposentadoria e Pensões
- IBGE.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PMJP.** Prefeitura Municipal de João Pessoa
- SFH.** Sistema Financeiro de Habitação
- SEPLAN.** Secretaria de Planejamento
- UFPB.** Universidade Federal da Paraíba
- UFPE.** Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

Introdução.....	10
01. João Pessoa: uma cidade em expansão.....	17
1.1. <i>A Avenida Epitácio Pessoa: novos bairros e lugares para morar.....</i>	<i>20</i>
1.2. <i>O contexto histórico, social e econômico dos anos 1980.....</i>	<i>29</i>
02. O quadro de arquitetos paraibanos.....	39
2.1. <i>Anos 1980: uma nova era de arquitetos.....</i>	<i>46</i>
03. Três arquitetos e seus projetos para residências: entre experiências e a realidade do lugar.....	63
3.1. <i>Identificação do universo da pesquisa.....</i>	<i>64</i>
3.2. <i>As residências e a cidade: mapeando o acervo edificado.....</i>	<i>68</i>
3.3. <i>As residências: caracterizando a produção da década de 1980.....</i>	<i>83</i>
Considerações finais.....	107
Referências bibliográficas.....	113
Apêndice [1].....	116
Anexo [1].....	118



INTRODUÇÃO

Neste trabalho, foram estudadas as experiências residenciais¹ na cidade de João Pessoa nos anos 1980, experiência esta que, sem imprimir um sentido de “evolução”, foi entendida como parte de um processo social, formal e arquitetônico, processo esse idealizado, desenvolvido e executado ao longo de anos. Considerando o recorte temporal citado - os anos 1980 -, optou-se por trabalhar com as residências projetadas por três arquitetos que, na época, se destacavam no cenário local: Régis Cavalcanti, Expedito Arruda e Amaro Muniz. Eles chegaram em João Pessoa na segunda metade da década de 1970, recém-formados pela Universidade Federal de Pernambuco, e acabaram se radicando na capital paraibana tendo uma produção relevante na década seguinte.

O termo “experiência”, utilizado no título do presente trabalho, vem do latim *experientia*, e quer dizer “conhecimento obtido através de tentativas repetidas”. Segundo o dicionário Aurélio (2010), trata-se de um “conhecimento ou aprendizado obtido através da prática ou da vivência”. Este termo, utilizado no título, remete a um resultado de

conhecimentos práticos, de repetições, mas é importante ressaltar que esse processo é resultado, também, de toda uma formação teórica, já que aqui tratamos de arquitetos com formação acadêmica.

O presente trabalho surge da curiosidade sobre a tipologia residencial e suas diferentes expressões na década de 1980 – decênio em que houve uma espécie de renovação do quadro de arquitetos atuantes na cidade de João Pessoa. Mais do que isso, busca-se compreender o tipo de produção e agregar conhecimento sobre a história da arquitetura no estado da Paraíba, num período ainda pouco explorado e que pouco aparece na historiografia.

Segundo Santos (2014), a produção arquitetônica local, mesmo entre os anos de 1940 a 1960, quando a arquitetura moderna brasileira era reconhecida internacionalmente, pouco é debatida e explorada em livros, periódicos e revistas de circulação nacional. Essa falta de documentação ameaça a memória de toda uma coletividade, seja entre aqueles que produziram tal arquitetura, seja entre outros que conviveram cotidianamente com esses edifícios presentes nas ruas da

¹ O termo “residência”, utilizado ao longo deste trabalho, refere-se a projetos de habitação unifamiliar.

capital e hoje já não reconhecem a paisagem, visto que os edifícios legados pelo modernismo vêm sendo descaracterizados ou demolidos com frequência.

Apesar disso, nos últimos anos tem-se visto um crescente número de pesquisas acadêmicas cujo objeto principal de estudo é a produção arquitetônica residencial paraibana, especialmente em João Pessoa. Tais estudos, aos poucos, vão preenchendo o na historiografia da arquitetura local, cada um em seu recorte e abordagem, facilitando o entendimento do panorama arquitetônico paraibano, além de permitir enfoques mais específicos sobre o tema. Dentre estes trabalhos, um dos mais recentes e de maior abrangência teve por título "Entre o Rio e o Mar: Arquitetura Residencial em João Pessoa", organizado por Moura Filha, Cotrim e Cavalcanti Filho (2016), que compila as produções desde o período colonial até o século XXI.

Além deste, outros estudos também vêm surgindo nos últimos anos, em particular tratando da produção modernista. Em seu trabalho de dissertação, Pereira (2008) menciona residências

modernistas entre as décadas de 1950 e 1970, apesar de não focar no programa residencial especificamente. Já Araújo (2010), tratou exclusivamente da produção moderna residencial unifamiliar nos anos 1970, identificando processos construtivos e partidos arquitetônicos. Em sua análise, enfatizou que a atuação de novos arquitetos, somada às mudanças de postura dos antigos profissionais, culminou numa produção diversificada da arquitetura local, embora ainda atrelada às experiências nacionais (ARAÚJO, 2010).

Costa (2011), ao analisar as casas modernas na orla marítima de João Pessoa, entre 1960 e 1974, propôs-se a compreender que características evidenciam essa modernidade e qual a natureza delas – programáticas, estéticas e construtivas –, identificando em que medida essa produção se aproximou ou se afastou da propaganda pela bibliografia especializada. Um ano depois, Aldrigue (2012) fez um estudo sobre a configuração espacial das residências unifamiliares dos anos 1970 em João Pessoa, compreendendo e analisando-as através de dois aspectos: o invólucro construído e sua organização espacial, isto é,

seu exterior e seu interior e como aconteciam as relações entre ambos. Já Galvão (2012) em sua dissertação sobre a casa (moderna) brasileira, estudou a difusão da arquitetura moderna em João Pessoa, entre as décadas de 1950 e 1960, através de revisões bibliográficas, a fim de identificar a noção de casa moderna em cada um dos títulos. Também observou o contexto, as ideias, os projetos e, por fim, a participação da imprensa local na definição da produção residencial moderna.

Por sua vez, Costa (2017) teve a residência como objeto de estudo e, tomando a Avenida Epitácio Pessoa como recorte espacial, analisou o que denominou de “residências híbridas” construídas entre as décadas de 1960 e 1970, propondo caracterizar a relação lugar, projetista e cliente. Afonso (2016), também tomando a Avenida Epitácio Pessoa como centro de seu estudo, analisou os materiais e as técnicas construtivas empregados na produção das casas. Além destas pesquisas, como mencionado anteriormente, a casa foi objeto de

estudo em trabalhos que abordaram a obra de arquitetos específicos, como fizeram Melo (2013) e Afonso (2019) que estudaram, respectivamente, as produções de Acácio Gil Borsoi² e Mário Di Lascio³.

Esta revisão da literatura demonstra que a residência, enquanto objeto de estudo, foi explorada a partir de diferentes inquietações, mas também evidencia uma lacuna historiográfica, com um recorte temporal ainda pouco abordado: a década de 1980. O quadro 1 nos mostra um apanhado dos últimos trabalhos que tiveram a residência paraibana como ponto focal de estudo e quais os recortes temporais selecionados para pesquisa, evidenciando ainda mais ausência.

² Em seu estudo sobre as casas de Gil Borsoi, Melo (2013) pretende identificar as características arquitetônicas dos projetos através de 7 parâmetros: projeto e contexto, acessos e circulação, setorização, volumetria, adequação climática, estrutura e materiais.

³ Afonso (2019) propõe-se a analisar os modos como soluções projetuais preexistentes e “tradicionais” se relacionam com as renovações acarretadas pelo modernismo na arquitetura residencial concebida por Mário Di Lascio

Tabela 1: Trabalhos que tiveram a residência paraibana como foco e seus respectivos recortes

Trabalho	Recorte temporal
Pereira (2008)	1956 a 1974
Araújo (2010)	Anos 1970
Costa (2011)	1960 a 1974
Aldrigue (2012)	Anos 1970
Galvão (2012)	Anos 1950 e 1960
Melo (2013)	1953 a 1979
Afonso (2016)	1942 a 1976
Costa (2017)	1961 a 1975
Afonso (2019)	1957 a 1979

Fonte: Elaborado pela autora.

Perante os resultados obtidos com essa revisão bibliográfica, tomou-se como principal objeto de estudo da presente investigação as residências unifamiliares construídas nos anos 1980, por se constatar ser um período ainda pouco abordado na historiografia. Optou-se, também, por trabalhar com as residências projetadas pelos já

mencionados arquitetos que, na época, se destacavam no cenário local: Régis Cavalcanti, Expedito Arruda e Amaro Muniz.

Como a contratação de arquiteto era, até então, um certo privilégio característico de famílias mais abastadas, as residências aqui apresentadas encontram-se naqueles bairros que eram, à época, nobres para a cidade como Expedicionários, Bairro dos Estados, Miramar, Tambauzinho e Bessa. Estes bairros tinham ligação direta com a praia a partir da importante Avenida Epitácio Pessoa, tornando-se o recorte espacial do trabalho.

Para além da já identificada lacuna nas pesquisas sobre a arquitetura residencial em João Pessoa, este estudo se justifica diante da constante mudança na cidade, onde o mercado imobiliário e o descaso para com a memória levam à demolição e descaracterização dessas residências, ameaçando a existência de um patrimônio modernista que pode relatar um tempo importante da história de João Pessoa. Assim, acredita-se ser importante manter a memória desse tempo, se não com os próprios edifícios enquanto documentos, pelo

menos através da documentação que ainda nos permite entender a produção da arquitetura residencial no recorte temporal em foco. Logo, de forma geral, o principal objetivo da pesquisa é o registro e a caracterização dessas residências unifamiliares edificadas nos bairros já mencionados, à luz das obras de Régis Cavalcanti, Expedito Arruda e Amaro Muniz, entre os anos 1980 e 1989, datas que correspondem à edificação mais antiga e mais recente encontradas na pesquisa.

Quanto aos objetivos específicos, propõe-se aqui: (a) compreender o contexto da produção dessa arquitetura, em particular o cenário social em que foi produzida; (b) registrar essa produção arquitetônica, mapeando-a na cidade; (c) identificar a ocorrência de elementos singulares entre as obras dos referidos arquitetos, que caracterizem a produção da década de 1980.

Para isso, o trabalho foi estruturado segundo cinco etapas metodológicas: [1] pesquisa e revisão bibliográfica, com títulos pertinentes à arquitetura moderna em João Pessoa e, também, sobre o contexto urbano e social da cidade no recorte temporal estudado;

[2] coleta de dados, visando a identificação da produção dos referidos arquitetos, tendo por principal fonte de pesquisa o Arquivo Central da Prefeitura Municipal⁴; [3] entrevistas com os arquitetos, visando coletar informações sobre suas trajetórias profissionais; [4] sistematização dos dados, e mapeamento da arquitetura residencial produzida pelos três arquitetos nos anos 1980; e por fim, [5] apresentação e discussão dos resultados.

Os resultados obtidos foram organizados em três capítulos. No capítulo um [**João Pessoa: uma cidade em expansão**] o objetivo é compreender, de forma breve, como João Pessoa havia se expandido e desenvolvido ao longo do tempo. O capítulo está dividido em dois subtópicos: (a) **a Avenida Epitácio Pessoa: novos bairros e lugares para morar**, em que se observa a importância que a Avenida ganhou para criação de loteamentos e bairros onde as residências foram construídas; e (b) **o contexto histórico, social e econômico dos anos 1980**, analisando como a cidade de João Pessoa e o Brasil se encontravam nos anos 1980, a fim de compreender o cenário no qual

⁴ O Arquivo Central da PMJP é o local onde estão cadastrados e catalogados os processos de construção solicitados e executados na cidade de João Pessoa. O levantamento para realização do presente trabalho, feito em 2022, encontrou um total de 154 projetos, edificados entre os anos 1980 e 1989.

ocorreu tal produção arquitetônica. Essa contextualização apoiou-se nas pesquisas de Vidal (2004), Moura Filha, Cotrim e Cavalcanti Filho (2016), Coutinho (2004), Silveira (2004), Martins (2014) e Trajano Filho (2016).

O segundo capítulo [**O quadro de arquitetos paraibanos**], do qual se deriva apenas um subtópico, '**Anos 1980: uma nova era de arquitetos**', propõe-se a compreender o quadro dos profissionais atuantes na capital, qual o cenário encontrado por estes, e como se deu a chegada de novos profissionais na segunda metade da década de 1970. Nesse momento, a discussão apoiou-se nos trabalhos de Pereira (2008), Araújo (2010) e Santos (2014), além de entrevista com os arquitetos estudados na pesquisa.

Por fim, o terceiro capítulo [**Três arquitetos e seus projetos para residências: entre experiências e a realidade do lugar**] é produto da pesquisa realizada no Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa, onde no setor de Construção estão arquivados os processos para aprovação de projetos, submetidos à prefeitura entre os anos

1980 à 1989. Nele foram analisadas as residências segundo sua localização na cidade - a fim de compreender as preferências quanto aos bairros -, sua implantação e área construída além dos materiais e técnicas construtivas utilizados. Estas análises foram feitas de forma predominantemente quantitativa, carecendo aprofundar em um viés mais crítico, visto que o tempo para desenvolvimento do trabalho e o ineditismo da pesquisa não possibilitaram maior avanço.



1 *JOÃO PESSOA: UMA CIDADE EM EXPANSÃO*

A capital paraibana, então Filipéia no século XVI, desde sua fundação em 1585, crescia a passos lentos e vagarosos (VIDAL, 2004), tendo como principal ponto de acesso o Rio Sanhauá. Indo além da área do Varadouro, subindo a encosta, situava-se o núcleo principal da cidade que era estruturado basicamente por duas ruas principais: Nova e Direita, derivando entre elas o restante do povoamento (MOURA FILHA, 2016). Observando a Planta da Cidade da Parahyba (figura 01), do ano de 1858, é possível notar que esta distribuição - cidade alta e cidade baixa - permanece na malha urbana durante o século XIX, sendo também as áreas mais ocupadas até então.

Segundo Maia (2016), é a partir do século XIX, com a economia do algodão e o surgimento de novos ideários de modernidade que a cidade sofre algumas transformações norteadas pelo discurso político de embelezar, regularizar e higienizar. Entretanto, as medidas iniciais de melhoramento tinham caráter mais normativo do que de intervenção física. Afirma Maia (2016, p. 101) que:

Figura 1: Planta da Cidade da Parahyba levantada em 1858 por Alfredo de Barros e Vasconcelos, 1º Tenente do Corpo de Engenheiros



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

A Cidade da Parahyba ao final do século XIX começou a ser alvo de algumas alterações: ruas foram alargadas, calçadas e iluminadas; praças foram urbanizadas; trilhos instalados para circulação dos bondes. Essas mudanças reproduzem a ideia que então dominava o mundo: a de “cidade nova”, ou melhor, de cidade moderna.

Apesar das mudanças feitas – alargamento, arborização e limpeza de diversas ruas, implementação de iluminação pública (ainda à querosene) e de transportes públicos –, “a capital paraibana ingressou no século XX em descompasso com os ventos de modernização urbana” (VIDAL, 2004, p. 18), sendo as principais melhorias feitas somente a partir de 1910, com a implantação do serviço de abastecimento de água (1912), o fornecimento de energia elétrica (1912), o bonde elétrico (1914) e o saneamento (1926). Para Vidal (2004), estas foram as primeiras medidas do poder público com o intuito de alinhar a capital paraibana com o progresso, cujo modelo a ser seguido era a capital federal: o Rio de Janeiro.

Essa modernização tem seu auge nos anos 1920, década marcada por maiores investimentos na cidade, convertendo-a em um “grande

canteiro de obras” (VIDAL, 2004, p. 22):

O processo de modernização, que vinha se delineando timidamente no início do século XX, encontrou nos anos 20 seu momento de culminância. Paralelamente à execução de obras do saneamento foram realizadas outras, tais como: correções de alinhamento, alargamento das principais vias, abertura das ruas, ligação entre ruas existentes (mais de 1.900 m de extensão) e embelezamento de trechos degradados, às custas, muitas vezes, de inúmeras desapropriações e demolições.

As melhorias implementadas na cidade perduram com grande força até por volta dos anos 40 e, nesse momento, a capital já havia se expandido para além do antigo núcleo principal. Esse processo de modernização e expansão se mostrou marcante no projeto que o urbanista Nestor de Figueiredo apresenta para a cidade, concebido a partir da ideia que havia uma cidade existente - o núcleo inicial, e a proposição de uma cidade futura que cresceria na direção leste, indo para o mar. Esse foi o primeiro ensaio de expansão da malha urbana de João Pessoa, viabilizado depois com a abertura de uma avenida que abria definitivamente o caminho para o mar: a Epitácio Pessoa.

Entender o processo de formação desta avenida e dos bairros que

surgiram em seu entorno é fundamental, de modo a contextualizar os espaços urbanos onde estão situadas muitas das residências a serem estudadas na presente pesquisa.

A Avenida Epitácio Pessoa: novos bairros e lugares para morar

A Avenida Epitácio Pessoa, idealizada no governo de Camilo de Holanda (1916-1920) e aberta oficialmente em 1920, representou a primeira ligação mais direta entre o núcleo inicial da cidade, próximo ao Rio Sanhauá, e a área litorânea. Desenhada como um eixo leste-oeste, com 30 metros de largura e 5 quilômetros de extensão, essa avenida iniciava na Usina da Cruz do Peixe e seguia até o Oceano Atlântico. Mesmo diante de sua importância na ligação entre a cidade e a faixa litorânea – até então um lugar de pescadores e veranistas –, o trecho era precário e, quando aberto oficialmente, quatro problemas já surgiram como pendências. Segundo Coutinho (2004, p. 110):

O início da nova via se confundia com o término da Estrada de Tambiá; a forte inclinação da descida do platô para a planície litorânea no seu trecho final que dificultava o trânsito dos veículos; a fragilidade da ponte sobre o Rio Jaguaribe [...], e finalmente a precariedade dos aterros feitos nas margens do rio [...].

Esses problemas só começam a ser sanados em 1930, após a desapropriação de uma quadra, ligando a avenida à Praça da Independência, conseguindo-se, assim, uma entrada mais imponente para ela, passando a atrair construções de porte, como o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, além de algumas residências (COUTINHO, 2004). Os outros problemas começaram a ser solucionados a partir de 1933, como elenca Coutinho (2004, p. 111):

Foram feitos cortes no platô com o objetivo de diminuir a inclinação do terreno em direção ao Rio Jaguaribe. Com o material retirado do corte do barranco foi possível aterrar as margens do rio, diminuindo o vão a ser vencido pela ponte. Essa nova ponte e a correção da inflexão do traçado, na margem oposta, foram feitas sob o governo de Argemiro de Figueiredo em 1936. Dessa forma pode-se dizer que as bases para a formação da paisagem da Epitácio Pessoa estavam concluídas, pois definiu-se todo o traçado, e as condições para a sua circulação passaram a existir de maneira satisfatória.

Segundo Costa (2017, p. 7), pouco a pouco, os antigos sítios que se localizavam ao longo da avenida, deram lugar aos loteamentos e à construção de residências e, à medida que se valorizavam, essas novas áreas atraíam uma população de classe média e alta. É entre as

décadas de 1930 e 1940 que se delimita um primeiro momento de mais intensa ocupação da Avenida, ainda dispersa mas já relevante, com áreas de maior adensamento no bairro da Torre e, no extremo oposto, no bairro de Tambaú, onde existiam as casas e comunidades de pescadores e algumas residências de veraneio de famílias mais abastadas (AFONSO, 2016).

Assim, após a abertura da Avenida Epitácio Pessoa, as três décadas subsequentes correspondem a um período de consolidação de seu traçado. Segundo Coutinho (2004), no intervalo de 1936 até 1970, a ocupação é representada em grande parte por residências, e o bairro da Torre, desde 1920, apresenta-se como ponto de apoio a essa ocupação.

O bairro da Torre era de propriedade do Sr. Manoel Deodato, foi comprada por seu antigo administrador, Joaquim Torres, e teve sua área urbanizada entre os anos 1937 e 1938, derivando-se daí o nome do bairro (SILVEIRA, 2004). Seus primeiros moradores eram migrantes do sertão, fugidos das grandes secas, e suas primeiras construções

eram casas simples, muitas delas de taipa. De acordo com Silveira (2004), a Torre foi um dos primeiros conjuntos habitacionais construídos em João Pessoa pela FCP (Fundação Casa Popular), com casas destinadas predominantemente para classe média⁵.

No extremo oposto da Avenida Epitácio Pessoa estava a orla marítima, ainda com residências dispersas, concentradas nas primeiras quadras, mas que aos poucos deixaram de ser apenas para veraneio, dando lugar a moradias definitivas (COUTINHO, 2004).

A lenta e dispersa ocupação das margens da Epitácio Pessoa se estende até 1952, quando, no governo de José Américo de Almeida, a avenida recebe pavimentação de paralelepípedos, estimulando sua ocupação habitacional e facilitando o acesso às faixas litorâneas, permitindo também a instalação de bondes e marinetes, levando pessoas à praia tanto por lazer quanto para morar (AFONSO, 2016). Segundo Afonso e Costa (2016, p. 240):

⁵ Por este motivo, o bairro apresentava, por volta do ano de 1982, pouco menos da metade dos seus domicílios na faixa considerada de 'padrão alto e normal' (46,8%) (LAVIERE & LAVIERE, 1992).

Com as melhorias urbanísticas, o percurso começou a valorizar-se rapidamente, transformando-se em palco de novos investimentos e empreendimentos que levaram a uma ocupação mais sistemática da via, atraindo moradores de classes média e alta, seduzidos pela nova infraestrutura e pela proximidade com a praia, espaço de lazer que se tornara mais estimado.

Esses melhoramentos cada vez mais valorizavam a área, propiciando uma maior ocupação do bairro de Tambaú, transformando-o numa área residencial e intensificando, também, a ocupação das margens da avenida, graças aos empreendimentos e loteamentos ao longo da mesma (MARTINS, 2014).

A dominação do espaço, por meio da classe de alta renda e do governo, empreendeu desta forma uma política onde os interesses públicos e privados complementaram-se: os melhoramentos urbanos geraram a valorização das grandes glebas que, por sua vez, foram loteadas e vendidas a um preço alto, apoiando-se nos discursos de cidade modernizada, crescimento urbano e estilo de vida moderno. (MARTINS, 2014, p. 47)

De acordo com Martins (2014), apesar da localização privilegiada e do interesse pela área, a ocupação da Epitácio Pessoa não se deu de forma contínua. Os loteamentos adjacentes foram lançados aos

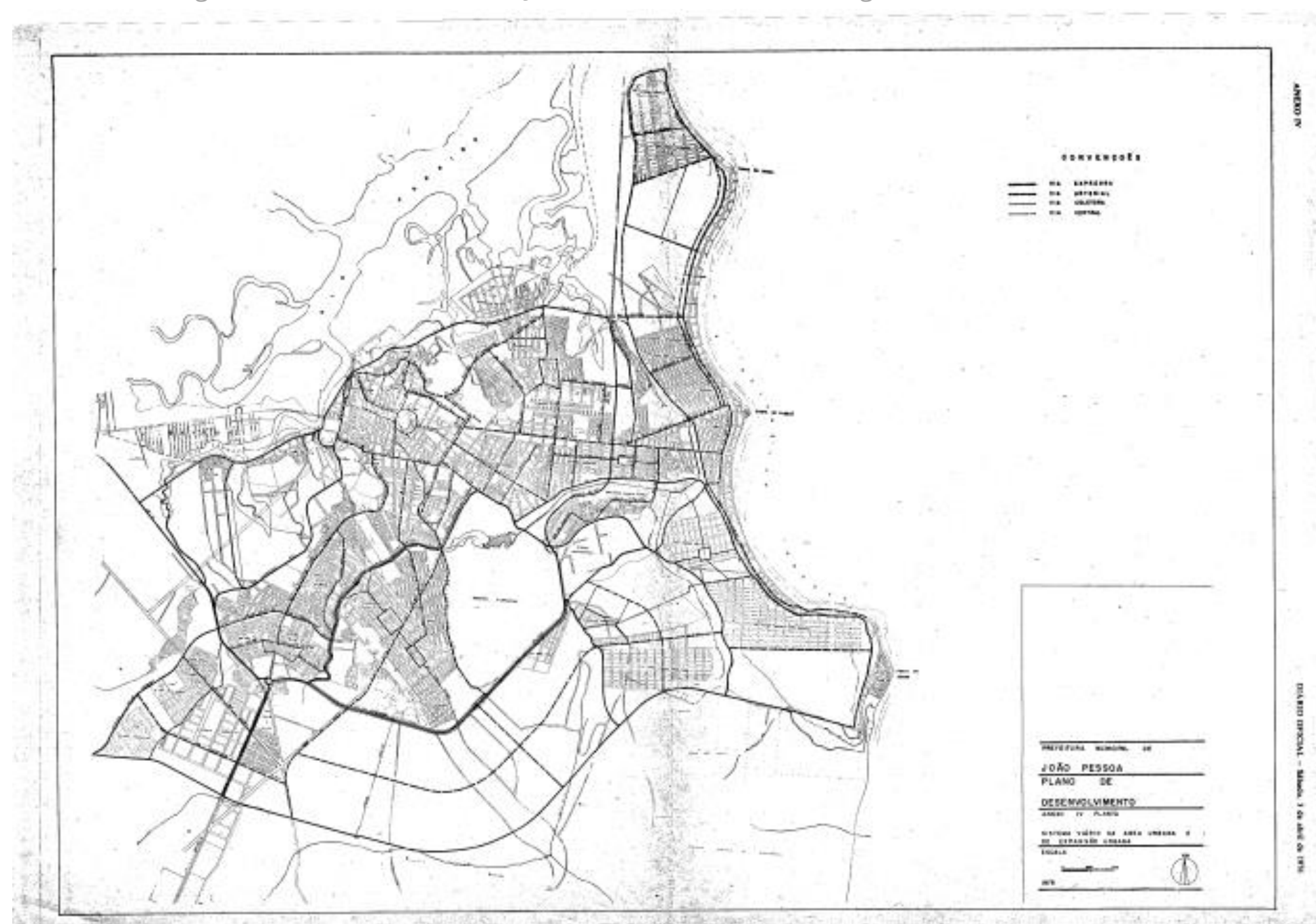
poucos e as novas construções localizavam-se em determinados trechos. Estes loteamentos não possuíam, inicialmente, uma infraestrutura adequada: o calçamento das vias, prolongamento de abastecimento de água e de esgoto só foram instalados mais à frente.

Segundo Silveira (2004, p. 202), foi entre as décadas de 1950 e 1970, que os loteamentos foram comercializados e os “bairros novos” desenvolveram-se e consolidaram-se, entre eles: Expedicionários, adjacente ao bairro da Torre, a leste; Jardim Treze de Maio, ao norte da Avenida Epitácio Pessoa; Bairro dos Estados; Tambauzinho; Miramar e Manaíra, na direção leste da cidade; e também Cabo Branco. Financiados por institutos de assistência e aposentadoria como o IAPI (industriários), IAPC (comerciários), IPASE, Caixa Econômica Federal e Montepio, atendendo a uma demanda da classe média, constituída por funcionários públicos, profissionais liberais e comerciantes. A expansão da malha urbana é constatada na planta de João Pessoa disponível no Código de Urbanismo de 1976 (Figura 2, na página seguinte).

Após a pavimentação (Figuras 3 e 4, na página seguinte), num primeiro momento, o governo estadual promoveu a construção de dois conjuntos habitacionais⁶ ao longo da avenida: surgem assim os atuais bairros Expedicionários, vizinho ao bairro da Torre, e Miramar – à época Jardim Miramar –, situado “nas bordas do platô que desce para o vale do Rio Jaguaribe em direção ao litoral” (COUTINHO, 2004, p. 115). No caso do Expedicionários, o processo de loteamento se deu de forma aleatória, sem legislação ou política urbana para controle e fiscalização, sendo guiado apenas pelo mercado imobiliário. Segundo Coutinho (2004, p. 116):

Na falta de legislação que orientasse o planejamento urbano, a especulação imobiliária consegue aprovar, sem qualquer problema, os loteamentos dos atuais bairros dos Estados, Expedicionários, Pedro Gondim, Tambauzinho, Tambaú e Cabo Branco com exíguos espaços de uso coletivo. O contraste é gritante em relação à parte da área central da cidade [...].

Figura 2: Planta da Cidade de João Pessoa contida no Código de Urbanismo de 1976.



Fonte: Código de Urbanismo, 1976.

⁶ Os terrenos possuíam dimensões de 12x30m na maioria dos casos, e eram destinados a uma classe média, em sua maior parte constituída por funcionários públicos (AFONSO, COSTA, 2016).

Figura 3: Avenida Epitácio Pessoa, no final dos anos 1950. À direita, no final do platô o bairro Miramar; também à direita, mais ao centro, o bairro dos Expedicionários.



Fonte: COUTINHO, 2004, p. 87

Figura 4: Avenida Epitácio Pessoa, no final dos anos 1950, já pavimentada, com a praia de Tambaú ao fundo.



Fonte: PEREIRA, 2008, p. 74

O Jardim Miramar, construído através de financiamento da Caixa Econômica Federal, foi noticiado pelo Jornal A União como “situado num dos pontos mais saudáveis da cidade” e “planejado de acordo com a moderna técnica de urbanismo” (UM NOVO, bairro..., 1950, p. 5) (Figura 5 e 6, na página seguinte). Com isso, atraiu moradores de classe média e alta, encantados pela proximidade com a praia (COSTA, 2017),

além de representar um “encurtamento físico e simbólico” entre o centro e a orla (TRAJANO FILHO, 2006, p. 13). Segundo Galvão (2012, p. 95), “a ocupação dessa porção da cidade não se dá de maneira espontânea, nem do desejo imediato de uma classe média alta ou da elite local, ao contrário, é fruto da ação estatal e do planejamento de novos bairros”.

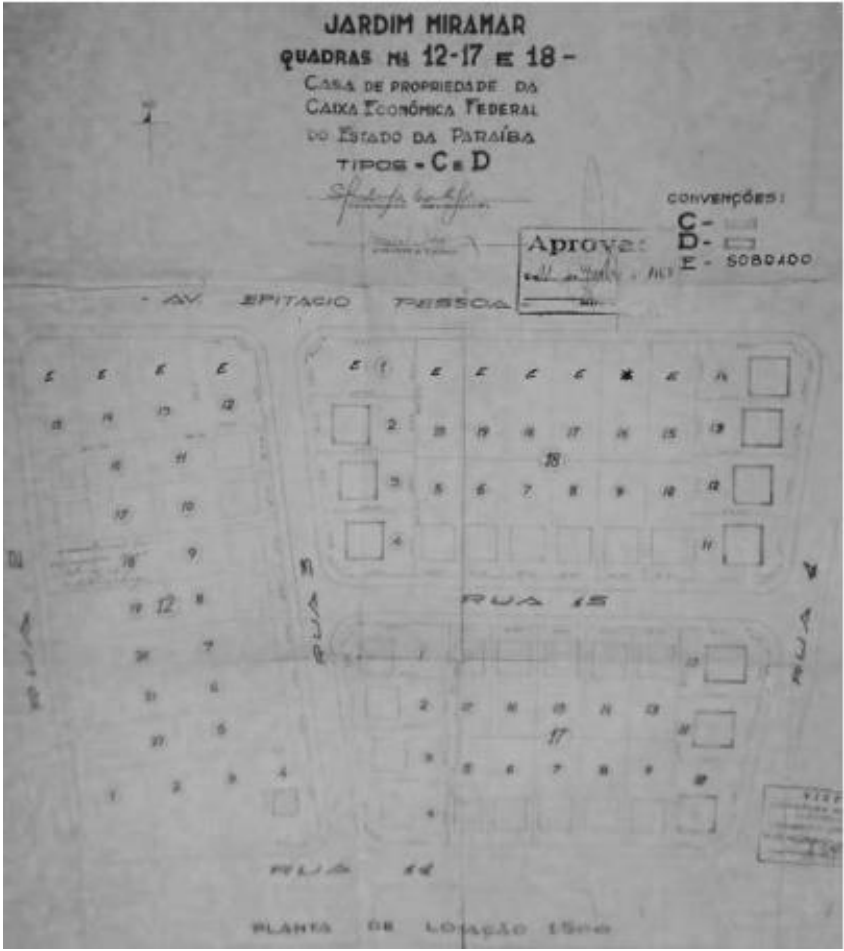


Figura 5: Planta Baixa do Jardim Miramar, quadras 12, 17 e 18. Lotes do tipo “E – Sobrado” virados todos para a Avenida Epitácio Pessoa, indicando que a Avenida seria ocupada por construções de grande porte. / Fonte: Acervo Central da PMJP



Figura 6: O Jornal A União, no dia 16 de Março de 1950, divulgava o mais novo bairro da capital. / Fonte: A União (16 mar. 1950, p.5)

É importante salientar, também, que o termo “jardim” usado em seu nome era mais uma estratégia para dar “status” ao empreendimento, já que a área contava apenas com algumas áreas verdes que não chegavam a caracterizar um jardim de uso coletivo. Inclusive, o uso do termo foi registrado em outras iniciativas como no Jardim Manaíra, Jardim Tambauzinho e Jardim Panamérica (GALVÃO, 2012). Segundo Pereira (2008, p. 70) sua denominação era mais uma tentativa de estabelecer “uma entonação nobre”.

O bairro dos Expedicionários (1950), assim como o da Torre, também se derivou de áreas pertencentes a sítios, e possuía inicialmente 230 unidades (SILVEIRA, 2004). Em 1957, era construído em Tambaú o conjunto habitacional Jardim Manaíra que já se beneficiava das melhorias da orla marítima (O GOVERNADOR INAUGURA..., 1957, p. 3). Já no final da década de 1950, era a vez do Bairro dos Estados começar a ser ocupado, pois embora tenha sido traçado desde a década de 1930, seu loteamento só foi aprovado vinte anos mais tarde. Seus primeiros moradores, na maioria de classe

média e alta, construíram em lotes de 450m² de área, e até mesmo em lotes maiores, alguns com 1000m². Várias dessas propriedades ocupam quadras inteiras até hoje.

Assim, ao final dos anos 1950, ricos agricultores e comerciantes construíram suas mansões ao longo da prestigiada Avenida (Figura 7, na página seguinte). Essa ocupação é de extrema importância pois, a partir daí, encorajados pelas construções visíveis ao longo do percurso, outras famílias sentiram-se estimuladas a edificar em seus lotes, diminuindo o vazio da paisagem (COUTINHO, 2004).

Os anos 1960 representam um momento de maior transformação para a Avenida: os lotes que foram ocupados sucessivamente ainda não preenchiam os antigos vazios encontrados, mas já representavam uma mudança na atmosfera da cidade. Até meados dos anos 1970, o uso residencial permanecia hegemônico, quando surgiram os primeiros edifícios comerciais para atender as necessidades da população que ali se fixava (COUTINHO, 2004).



Figura 7: Bairro dos Estados, na década de 1950, ainda pouco ocupado. /
Fonte: Acervo Humberto Nóbrega

[...] os vazios que predominaram até então foram sendo preenchidos, representando um dos períodos de maior transformação no perfil da avenida. As grandes propriedades que ainda restavam ou continuariam servindo à especulação, ou seriam parceladas em lotes menores destinados ao setor habitacional (COSTA, 2017, p.23)

A partir de 1964, o recém-criado Sistema Financeiro de Habitação (SFH), conduzido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), atuou em busca de ocupar, inicialmente, as áreas localizadas na extensão da Avenida Epitácio Pessoa e na orla marítima, através dos conjuntos residenciais e, também, de unidades isoladas (COSTA, 2017), que consistiam em residências de alto padrão para a população de maior renda (MARTINS, 2014)⁷. Segundo Martins (2014), o SFH criou novos conjuntos habitacionais como o Jardim 13 de Maio, o Pedro Gondim e o Boa Vista (atual bairro dos Ipês)⁸.

⁷ Segundo Santos (2014), o BNH teve uma atuação expressiva entre os anos 1968 e 1983, época de intensa produção da política habitacional.

⁸ Os bairros Jardim 13 de Maio, Pedro Gondim e o Boa Vista, lançados em 1968, possuíam 431, 281 e 558 unidades habitacionais (LAVIERE & LAVIERE, 1999).

Ao final da década de 1960, é possível constatar uma nova tendência de crescimento na cidade: do sul para o norte e na direção sudeste. Bairros como Bessa, Tambaú, Manaíra e Cabo Branco desenvolveram mais na década de 1970, devido ao projeto CURA (Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada), que buscava favorecer a infraestrutura, valorizando as áreas e preparando-as para ocupação (MARTINS, 2014).

As obras previstas eram de pavimentação, drenagem, aterro de alagados, paisagismo, implantação de obras de arte, sinalização de vias, iluminação pública, parques, praças e jardins, revitalização das praias, transportes coletivos, desapropriações na orla marítima, remanejamento das habitações ditas subnormais (favelas), educação e saúde e um terminal turístico (SILVEIRA, 2004, p. 245).

Em 1977, um novo loteamento é lançado: o conjunto Brisamar, com 372 unidades habitacionais (SILVEIRA, 2004). Segundo Coutinho (2004, p. 119), os anos que se seguiram (1970 a 1985) “marcaria o período onde as primeiras modificações de porte começariam a se concretizar” na Avenida, com alterações mais rápidas na paisagem, especialmente pela subtração de residências para criação de centros

comerciais e supermercados.

Ao acompanhar este processo de expansão da cidade, entre os anos de 1950 à 1980, depreende-se que esse se deu através da criação de loteamentos e construção de conjuntos habitacionais. Segundo Laviere & Lavieri (1999), esses loteamentos e conjuntos constituíam uma peça-chave para a reordenação urbana de João Pessoa, funcionando como um vetor de redirecionamento da cidade.

Para o presente trabalho, a compreensão do contexto do surgimento desses bairros contribui para que possamos entender o perfil das pessoas que fixaram residência nesses locais, o que elas estavam buscando ao se dirigirem para essas áreas da cidade e, a partir disso, contextualizar o surgimento e concepção dos projetos residenciais que serão apresentados mais à frente. A Figura 8 (na página seguinte) mostra as delimitações da Avenida Epitácio Pessoa e o ano, aproximadamente, de surgimento desses bairros.

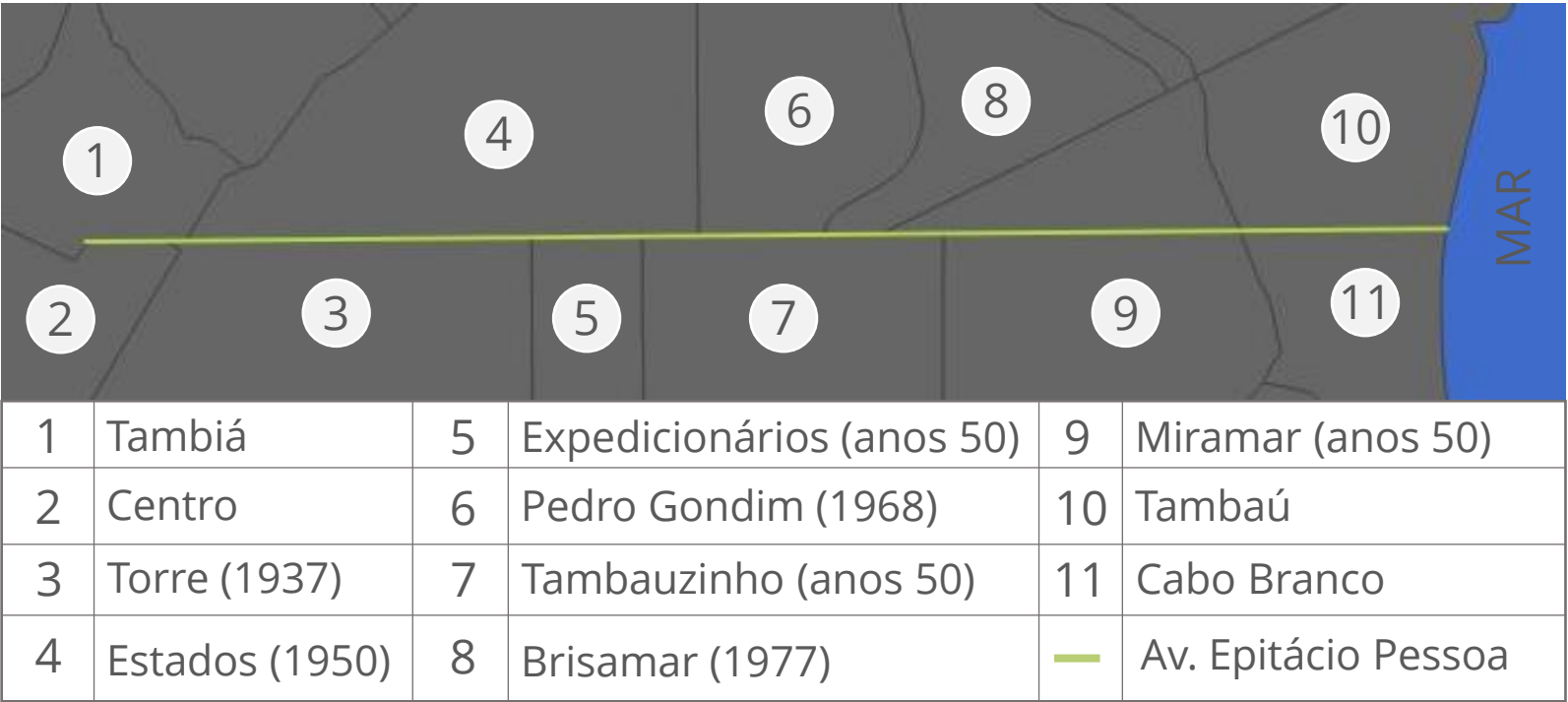


Figura 8: Bairros que fazem delimitação com a Avenida Epitácio Pessoa. / Fonte: PMJP (editado pela autora). Torre e Expedicionários (SILVEIRA, 2004); Jardim Tambauzinho (MARTINS, 2014; Jardim Miramar (SILVEIRA, 2004); Pedro Gondim (LAVIERE & LAVIERE, 1999); Bairro dos Estados (COUTINHO, 2004); Brisamar (SILVEIRA, 2004).

O contexto histórico, social e econômico dos anos 1980

Em um período de mais de vinte anos, durante o regime ditatorial (1964-1985), o Brasil vivenciou diversas experiências marcantes. O fim da ditadura militar começou a ser anunciado em 1979, com a promulgação da Lei da Anistia, quando outros rumos foram abertos

para a “nova” sociedade brasileira que começava a despontar. Em 1979, o então presidente Ernesto Geisel apontava para uma abertura política “lenta, gradual e segura”, mas que possibilitou o surgimento de novas organizações. A década de 1980 foi, portanto, um período de mudanças significativas para o quadro político, econômico e social do país (RIBEIRO, 2022).

Apesar de estar chegando ao fim, o período ditatorial brasileiro ainda respinga suas consequências ao longo da década de 1980. Houve pressão por eleições diretas que resultaram no movimento “Diretas Já”, mobilização que teve apoio de intelectuais, artistas, religiosos (não só católicos) e partidos políticos. A luta pela redemocratização do país era geral, já que a desigualdade social e econômica era gritante, além da acentuada inflação que criava precipícios entre as camadas da população.

A transição democrática se deu através da eleição indireta para presidente, recebida com entusiasmo pela população. Tancredo Neves foi escolhido para ocupar o cargo, mas faleceu antes mesmo de ser

empossado, em 1985. Com isso, seu vice-presidente, José Sarney, assumiu o poder e governou o país entre 1985 e 1990. Esse momento marcou o fim do período ditatorial, indicando, também, o início de outra fase da república brasileira, caracterizada pela redemocratização da sociedade, designada como Nova República (ALVES, OLIVEIRA, 2010).

Conhecida como a “década perdida”, os anos 80 foram marcados por um período de estagnação econômica e de baixo crescimento do PIB (RIBEIRO, 2022). Ainda no governo de Sarney, algumas medidas acenavam para a resolução de importantes problemas sociais, como a questão agrária. Em junho de 1985, o Plano Nacional de Reforma Agrária propunha a distribuição de cerca de 130 milhões de hectares de terra a aproximadamente 1,5 milhão de famílias. Ao longo de seu mandato, a instabilidade da moeda e os índices inflacionários preocupavam economistas (ALVES, OLIVEIRA, 2010).

Com o intuito de resolver essas questões, alguns planos econômicos foram criados pelo governo. O primeiro deles, o Plano

Cruzado (Figura 9, na página seguinte), entrou em vigor em fevereiro de 1986 e previa a implantação de várias medidas como: reforma monetária – substituição do cruzeiro pelo cruzado –, congelamento de preços por prazo indeterminado, controle e reajuste salarial, e aumento de 15% no salário mínimo, além do congelamento de aluguéis e o estabelecimento do seguro-desemprego. Apesar de bem recebido pelos brasileiros, em julho do mesmo ano, o Plano Cruzado já parecia destinado ao fracasso. Os outros dois planos econômicos lançados pelo governo, Bresser (1987) e Verão (1989) também não obtiveram sucesso. Entre 1985 e 1989 a inflação quadruplicou, atingindo o patamar de 1.000% ao ano (BOULOS, 2018).



Figura 9: Capa da revista Veja, Ed. ed. 913, 05 de Março de 1986. / Fonte: Acervo Assis Cabral

Em 1987 foram eleitos os congressistas que iriam compor a Assembleia Nacional Constituinte, cuja função era elaborar a nova Carta Magna para o Brasil, ação que complementaria o processo de redemocratização e que deveria enfrentar diversos problemas graves: questões referentes à propriedade da terra, pagamento de salários dignos aos trabalhadores, moradia própria, ensino, saúde e alimentação. A Constituinte contou com apoio popular e enorme participação de diferentes setores sociais, ganhando o apelido de “cidadã” por Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia (ALVES, OLIVEIRA, 2010).

Enquanto isso, os efeitos da ditadura na produção arquitetônica brasileira eram diversos. Segundo Segawa (2010):

“É provável que nunca se tenha planejado e projetado tanto no país em tão pouco tempo; nunca se construiu tanto, também. Mas o signo da quantidade não autoriza uma equivalência de qualidade. O excesso de trabalho embarçava a autocrítica. Os arquitetos encastelavam-se num isolamento de auto-suficiência ante as discussões em curso no mundo.” (SEGAWA, 2010, p. 191)

Concorreu para esse “encastelamento”, fatores como a interrupção da circulação de revistas como a Acrópole (em 1971), durante a repressão do regime. A única fonte de informações e dados sobre a produção arquitetônica apareceu em 1973, com o lançamento de CJ Arquitetura, que foi extinta cinco anos depois. Posteriormente, ocorreu o relançamento da revista Módulo (Figura 10), em 1975, entretanto “sem a pluralidade de posições”, que marcaram as revistas de outras épocas (SAGAWA, 2010, p. 191).

Assim, com a reabertura política e a redemocratização, em meados da década de 1980 os debates em torno da produção arquitetônica brasileira foram retomados. Segundo Santos (2014, p. 29), a fim de reconstruir estes vínculos perdidos, o “jornalismo arquitetônico” foi resgatado. A revista Projeto foi lançada em 1977, e, oito anos depois, a AU - Arquitetura e Urbanismo, em 1985, assim como várias publicações regionais, como Chão (1978), Pampulha (1979) e Gávea (1978). Essas publicações divulgavam e investigavam a produção brasileira, além de difundir a circulação de propostas geradas no cenário nacional. De acordo com Santos (2014):



Figura 10: A revista Módulo anuncia mudança no formato e aumento de 100% da tiragem. Nº 55, setembro de 1979. / Fonte: Santos, 2014, p. 31

As revistas tiveram um papel fundamental de retomar a pauta sobre os problemas nacionais, entre eles, os ligados à arquitetura e à arte, enquanto os Congressos Brasileiros de Arquitetos e os concursos de projetos ajudaram a diminuir o descompasso entre os profissionais e a realidade plural do Brasil. (SANTOS, 2014, p. 31)

Além disso, a ampliação do debate sobre a arquitetura nacional fez com que estas publicações acompanhassem as transformações pelas quais os arquitetos e o país passavam, demonstrando uma maior diversidade de produção, "com mais espaço para arquiteturas do Sul e do Nordeste, em detrimento das produções do eixo Rio-São Paulo" (LARA, 2003, p. 1 apud SANTOS, 2014, p. 31).

A rearticulação da crítica e do debate amplo teve como ponto de partida a exposição organizada em 1983 pela revista Projeto, associada ao *Centro de Arte y Comunicación* de Buenos Aires. Nela foram expostos projetos de 97 arquitetos e equipes, contemplando nela todo o período de vinte anos de produção, que permanecia inédito, até então. Essa mostra ficou conhecida como "Arquitetura Brasileira Atual" e percorreu, posteriormente, algumas capitais

brasileiras (São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro) (SEGAWA, 2010).

Para Segawa (2010, p. 197), é neste período que "com a assimilação do debate sobre o pós-moderno, ganha corpo um sentimento anti-modernista no Brasil"; Brasília, projetada num país democrático, havia amadurecido no período militar, confundindo sua imagem "com o caráter autoritário do período"; as produções da década de 1970, por sua suntuosidade e monumentalismo, eram símbolos de desperdício e burocracia estatal.

Enquanto isso, entre as décadas de 1970 e 1980, a capital paraibana passa por um processo de industrialização, ainda não tão acentuado, e consolida seu processo de urbanização. Essa urbanização, que até meados da década de 1980 era quase estritamente estatal, modificou-se para melhor atender aos novos usos da cidade. A tendência à verticalização mudou a paisagem a partir desta década (OLIVEIRA, 2019).

De acordo com Silva (1999), as alterações ocorridas na estrutura produtiva da capital, especialmente nas décadas de 1970 e 1980,

resultaram na melhoria da infraestrutura urbana bem como na crescente expansão das oportunidades de emprego na área de prestação de serviços e comércio. Consequentemente, essas alterações na estrutura produtiva fizeram com que aumentasse o contingente populacional da cidade (Tabela 2).

Tabela 2: Crescimento populacional em João Pessoa entre 1920 e 1980.

Ano	População	Incremento	Taxa média anual (%)
1920	52.990	24.197	3,10
1940	94.333	41.343	2,93
1950	119.326	24.993	2,38
1960	153.175	33.849	2,53
1970	221.546	68.371	3,76
1980	329.942	108.396	4,06

Fonte: IBGE

Segundo Afonso (2019), o rápido crescimento populacional - que também se deu por conta do êxodo rural - e espacial do município, que levou ao aumento de investimentos por parte do poder público na gestão e no abastecimento da infraestrutura, logo valorizou o solo das áreas mais contempladas por esses benefícios urbanos. Como afirma

Coutinho (2004):

Pode-se perceber claramente que as ações da especulação imobiliária centraram-se no trecho litorâneo por alguns motivos até óbvios: a proximidade da orla marítima e o que restava do seu “clima de balneário tranquilo”; a valorização dos terrenos como investimento garantido de riscos financeiros, além da facilidade de encontrar lotes maiores – e muitas vezes vazios – capaz de abrigar grandes edifícios” (COUTINHO, 2004, p. 123).

De acordocom Silveira (2004), em meados dos anos 1980, a capital paraibana teve um incremento populacional de cerca de 48,5% em relação à década de 1970. Outra consequência desse crescimento e expansão da capital foi o surgimento de novos conjuntos habitacionais na zona sul da cidade, como o Mangabeira (1983) e o Parque Residencial Valentina de Figueiredo (1984), assim como a formação de favelas localizadas em áreas de riscos e encostas (MARTINS, 2014).

Como coloca Silveira (2004):

Entre 1980 e 1983 foram edificadas 8.492 unidades habitacionais pelo SHF, gerenciadas por órgãos públicos locais (CEHAP-PB, SEPLAN-PB). Tomando como referência o percurso, um dos principais efeitos foi a geração de excrescências espaciais, com o incremento das distâncias, dificuldades na acessibilidade e o aumento dos custos da urbanização (SILVEIRA, 2004, p. 249).

E ainda:

Os anos 1980 definiram e consolidaram o cenário global da ocupação e do uso do solo na cidade, que se desenvolveu até os dias atuais, caracterizando uma chegada do processo de evolução urbana e destacando o percurso (SILVEIRA, 2004, p. 249).

Esses fatos reforçam a segregação espacial da cidade e consequente processo de concentração de classes sociais em determinados setores urbanos, já que as classes populares e de baixa renda foram afastadas.

Grandes marcos arquitetônicos também foram inaugurados entre as décadas de 1970 e 1980, e demonstram como a arquitetura nacional repercutia na Paraíba. No início dos anos 1970, destaque para o Hotel Tambaú, de Sérgio Bernardes, inaugurado em 1971; o Centro Administrativo Estadual, de Tertuliano Dionísio, de 1973 e para o Estádio José Américo de Almeida, o Almeidão. Nos anos 1980, o Terminal Rodoviário de João Pessoa (Figura 11, na página seguinte), construído entre 1978 e 1982, foi uma obra bastante divulgada pela imprensa especializada nacional e pelos jornais locais, projetada por

Glauco de Oliveira Campello; e o Espaço Cultural (Figura 12, na página seguinte), de Sérgio Bernardes, inaugurado no início de 1982 e que, a época, causou bastante polêmica devido ao grande investimento financeiro, mas que trouxe soluções arquitetônicas desconhecidas até então, como a cobertura em treliça metálica e o concreto protendido (ARAÚJO, 2010).



Figura 11: Terminal Rodoviário de João Pessoa, 1979. / Fonte: Araújo, 2010, p. 88

Figura 12: Espaço Cultural José Lins do Rego em fase de conclusão da obra. / Fonte: Revista AuE Paisagismo Digital - Ano 8 No 85 / Junho de 2011



Além destes, obras viárias também foram importantes para reforçar a ideia de uma cidade em renovação, como por exemplo a construção do Viaduto Damásio Franca (Figura 13), inaugurado em 1970 e projetado por Mário Di Lascio, que ligava a cidade alta à cidade baixa (ARAÚJO, 2010).



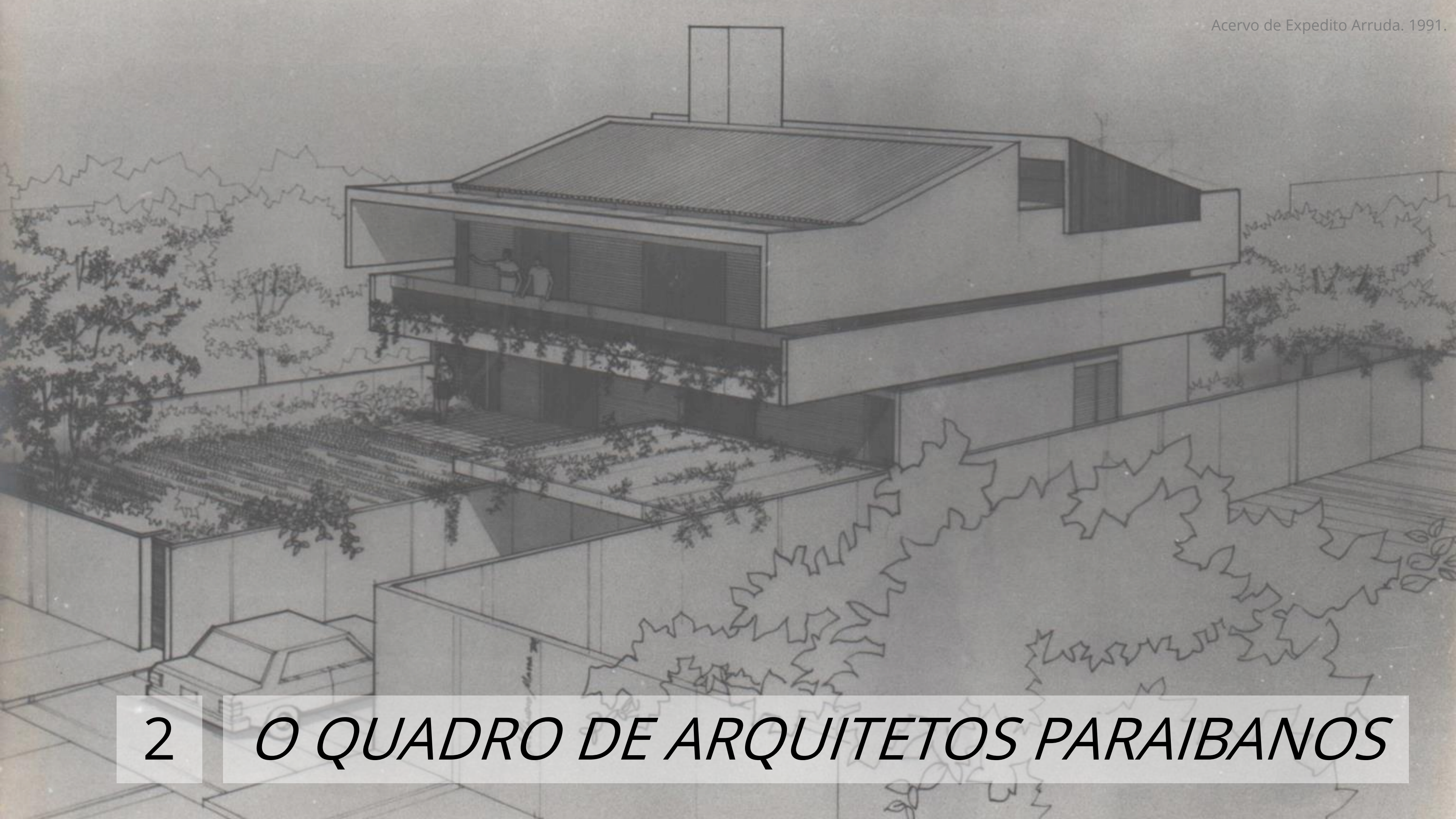
Figura 13: Viaduto Damásio Franca, entre 1969 e 1970. Praça Vidal de Negreiros depois da intervenção. / Fonte: Acervo Google Imagens



Figura 14: Imagens aéreas do Viaduto Miguel Couto. / Fonte: Acervo Humberto Nóbrega

A partir deste projeto e com o intuito de melhorar o fluxo de escoamento de tráfego em direção à cidade baixa, entre 1972 e 1973 foi aberto o Viaduto Miguel Couto (Figura 14), a partir do rebaixamento da Avenida de mesmo nome, também sob os olhares de Mário Di Lascio (ARAÚJO, 2010).

Assim, esse período ficou marcado pela expansão da cidade de João Pessoa, pelo crescimento urbano em outras direções - Zona Sul, pelo surgimento de favelas em torno da cidade e pelo despontar de outras propostas para a arquitetura.



2

O QUADRO DE ARQUITETOS PARAIBANOS

Nosso objetivo, neste capítulo, é situar os arquitetos aqui estudados - Régis Cavalcanti, Amaro Muniz e Expedito Arruda -, no panorama dos profissionais que atuaram em João Pessoa, entendendo o trabalho daqueles que os antecederam, como se caracteriza o campo profissional e mercado de trabalho quando os três vieram se inserir nessa realidade. Assim, nos perguntamos: em que momento eles se engajam no mercado de trabalho dos arquitetos em João Pessoa, com que perspectivas de atuação?

Para adentrar essa questão é importante saber que autores locais como Pereira (2008) e Costa (2014), os classificam segundo três grupos cronologicamente definidos. O primeiro é composto por arquitetos que atuaram na Paraíba entre o início dos anos 1920, final dos anos 1940 e meados de 1950. O segundo grupo começa sua atuação a partir dos anos 1950 e segue até a década de 1970 e 1980, quando da criação do curso de Arquitetura e Urbanismo na UFPB e a chegada de profissionais recém-formados, sendo estes últimos a terceira geração.

No início do século XX, as melhorias que ocorriam na cidade,

mencionadas no primeiro capítulo, marcaram o processo de modernização da capital paraibana. Nesse cenário, alguns arquitetos viram na capital paraibana oportunidade para oferecer seus serviços. Inicialmente, os italianos Pascoal Fiorilo (formado na Itália) e Hermenegildo Di Lascio (formado na Argentina) chegaram aqui por volta de 1916, ambos contratados para trabalhar nos projetos urbanísticos empreendidos pelo governador Camilo de Holanda. Hermenegildo estendeu sua atuação para a esfera privada em sua sociedade com o paraibano Avelino Cunha através da firma Cunha & Di Lascio (PEREIRA, 2008).

Além destes, durante o mesmo governo, aqui se instalaram Giovanni Gioia, italiano formado em seu país de origem e que permanece em João Pessoa até meados dos anos 1940; o capixaba Clodoaldo Augusto de Souza Gouvêa, formado no Rio de Janeiro, que chegou em 1922, trabalhou em projetos particulares, na Prefeitura Municipal e, a partir de 1930, ingressou na Seção Técnica da Diretoria de Viação e Obras Públicas (DVOP), vinculada ao governo do estado,

onde permaneceu até o fim de sua carreira. Além destes, ainda nos anos 1920, o paraibano Otávio Freire, formado em Paris, se instalou e prestou serviços no estado. Segundo Pereira (2008, p. 26), “foi esse conjunto de arquitetos que, direta ou indiretamente, impulsionou o processo de modernização arquitetônica de João Pessoa”.

A produção deste primeiro grupo denota uma preocupação com a funcionalidade, ao ampliar cuidados com a ventilação e iluminação dos edifícios, mas também ecoavam as transformações técnicas e plásticas pelas quais passava a arquitetura brasileira que, entre as décadas de 1910 e 1920, tinha o ecletismo como símbolo de modernidade.

A partir da década de 1930, essa produção se reveste, gradualmente, de uma representação mais racionalizada, se utilizando da limpeza formal e discreta ornamentação que caracterizou o Art Déco, tendo por exemplo o Palácio da Secretária da Fazenda (Figura 15), de Clodoaldo Gouvêa, uma das primeiras manifestações locais.



Figura 15: Palácio da Secretária da Fazenda, de Clodoaldo Gouvêa (DVOP), 1933. / Fonte: Fonte: Trajano Filho, 2002, p. 94

Segundo Pereira (2008), entre o final dos anos 1940 e meados de 1950, muitos dos arquitetos conhecidos e atuantes na capital encerraram suas atividades: Clodoaldo Gouvêa, faleceu em 1948; Hermenegildo Di Lascio, em 1957; Giovanni Gioia, nesse mesmo período, se transferiu para Campina Grande. As informações sobre Pascoal Fiorilo e Otávio Freire são escassas. Entretanto, simultaneamente, novos profissionais se instalaram na cidade ou apenas atuaram em projetos pontuais, dando início à segunda geração de arquitetos.

Em 1950, Carlos Roberval da Cunha Guimarães iniciava suas atividades em João Pessoa, onde realizou projetos residenciais e, no ano seguinte, fundou a construtora CRC Guimarães, que seria encarregada da pavimentação da Avenida Epitácio Pessoa (1952). Permaneceu na cidade até 1955, quando se instalou no Rio de Janeiro e lá passou a viver exclusivamente da construção, embora sua empresa se mantivesse presente na cidade por ser responsável pelos edifícios da Reitoria da UFPB (1963-1966) e da sede do DER (1961-1967)

(PEREIRA, 2008).

Em 1954 foi a vez do arquiteto carioca Acácio Gil Borsoi iniciar suas atividades na Paraíba, logo após ter se instalado em Recife, onde foi professor na Escola de Belas-Artes de Pernambuco. A princípio trabalhou com planejamento para as Usinas São João (Santa Rita/PB) e Santa Helena (Sapé/PB). Ao lado de Roberval Guimarães projetou a Agência Central do Banco do Estado da Paraíba – um dos seus primeiros projetos em solo paraibano. Teve uma produção mais assídua em João Pessoa nos anos 1950, em particular com edifícios residenciais, mas também projetou clubes sociais, como o Esporte Clube Cabo Branco (Figura 16, na página seguinte) e a sede da Biblioteca Central da UFPB. Na década seguinte apenas fez alguns trabalhos esporádicos, o que coincide com a expansão de suas atividades para outras cidades da região (PEREIRA, 2008).

Em 1957, o arquiteto Mário Glauco Di Lascio, filho de Hermenegildo Di Lascio, começou a atuar em João Pessoa, onde permaneceu radicado. Formado pela Escola de Belas-Artes de

Pernambuco, teve uma produção diversificada, incluindo “obras públicas e privadas, edifícios residenciais, institucionais, recreativos, comerciais, além de projetos urbanísticos, como loteamentos, praças e reurbanizações” (PEREIRA, 2008, p. 39). Lecionou na Escola de Engenharia de João Pessoa, na Escola Politécnica, em Campina Grande e, posteriormente, na UFPB, sendo um dos fundadores do curso de arquitetura.



Ainda segundo Pereira (2008) diversos outros nomes aparecem na historiografia: Leonardo Stuckert Filho, vencedor do concurso para a sede do DER, em 1958, que permaneceu na capital até 1964, quando voltou para o Rio de Janeiro; Carlos Alberto Carneiro da Cunha, radicado em Recife, veio para João Pessoa, em 1963, tanto por laços familiares - o Conjunto 13 de Maio era incorporado por seu irmão - quanto por laços de amizade, quando trabalhou em parceria com o colega de turma Mário Di Lascio na Residência Adrião Pires; Tertuliano Dionísio da Silva, nascido e radicado em Campina Grande, mas que na década de 1960 trabalhou em João Pessoa, em obras públicas por meio de contratações isoladas; e, em torno de 1966, o arquiteto potiguar Pedro Abrahão Dieb, que desenvolveu projetos e lecionou no curso de arquitetura e urbanismo da UFPB, do qual foi um dos fundadores, em 1974, além de vencedor do concurso promovido pela Capitania dos

Figura 16: Esporte Clube Cabo Branco, 1955. / Fonte: Pereira, 2008, p. 115

Portos da Paraíba para o Farol de Cabo Branco (Figura 17), inaugurado em 1972 (PEREIRA, 2008).



Figura 17: Farol de Cabo Branco, 1971. /
Fonte: Pereira, 2008, p. 42

Como apontam Costa (2017) e Pereira (2008), há algumas diferenças entre a primeira e a segunda geração de arquitetos que trabalharam na cidade, as quais são importantes para compreensão do cenário dessa produção: a) o segundo grupo não tinha relação direta com o Estado ou obras oficiais, tendo grande parte de suas atividades na esfera particular, ao contrário de seus antecessores, que foram convidados pelo próprio governo para aqui trabalharem; b) os novos arquitetos ou eram nascidos e formados no Brasil, ou possuíam vínculos familiares com a Paraíba ou eram daí procedentes; e c) a segunda geração de arquitetos realizou seus estudos e iniciou suas atividades num período em que a arquitetura moderna estava consolidada no país, a produção brasileira já tinha amplo reconhecimento no exterior e era significativo o número de publicações especializadas em circulação. Como coloca Martins (2014), este novo quadro de profissionais:

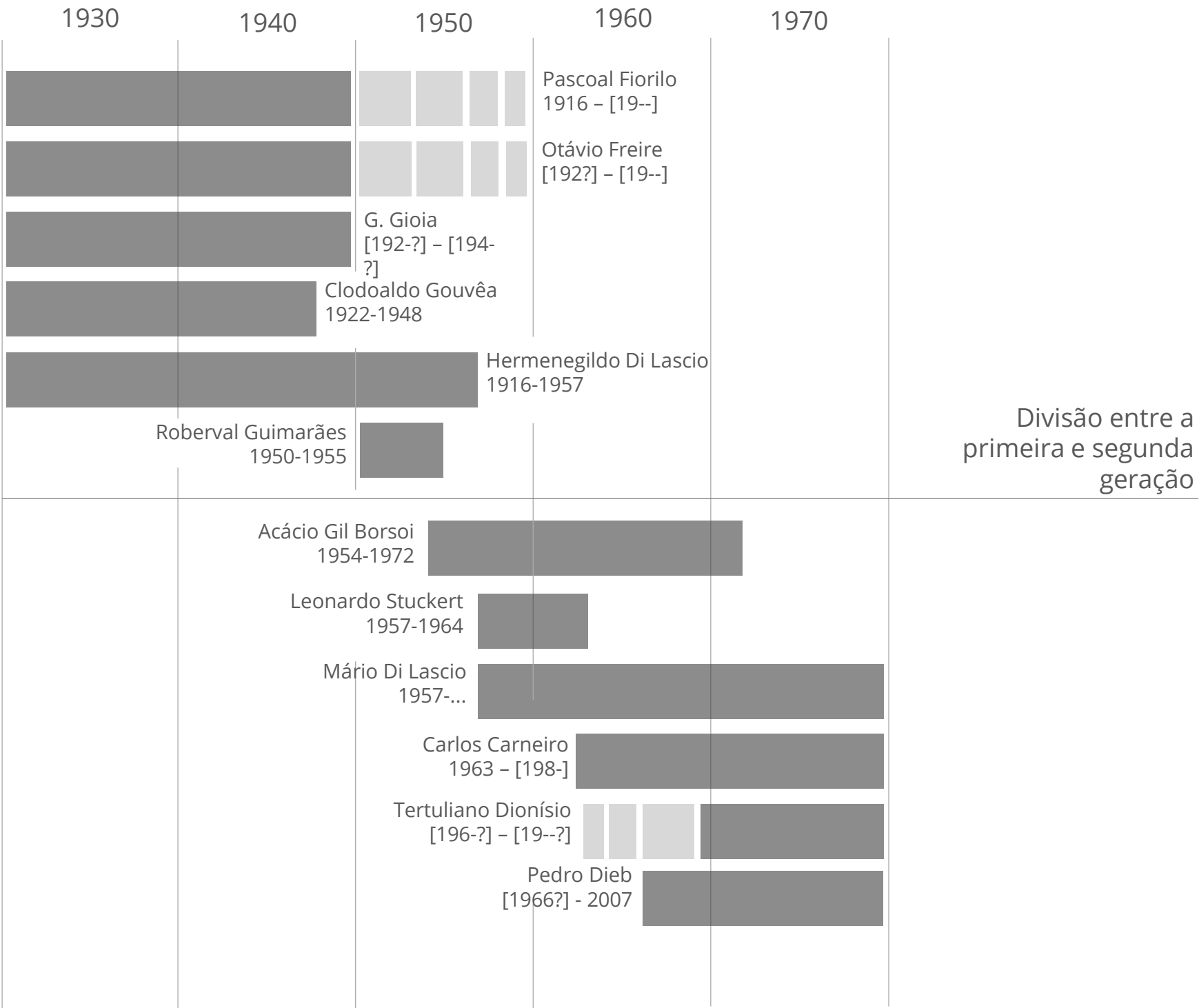
[...] alterou profundamente a arquitetura produzida na cidade, tanto no que se refere à construção dos edifícios institucionais, quanto às residências de alto padrão pertencentes às camadas de alta renda. Localizadas em locais privilegiados, como as

áreas mais valorizadas do Centro, a Avenida João Machado, a Avenida Getúlio Vargas e a Avenida Epitácio Pessoa, essas edificações constituíram importantes marcos na cidade modernizada. (MARTINS, 2014, p. 51, 52)

O período que corresponde à atuação desses arquitetos foi organizado por Pereira (2008), segundo está exposto no Quadro 1.

Visto que o número de arquitetos era muito restrito, em paralelo à atuação desta segunda geração, havia também os engenheiros com um quadro de profissionais que se expandia e se fortalecia devido aos cursos de engenharia existentes na região Nordeste (Pernambuco, Alagoas e Ceará, em 1955, e Rio Grande do Norte em 1959) e também na Paraíba, onde foram criadas a Escola de Engenharia da Paraíba, em João Pessoa, e a Escola Politécnica da Paraíba, em Campina Grande, as quais começaram a funcionar em 1956 e 1953, respectivamente.

Quadro 1: Quadro de arquitetos atuantes na Paraíba entre os anos 1930 e 1970. / Fonte: PEREIRA, 2008, p. 36 (editado pela autora)



Enquanto o número de engenheiros era crescente, o número de arquitetos não acompanhava o mesmo ritmo, uma vez que o primeiro curso de arquitetura e urbanismo na Paraíba só foi criado em 1974. Segundo Pereira (2008), em 1968, se formaram 128 profissionais pela Escola de Engenharia da Paraíba e mais 183 pela Escola Politécnica da Paraíba. Além disso, a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regulamentou as profissões abrangidas pelo CREA, diminuiu a atuação de ‘não-diplomados’ nas atividades projetuais, mas não definiu o projeto arquitetônico como atribuição exclusiva do arquiteto. Foi nesse contexto que uma outra geração de arquitetos chegou ao mercado de trabalho na capital paraibana.

Anos 1980: uma nova era de arquitetos

Perante o panorama de desenvolvimento e expansão urbana em João Pessoa nos anos 1970, a partir de então houve outra renovação no quadro de profissionais atuantes na cidade (SANTOS, 2014). Agora, da segunda geração de arquitetos citados, apenas Mário Di Lascio, Carlos Carneiro da Cunha, Pedro Dieb e Tertuliano Dionísio

permaneceram na capital (PEREIRA, 2008). Assim, continuava reduzido o número de profissionais residentes em João Pessoa, continuando a pesar a ausência de instituições de ensino de arquitetura na Paraíba.

De acordo com Pereira (2008), em 1972, a imprensa noticiou que a Universidade Autônoma da Paraíba (atual Centro Universitário de João Pessoa – Unipê) tinha a intenção de criar uma “Escola de Arquitetura” com o intuito de evitar que prováveis alunos tivessem de se deslocar para outros centros, especialmente para Recife. Informa o mesmo autor que:

Esse episódio, contemporâneo ao mesmo movimento empreendido na Universidade Federal da Paraíba, evidenciava o crescente desejo de se criar um curso de arquitetura na capital paraibana, o que era certamente incitado pelo amplo mercado de trabalho que aí se vislumbrava para esse campo profissional, a exemplo do planejamento urbano, que passava a se consolidar e que demandava o conhecimento de técnicos qualificados (PEREIRA, 2008, p. 240).

Confirmam Pereira (2008) e Martins (2014), que também havia demanda por arquitetos na esfera privada, com os financiamentos do SFH voltados, principalmente, para a construção de residências de alto padrão construtivo. Mesmo assim, continuava reduzido o número de

profissionais.

Até 1974, eram apenas cinco: Mario Di Lascio, Pedro Dieb, Antônio José do Amaral, Maria Berenice do Amaral e Manoel Tavares (HONORATO, 1987, p. 32 apud PEREIRA, 2008, p. 240). Outros nomes surgiram, mas de arquitetos não radicados na capital, além de engenheiros, que compunham grande parcela dos profissionais relacionados à construção civil. Reafirma Santos (2014, p. 57) que “era um número muito pequeno de profissionais atuantes em João Pessoa para um período de aumento de investimentos nos setores público e privado”.

Foi nesse cenário que surgiu o curso de arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Paraíba, em 1974. A proposta de criação foi elaborada por Mário Di Lascio, Pedro Dieb, Edjalma Ferreira e Antônio José Amaral, tendo entre outras motivações, afirmar o exercício profissional de arquitetos na Paraíba. 1979 foi um ano importante para a história do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB, registrando, entre outros fatos, a construção de um edifício

especificamente projetado para seu funcionamento.

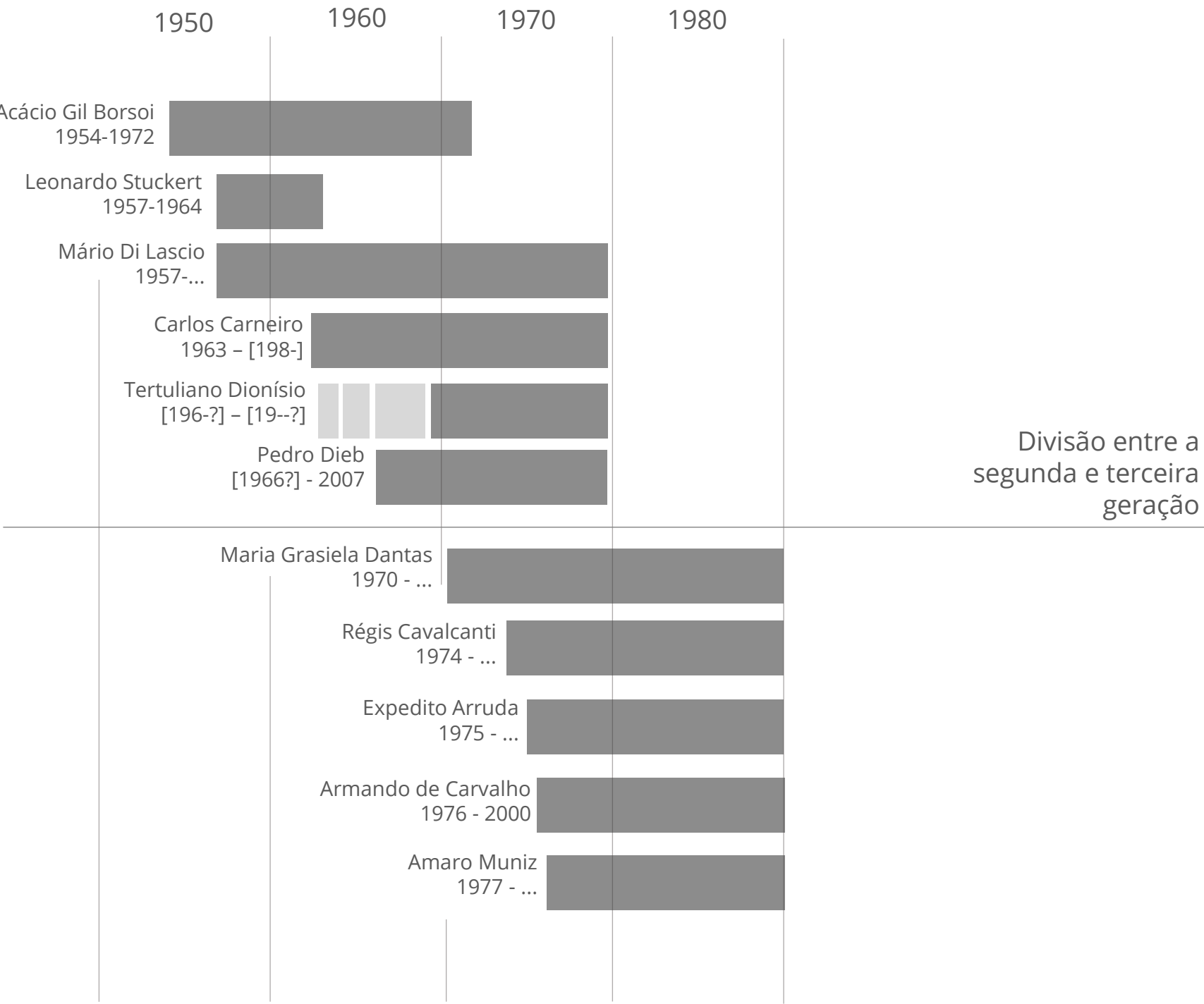
Com as instalações físicas específicas em construção, o quadro de professores consolidado e um extenso currículo de atividades realizadas, o curso foi reconhecido em abril de 1979, através do Decreto Presidencial no 83.380 CFE. Satisfeitas as condições legais em dezembro do mesmo ano, forma-se a primeira turma de 13 alunos (CRUZ, 2011, p. 1).

Na segunda metade dos anos 1970, Araújo (2010, p. 39) registrou uma lista com 50 profissionais atuantes na cidade, apresentando notável crescimento se comparado com os anos anteriores. Nomes como Carlos Alberto Carneiro da Cunha e Mário Glauco Di Lascio, além de novos arquitetos recém-formados em Pernambuco, como Amaro Muniz Castro, Expedito Arruda e Régis de Albuquerque Cavalcanti surgem neste novo panorama. Segundo Santos (2014, p. 57), essa terceira geração de arquitetos paraibanos, além de redefinirem a arquitetura local, também “passaram a contribuir com o processo de modernização e atualização da cultura arquitetônica pessoense”. O Quadro 2 demonstra o período de atividade da segunda e da terceira geração de arquitetos em João Pessoa.

Boa parte destes novos profissionais havia se formado na Universidade Federal de Pernambuco, na época chamada de Escola de Belas-Artes de Pernambuco: Maria Grasiela de Almeida Dantas, em 1969; Régis Cavalcanti e Expedito Arruda, em 1974; Amaro Muniz e Armando de Carvalho, em 1975. O curso da UFPE era uma das principais escolas de arquitetura do país, mesmo depois do surgimento de novos cursos, principalmente no Nordeste.

A escola pernambucana continuava a ser o mais representativo centro de ensino de arquitetura e formação de jovens arquitetos da região, recebendo candidatos de [sic] Nordeste e Norte do país. (SANTOS, 2014, p. 66)

Quadro 2: Quadro de arquitetos atuantes na Paraíba entre os anos 1950 e 1980. / Fonte: PEREIRA, 2008 (editado pela autora).



A escola contou com um corpo docente advindos de outros estados, iniciativa que:

[...] tinha por fim atualizar e reforçar a formação dos novos profissionais de acordo com as possibilidades efetivas do ofício naquela época, quando se reconhecia o valor da arquitetura moderna brasileira que afirmava sua maturidade tanto no plano do edifício quanto da cidade. Assim, o pensamento moderno começou a ocupar posições dentro do quadro de docentes da Escola de Belas-Artes de Pernambuco (SANTOS, 2014, p. 66).

O corpo docente encontrado pelos novos profissionais “paraibanos” em Pernambuco contava com figuras relevantes no cenário arquitetônico: Acácio Borsoi, que lecionou de 1951 a 1974; Heitor Maia Neto, entre 1952 e 1982 e o português Delfim Amorim, entre 1953 e 1972. Borsoi e Amorim foram marcantes no ensino de projeto, e mesmo lecionando disciplinas próximas, possuíam metodologias muito diferentes: Borsoi trabalhava com referências internacionais e em seus projetos era recorrente a ênfase nos materiais e elementos construtivos, deixados aparentes; Amorim, por sua vez, empregava elementos tradicionais da arquitetura brasileira,

como a telha canal, azulejos, esquadrias em madeira e alvenaria estrutural. Com a atuação acadêmica e profissional, ambos tornaram-se referências de toda uma jovem geração de arquitetos que passaram a atuar principalmente no Nordeste (SANTOS, 2014).

Em meados dos anos 1960, quando a Universidade do Recife foi integrada ao grupo de instituições federais do novo sistema de educação do país, recebendo a denominação de Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, outros profissionais foram agregados à grade curricular, influenciando a terceira geração de profissionais paraibanos. Assim, Marcos Domingues, contratado em 1960, foi professor de Teoria da Arquitetura. No mesmo ano, Wandenkolk Tinoco tornou-se professor auxiliar de Amorim, permanecendo até 1972. Também Glauco de Oliveira Campello lecionou, mesmo que por curto tempo, entre 1969 e 1972. Armando de Holanda, estagiário de Glauco Campello, também lecionou entre 1970 e 1979, ministrando aulas de Projeto Arquitetônico (SANTOS, 2014).

Estes professores, fazendo parte da formação da terceira geração paraibana, provavelmente a influenciou, seja durante a graduação, seja através da prática profissional, através de estágios nos escritórios pernambucanos. Nesse contexto, vivenciaram uma produção diversificada e que possuía referências distintas, a exemplo da expressão do concreto como material bruto, desde sua plasticidade até as novas texturas. De acordo com Santos (2014, p. 72) foi “um grupo aberto à assimilação de impulsos nacionais e internacionais como forma de procurar produzir uma arquitetura adaptada às condições ambientais regionais”.

Para melhor entender e confirmar as informações coletadas através das pesquisas bibliográficas, aplicamos uma entrevista com os três arquitetos aqui estudados, organizada em três blocos de questões: **a) da formação**, a fim de apreender as influências, as disciplinas e professores que mais marcaram estes arquitetos na escola pernambucana; **b) da atuação**, com o intuito de compreender os caminhos percorridos na profissão, o contexto em que se inseriram

no mercado e por quais clientes eram procurados; e, por fim, **c) da relação com a cidade**, com o objetivo de captar a relação entre os projetos - para este trabalho, residenciais - e a cidade em que estavam alocados, além da disponibilidade de mão de obra e de materiais na capital paraibana (Apêndice 1).

Em meados de 1975, formado em Artes Plásticas pela Universidade Federal da Paraíba (1966-1968) e recém-formado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (1970-1974), **Régis Albuquerque Cavalcanti** (nascido em 1948) (Figura 18, na página seguinte) começou a atuar em João Pessoa. Ainda como estudante, foi convidado a integrar a equipe que projetou a sede da PROMAC – concessionária de veículos da Wolkswagen e, já graduado, fez especialização em hotelaria em Palma de Maiorca, Espanha. Após alguns concursos públicos, foi aprovado para trabalhar na Superintendência de Planejamento de Obras da Paraíba (SUPLAN) do Governo do Estado, em 1976, ficando lá por cerca de 30 anos. Atuou também como gerente de projetos na Secretaria de Planejamento

(SEPLAN) da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Entretanto, foi o trabalho no seu escritório que abriu possibilidades diversas, inicialmente com projetos para residências unifamiliares nos bairros do Manaíra, Estados, Bessa e, posteriormente, com edifícios multifamiliares e comerciais. Sua atuação se estendeu, além da Paraíba, aos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia (CAVALCANTI, 2022).



Figura 18: Arquiteto Régis Cavalcanti. Fonte: Acervo Google Imagens

Em seu depoimento, Régis Cavalcanti assinalou que, por ainda não haver o curso de arquitetura e urbanismo na Paraíba, se deslocava toda semana para Recife. “Tivemos ótimos professores e éramos [referindo-se aos colegas de turma, Amaro e Expedito] uma turma criativa e interessada. Um dos professores que foi destaque nacionalmente foi Ariano Suassuna, professor da disciplina de Estética”. Segundo Santos (2014), Ariano lecionou entre 1956 e 1989 na Universidade Federal de Pernambuco. Além dele, Régis também relembrou nomes como Wandenkolk Tinoco e Delfim Amorim. (CAVALCANTI, 2022).

Sobre sua atuação, Régis comentou que:

O mercado lá [em Recife] estava cheio de arquitetos e quando cheguei aqui [em João Pessoa], já formado, com uns seis meses, a SUPLAN abriu um concurso para arquiteto, e como a Universidade [da Paraíba] ainda não havia criado o curso, acabei fazendo o concurso e sendo aprovado. Durante o dia eu trabalhava lá [na SUPLAN] e à noite, no meu escritório, e nessa época “chovia” projetos. O bairro dos Estados estava crescendo muito, assim como Manaíra, Expedicionários, Tambaú, Tambauzinho, Cabo Branco, e eu acabava fazendo muitas casas, as menores possuíam 300m², mas já cheguei a fazer até 800m².

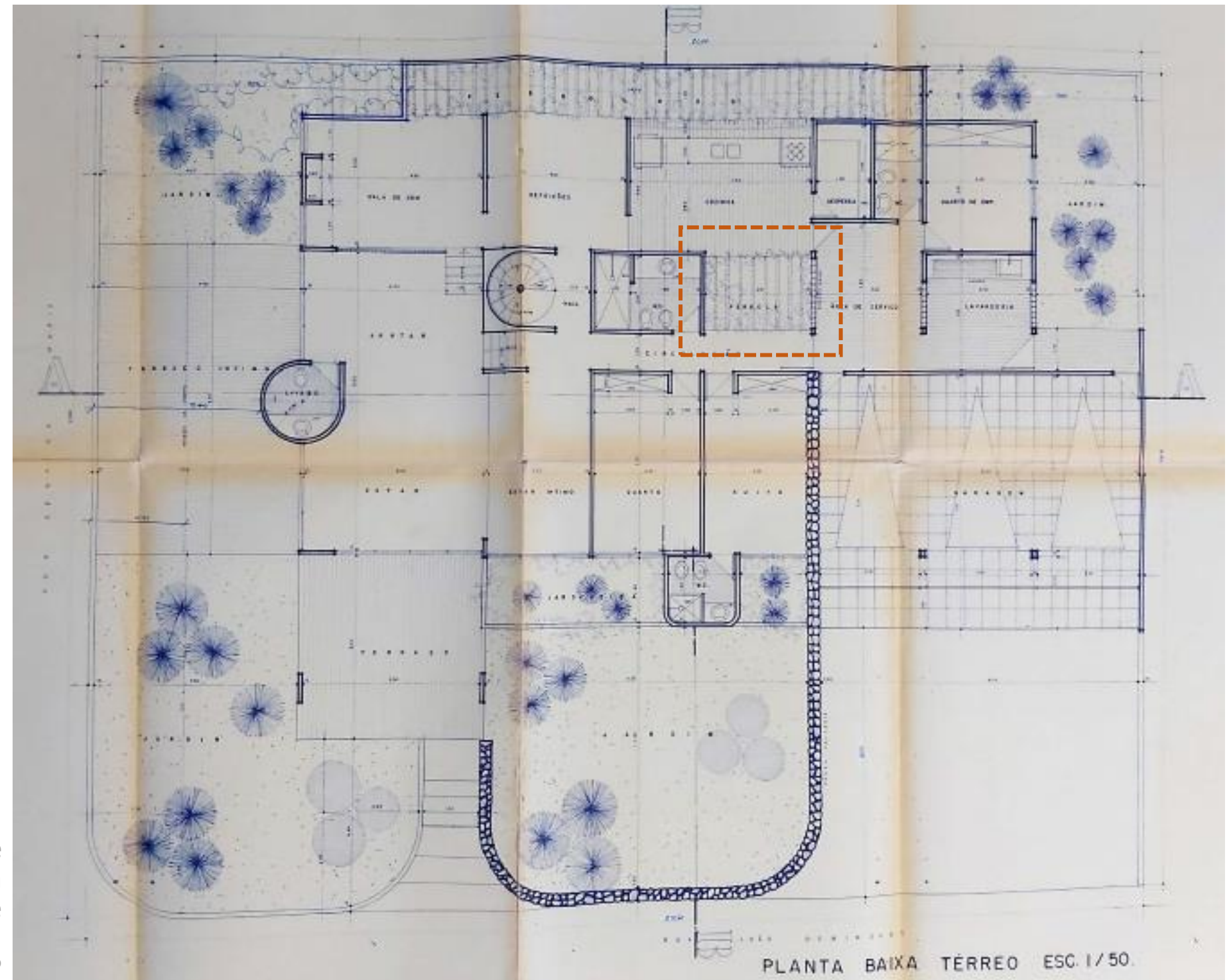
Com relação à sua clientela, Régis citou a importância dos financiamentos feitos na época, que facilitaram o grande número de projetos. Quanto ao programa residencial, comentou que cada projeto possui sua particularidade, não havendo um padrão nem um elemento de desejo, já que cada família tinha suas especificidades. Sem que fosse possível e com a aprovação dos clientes, “gostava de colocar jardins internos por duas razões: primeiro por dar mais frescor à casa, e segundo, servia como ‘chaminé’” (Figura 19 e 20, na página seguinte) (CAVALCANTI, 2022).

Acrescentou que:

Há três fundamentos principais na arquitetura: a função, a ergonomia e a estética. Você deve fazer a função e depois a arquitetura para o cliente, que é quem vai usufruir diretamente do projeto. Você deve projetar de forma adequada ao nosso clima, dando sombra, entrada e saída de ar, dividindo bem a casa”. Régis comentou que não se considerava um arquiteto brutalista - título dado em algumas pesquisas acadêmicas: “tive professores modernistas e que acreditavam numa filosofia de ‘quanto menos, melhor’, o concreto devia ser aparente, não admitiam revestimentos, no máximo um verniz (CAVALCANTI, 2022).

Régis comentou que não se considerava um arquiteto brutalista - título dado em algumas pesquisas acadêmicas: “tive professores modernistas e que acreditavam numa filosofia de ‘quanto menos, melhor’, o concreto devia ser aparente, não admitiam revestimentos, no máximo um verniz”.

Figura 20: Planta baixa de residência do Sr. José Will, com jardim interno entre a área de serviço e a cozinha. / Fonte: Arquivo Central da PMJP



Em paralelo com Régis Cavalcanti, **Expedito de Arruda Pires de Freitas** (nascido em 1949) (Figura 21) também surgia como um dos profissionais mais ativo nesse período. Tendo se mudado para Recife ainda adolescente, em 1969 prestou vestibular para o curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pernambuco, onde se graduou em 1974, juntamente com Régis Cavalcanti. Frequentou e estagiou em escritórios de arquitetos reconhecidos, como Armando de Holanda, Reginaldo Esteves e Wandenkolk Tinoco. Ingressou como professor na Universidade Federal da Paraíba ainda em 1977, e lá lecionou por cerca de 15 anos. Se dedicou a projetos residenciais unifamiliares e edifícios multifamiliares, embora tenha participado de alguns concursos públicos como o da Caixa Econômica Federal (ARRUDA, 2022).

Assim como Régis, em seu depoimento Expedito também fez referência a Delfim Amorim, Wandenkolk Tinoco, além de Armando de Holanda, Vital Pessoa de Melo e Acácio Borsoi, como professores marcantes. Entre as disciplinas, pontuou que, para ele, não houve

nenhuma disciplina mais importante, mas que todas funcionavam como um conjunto, dando ao arquiteto, como um “observador permanente dos caminhos da cidade”, a compreensão de todos os “fatos fundamentais da vida urbana” (ARRUDA, 2022).



Figura 21: Arquiteto Expedito Arruda. Fonte: Acervo Google Imagens

Sobre sua prática profissional ainda na graduação, Expedito estagiou em mais de vinte escritórios, fazendo a princípio trabalhos menos criativos e mais manuais, e só a partir do quarto período começou efetivamente a trabalhar diretamente em projetos. Para ele, os nomes de Borsoi, Holanda e Delfim eram os mais relevantes na época: “eram geniais”.

Acerca da sua atuação como profissional, apesar de ter se formado em Recife, polo mais atrativo da região, trabalhou em Teresina/PI e Aracajú/SE, onde participou da equipe ganhadora de um concurso para a Biblioteca Pública do Estado, em seu último ano da faculdade. Após formado, o início de sua atividade em João Pessoa se deu pela indicação de um de seus professores, para a paisagista Janete Freire, para realização do projeto do Cemitério Parque dos Ipês, em 1977, seu primeiro projeto na Paraíba. Depois disso, se instalou definitivamente em João Pessoa, com escritório próprio. Contratado pela Prefeitura Municipal, encaminhou projetos como o Plano Nacional de Centros Sociais Urbanos, que tinha como objetivo

promover a integração social nas cidades através da criação de escolas, praças e centros culturais, além de ter atuado também no projeto CURA.

Expedito também lembrou o projeto da primeira residência em João Pessoa: Residência Haroldo Coutinho de Lucena (Figura 22), de 1979, localizada na principal avenida do bairro Bessa, em um lote de



Figura 22: Residência Haroldo Coutinho de Lucena, Expedito Arruda, de 1979. / Fonte: COSTA, 2014, p. 224

esquina (ARRUDA, 2022). Além desta, também deu ênfase à Residência Ary Carneiro Vilhena (Figura 23 e 24, na página seguinte), de 1988, construída no Jardim Visão Panorâmica, atual Altiplano, que foi demolida em 2013 para dar lugar a um empreendimento imobiliário da Construtora Alliance.

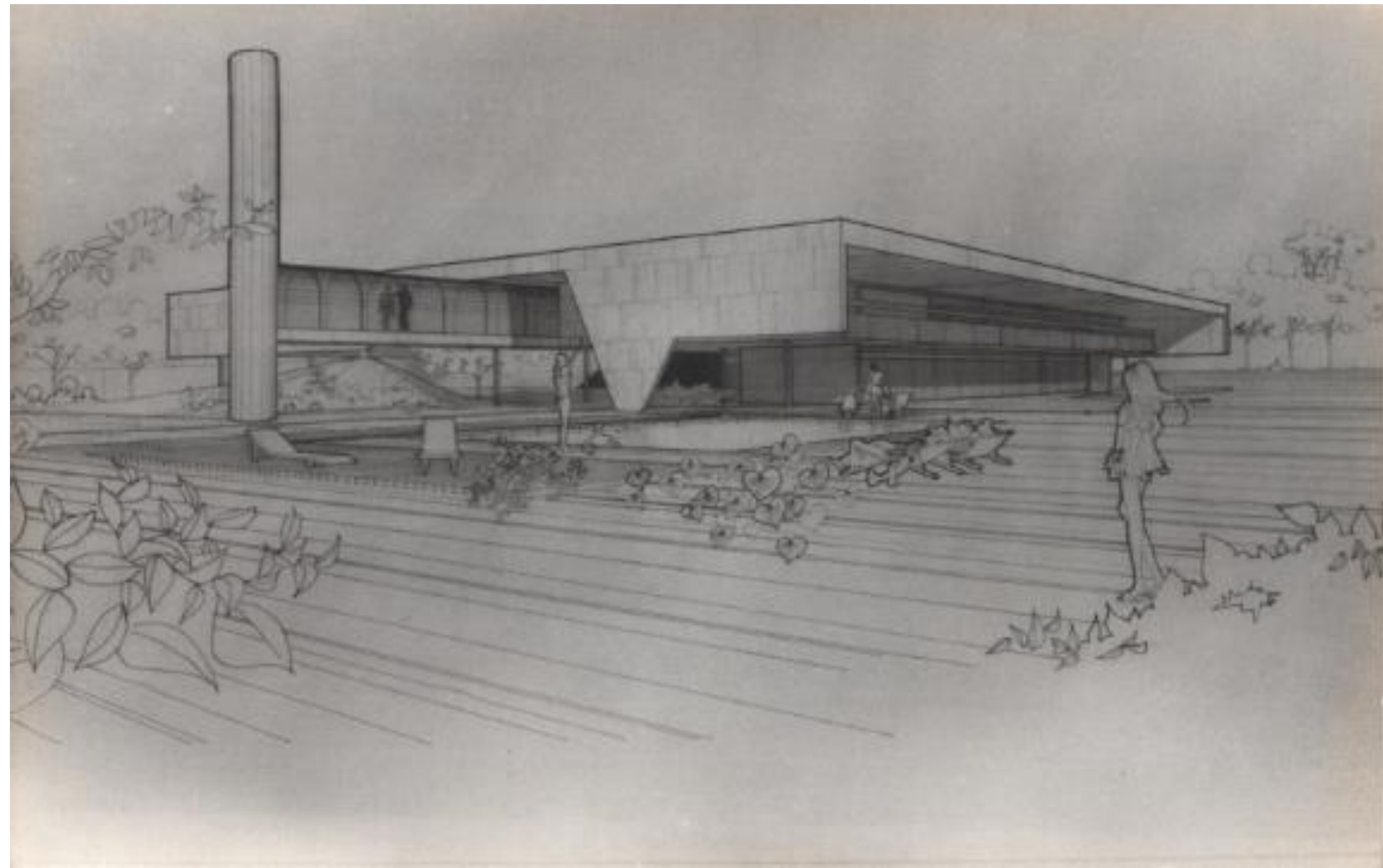


Figura 23: Croqui da Residência Ary Carneiro Vilhena, Expedito Arruda, de 1988. / Fonte: Acervo de Expedito Arruda, cedido à autora.

Figura 24: Residência Ary Carneiro Vilhena, Expedito Arruda, em 2010.



Fonte: COSTA, 2014, p. 227

Sobre a época em que iniciou sua vida profissional em João Pessoa, Expedito relatou:

Quando cheguei aqui, você andava fácil na Avenida Epitácio Pessoa, a cidade ainda estava se desenvolvendo. O projeto CURA, por exemplo, ajudava algumas áreas da cidade a criar sua infraestrutura, ainda muito inicial. Muita coisa estava acontecendo em João Pessoa. Meu escritório me tomava muito tempo, os projetos começavam a sair. Ainda trabalhei na Universidade [da Paraíba] por doze anos. Os arquitetos que estavam no auge nesse momento eram Régis Cavalcanti e Amaro Muniz. Tudo era Régis. Tudo era Amaro (ARRUDA, 2022).

Quanto aos clientes, Expedito comentou que muitos o deixavam à vontade para projetar:

Eles diziam: 'coloque quatro quartos e o resto você decide'. Hoje, a liberdade da pós-modernidade é importante, eu posso revisar e rever alguns aspectos do modernismo ou do que eu queira. Na verdade, quando era modernista mesmo, havia uma regra fixa para você projetar, se você quisesse estar 'na moda'. Em referências como Frank Lloyd Wright, Mies van der Rohe e Le Corbusier haviam conceitos já previstos como a linguagem limpa e racionalista. Mas onde ficava a contextualização da obra? (ARRUDA, 2022).

Para Expedito, o contextualismo deve estar imbuído no projeto por estarmos em um país essencialmente tropical, "cheio de sol, em que precisamos proteger com largos beirais as paredes". Assim como Régis, acreditava que não havia um objeto de desejo, e sim, necessidades específicas para cada projeto. Os clientes "pediam o que estava nas revistas, mas eu acredito nessa linguagem regionalista, que permite espaços amplos e contínuos, onde o ar flui e a renovação é permanente". Sobre os bairros onde as construções eram mais recorrentes, Expedito respondeu: "onde são os bairros onde as pessoas têm dinheiro?", fazendo alusão ao padrão financeiro dos clientes que

construíam essas casas e que o procuravam (ARRUDA, 2022).

Também graduado pela Universidade Federal de Pernambuco, já em 1975, **Amaro Muniz Castro** (Figura 25) foi outro nome que passou a compor o quadro de arquitetos paraibanos atuantes nos anos 1980. Natural de Campina Grande, antes da arquitetura, se dedicava a desenhos e design gráfico. Em 1976, prestou concurso para lecionar como professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, em que foi aprovado e lá ficou por trinta anos, até 2006, lecionando nas disciplinas de Oficina de Plástica e Projeto, dividido entre a sala de aula e seu escritório. Antes disso, atuou também como arquiteto na mesma instituição, colaborando para a execução de diversos projetos dentro do campus, como por exemplo a Biblioteca Central e o Restaurante Universitário. Sua produção é mais intensa entre os anos 1970 e 1980, em que trabalhou na AMC Projetos e Consultoria. Mesmo após desativar seu escritório, continuou as atividades como arquiteto no setor público, na Secretaria de Planejamento (SEPLAN) da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Junto com Régis Cavalcanti, realizou alguns trabalhos como o Mercado de Artesanato Paraibano, em Tambaú (CASTRO, 2022).



Figura 25: Arquiteto Amaro Muniz. Fonte: Acervo Google Imagens

Apesar de não ter passado no vestibular na primeira tentativa, Amaro conseguiu sua vaga no segundo semestre de 1969. Sobre esse tempo, acrescentou: “Se estagiava muito no Recife, a partir do terceiro período você já era ‘fisgado’ pelo escritório de algum professor”, disse Amaro, em seu depoimento, referindo-se aos estudos na Escola de Pernambuco. Sobre o trabalho como estagiário, ele pontuou:

Ajudávamos a desenhar, a fazer prancha, a fazer maquete. Quando você se olhava sessenta dias depois de entrar na Universidade, você já não se reconhecia mais, de tanto que você já havia amadurecido dentro do curso. O quinto ano da faculdade era noturno, justamente para que os alunos pudessem trabalhar durante o dia (CASTRO, 2022).

Antes de entrar para a universidade, fez parte de um grupo de pintura onde conseguiu obter diversas experiências no campo artístico: “eu expus esculturas na Pré-Bienal de São Paulo, no Recife, em 1970, e acabei levando para a Universidade uma experiência de desenho”. As esculturas realizadas por Amaro na Pré-Bienal foram organizadas num catálogo (Figura 26), com seu nome, os materiais utilizados, suas dimensões e seus valores, respectivamente.

Figura 26: Obras assinadas por Amaro Muniz na Pré-Bienal.

AMARO MUNIZ (1951 — Campina Grande)	
	Cr\$
O Coração, 1970, ferro, solda, plástico, 145 x 70	500,00
Aparelho Respiratório, 1970, ferro, solda, 75 x 45	500,00
Sistema Gargobucal, 1970, ferro, solda, 50 x 40	300,00
Aparelho Renal, 1970, ferro, solda, 70 x 50	300,00
Aparelho Digestivo, 1970, ferro, solda, plástico, 50 x 80	300,00

Fonte: Catálogo da Pré-Bienal de São Paulo, de 1970.

Sobre seus professores, assim como fizeram Régis e Expedito, também assinalou a importância de Wandenkolk Tinoco, Acácio Borsoi, Delfim Amorim e Vital Pessoa de Melo para sua formação. Entre as disciplinas, Projeto e Composição foram as que considerou mais relevantes, mas também lembrou de outras: Mecânica, Instalações Hidrosanitárias e Resistência dos Materiais. Além disso, ressaltou a importância de revistas como a Módulo: “tinha um editorial de qualidade, mostrava projetos de praticamente todo o Brasil, mas notadamente as regiões Sul e Sudeste. O Nordeste aparecia menos”. Outra referência citada no âmbito internacional foi a *Bauhaus*, escola

de arte vanguardista da Alemanha que teve no modernismo suas maiores expressões, além de lembrar de nomes como Mies van der Rohe. No Brasil, mencionou personalidades como Ruy Ohtake e Paulo Mendes da Rocha.

Sobre o início da sua atuação em João Pessoa, Amaro ressaltou que seria difícil se engajar no mercado profissional em Recife, pela falta de contatos. Com a abertura do concurso para lecionar na UFPB, acabou sendo aprovado e se radicou na capital paraibana. Amaro ressaltou a criação de cursos ao redor do Brasil, como uma resposta à grande quantidade de profissionais que aquele período demandava, sendo no caso específico de João Pessoa, reflexo também do crescimento urbano pelo qual a cidade passava. Disse: “Eu cheguei numa hora boa aqui [em João Pessoa], apesar de conhecer poucas pessoas, vim para cá concursado”. Além disso, posteriormente, também foi sócio de Armando de Carvalho durante três anos, onde desenvolviam projetos residenciais, principalmente.

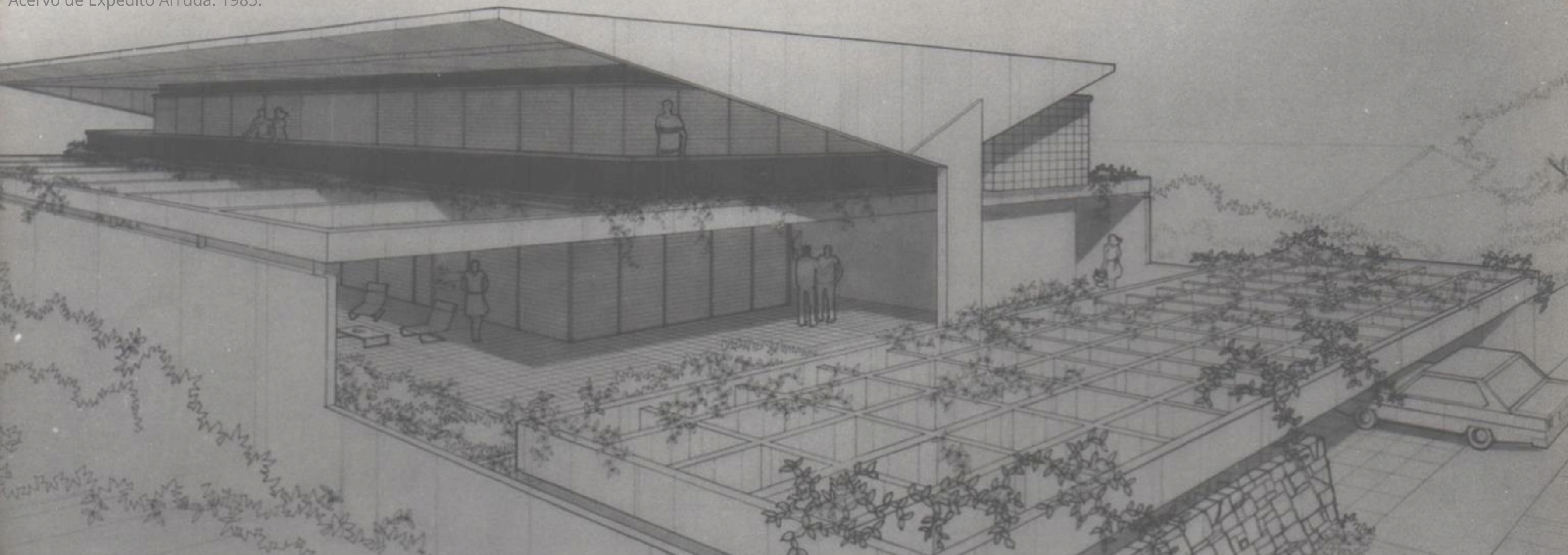
Quanto aos outros profissionais que já atuavam aqui, citou os

nomes de Grasiela de Almeida Dantas, Pedro Dieb e Mário Di Lascio: “É claro que Mário e Pedro já tinham seus espaços, e o momento era outro, diferente. Quando chegamos aqui, eu, Expedito e Régis, talvez porque éramos muito jovens, o ideário mudou muito (CASTRO, 2022).

Na hora de projetar, Amaro citou a importância de contextualizar o projeto com o local em que ele está inserido: “por estar no Nordeste, ventilar, iluminar e orientar aqui é diferente. E eu sempre tive muito cuidado com a casa nordestina brasileira, com a ventilação que essa casa iria receber”. Assim como Régis, comentou sobre a importância dos financiamentos realizados nesse período, classificando sua clientela como uma classe média constituída por profissionais públicos estaduais e federais. Sobre as áreas da cidade onde estavam seus projetos lembrou que “O projeto CURA começou a urbanizar Manaíra e nós atuamos muito nas áreas litorâneas, Tambaú, Cabo Branco e Manaíra. O Bessa quase não existia ainda”. Quanto aos materiais, para Amaro “os materiais não eram tão ausentes, apenas eram materiais da época”. Por fim, ressaltou a importância da ventilação natural dentro

de seus projetos: “a casa deveria criar seu próprio microclima, uma ambiência em conformidade com as preferências do cliente que, juntamente com elementos culturais nossos, deviam criar uma atmosfera agradável”.

Assim, denota-se que a chegada desses novos arquitetos, formados pela escola pernambucana, alterou o ideário da produção aqui na Paraíba, pois ao contrário de seus antecessores, possuíam uma formação muito mais local. O fato de serem paraibanos - com exceção de Expedito que veio de Recife para João Pessoa - também facilitou a relação deles com o contexto em que projetavam. No próximo capítulo, compreenderemos como essa produção se manifestou pelas ruas da capital paraibana.



3

*TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA
RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A
REALIDADE DO LUGAR*

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

Identificação do universo da pesquisa

Até aqui direcionamos o olhar sobre informações que permitiram entender o contexto, nacional e local, que propiciou o surgimento da produção arquitetônica na cidade de João Pessoa, na década de 1980, observando, em particular, a residência unifamiliar.

No capítulo anterior, sendo o foco do presente trabalho as residências projetadas pelos três arquitetos que, entre outros, representaram a terceira geração destes profissionais na cidade, iniciamos a investigação realizando entrevistas com eles. Nestas, como visto, pode-se obter dados pessoais e biográficos, compreender melhor o cenário social e profissional envolvido na idealização e construção dessas residências, e também se buscou ter acesso aos projetos que são o objeto da pesquisa (ver Apêndice 1). No entanto, não havendo um acervo pessoal e preservado dos projetos por eles desenvolvidos, a alternativa foi buscar informações no Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), no qual estão

guardados os projetos arquitetônicos submetidos à aprovação pela municipalidade.

Este Arquivo Central é, certamente, o principal acervo a ser consultado para quem busca trabalhar a história da arquitetura produzida em João Pessoa, mas o acesso a ele demanda longas horas de trabalho e perseverança, devido à falta de sistematização dos projetos. Se faz necessário vasculhar, caixa a caixa, na busca pelas informações desejadas e, mesmo assim, não há a certeza de estarmos trabalhando com a totalidade dos projetos produzidos pelos arquitetos em foco, uma vez que ocorreram muitas perdas de arquivos. Assim, somos conscientes que iremos analisar aquilo que nos chegou sobre a arquitetura residencial dos anos 1980, entre lacunas, seja na documentação dos arquivos, ou nos imóveis, entendidos também como documentos, mas hoje descaracterizados ou demolidos.

Metodologicamente, a pesquisa no Arquivo da PMJP foi encaminhada da seguinte forma: 1) coleta dos dados no arquivo, feita diretamente nas 155 caixas referentes à década de 1980, uma vez que

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

a PMJP não tem uma catalogação destes. Cada caixa contém uma média de 25 processos, totalizando cerca de 3.875 documentos, sendo que muitos encontravam-se úmidos, “mutilados” e até com marcas de queimado; 2) os processos referentes ao universo de estudo em foco foram fotografados na íntegra e as imagens organizadas em pastas considerando o ano de projeto e o arquiteto.

A pesquisa no Arquivo Central da PMJP durou cerca de um mês devido a dificuldade de localizar os processos em meio a documentos que tratam de assuntos os mais diversos: alvará de construção, cartas de “Habite-se”, processos de embargo, remembramento/desmembramento de lotes, alinhamento de calçadas, criação de muros, reformas e ampliações, levantamentos planimétricos, entre outros.

Entre os documentos de interesse para esta pesquisa foram encontrados, ao todo, 154 projetos de autoria dos três arquitetos, sendo 40 de Amaro Muniz, 47 de Expedito Arruda e 64 projetos de Régis Cavalcanti. Alguns critérios foram definidos para esta seleção: os

projetos de residências unifamiliares precisavam estar assinados pelos arquitetos em estudo; a construção e/ou projeto datarem comprovadamente do período entre 1980 e 1989. Apesar de muitos dos projetos encontrados não estarem completos - alguns faltavam os desenhos técnicos por completo, outros faltavam Boletim de Classificação - todos foram contabilizados.

Apesar das lacunas, ora dos processos ora das partes que os constituem, isso não comprometeu a pesquisa, visto que o número de projetos encontrados foi significativo. O quadro 3 mostra a distribuição dos projetos por ano e por arquiteto, sendo interessante observar que a partir de 1984 há um declínio no número de projetos de residências unifamiliares, mas em contrapartida foram crescentes os projetos de residências multifamiliares encontrados, o que nos faz pensar como essa tipologia se estendeu pela década de 1990.

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

Tabela 3: Número de residências encontradas por ano e por arquiteto

Arquiteto/Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Amaro Muniz	5	4	4	7	5	2	5	3	6	2
Expedito Arruda	2	12	3	6	4	10	3	2	2	3
Régis Cavalcanti	7	6	7	13	11	4	5	4	4	3
Total	14	22	14	26	20	16	13	9	12	8

Fonte: Arquivo Central PMJP, elaborado pela autora.

Cabe esclarecer que esses processos de aprovação de projetos pela PMJP eram obrigatoriamente constituídos pelos desenhos técnicos e o Boletim de Classificação (ver Anexo 1). Este documento, que era anexado ao projeto no ato do pedido de aprovação pela Prefeitura, contém informações importantes sobre a construção, como o nome do proprietário, o responsável pelo projeto, o valor estimado da obra e suas especificações gerais. Sendo o Boletim de Classificação um documento que antecede o início da obra, pode acarretar incongruências com o resultado final edificado. Apesar disso, para análise das residências, este documento foi levado em

consideração pelo fato de ser oficial e representar as escolhas dos arquitetos e seus clientes no ato do projeto.

Ao final destas pesquisas se constatou o que era esperado. As informações coletadas abrem perspectiva para análises diversas, seja pelo quantitativo de projetos localizados, seja pela ausência de estudos sobre essa produção arquitetônica da década de 1980, seja pelo potencial do material encontrado e dos próprios projetos. No entanto, considerando a limitação do tempo para produção desta pesquisa, por se tratar de um TCC, foi necessário retomar os objetivos propostos inicialmente e certificar a viabilidade de os concretizar. Feito este balanço, manteve-se a proposta de limitar os resultados da pesquisa ao registro dessa produção arquitetônica, mapeando-a na cidade; e identificar a ocorrência de elementos singulares entre as obras dos referidos arquitetos, que caracterizam a produção da década de 1980. Certamente, há muito mais a explorar sobre esses projetos, mas isso caberá a trabalhos futuros.

Buscando parâmetros para definir que características e elementos

singulares extrair dos projetos nesta primeira exploração, nos pautamos nos trabalhos de Tavares (2013) e Afonso (2019) a fim de desenvolver um modelo metodológico aplicável para a pesquisa, mesmo consciente que não é possível o aprofundamento da análise que tais autores alcançaram.

Melo (2013), em sua dissertação sobre Acácio Gil Borsoi, estudou oito residências construídas na Paraíba pelo arquiteto observando sete parâmetros analíticos: projeto e contexto; acessos e circulação; setorização; volumetria; adequação climática; estrutura; materiais. Já Afonso (2019), tratou em sua dissertação as casas de Mário Di Lascio em João Pessoa, contemplando um total de 50 residências. Observou as características projetuais que mais se sobressaem na obra do arquiteto, considerando duas categorias: a ‘técnica-linguagem’ – onde foram analisadas as cobertas, esquadrias e fechamento; e ‘espaço-movimento’ – quanto ao emprego de elementos como terraços, varandas e as circulações para articulação e organização das plantas.

Com base nestes dois autores e no conjunto dos projetos

reunidos para o estudo se definiu alguns pontos de análise que possibilitam uma primeira caracterização e identidade para a arquitetura residencial produzida em João Pessoa, na década de 1980. Assim, se passou a observar este acervo edificado considerando os seguintes aspectos: 1) análise das áreas dos lotes e das áreas construídas, de modo a classificar o padrão construtivo dos projetos; 2) estudo da implantação no lote, fazendo uma conexão com o tipo de parcelamento predominante nas áreas de expansão da cidade onde os projetos foram prioritariamente propostos; 3) identificação dos materiais e sistemas construtivos utilizados, os quais estão associados às possibilidades técnicas disponíveis na época e possibilidade financeira dos clientes, fatores que definem muito sobre as decisões projetuais dos arquitetos; 4) identificação de elementos e soluções singulares entre as obras dos referidos arquitetos, de modo a dar as primeiras impressões sobre a “cara” dessas residências dos anos 1980.

Dados como localização, área construída, implantação no lote, materiais e sistemas construtivos foram retirados tanto dos desenhos

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

técnicos quanto dos Boletins de Classificação que acompanham os processos de aprovação dos projetos pela Prefeitura, se confirmando a importância da pesquisa no Arquivo Central da PMJP.

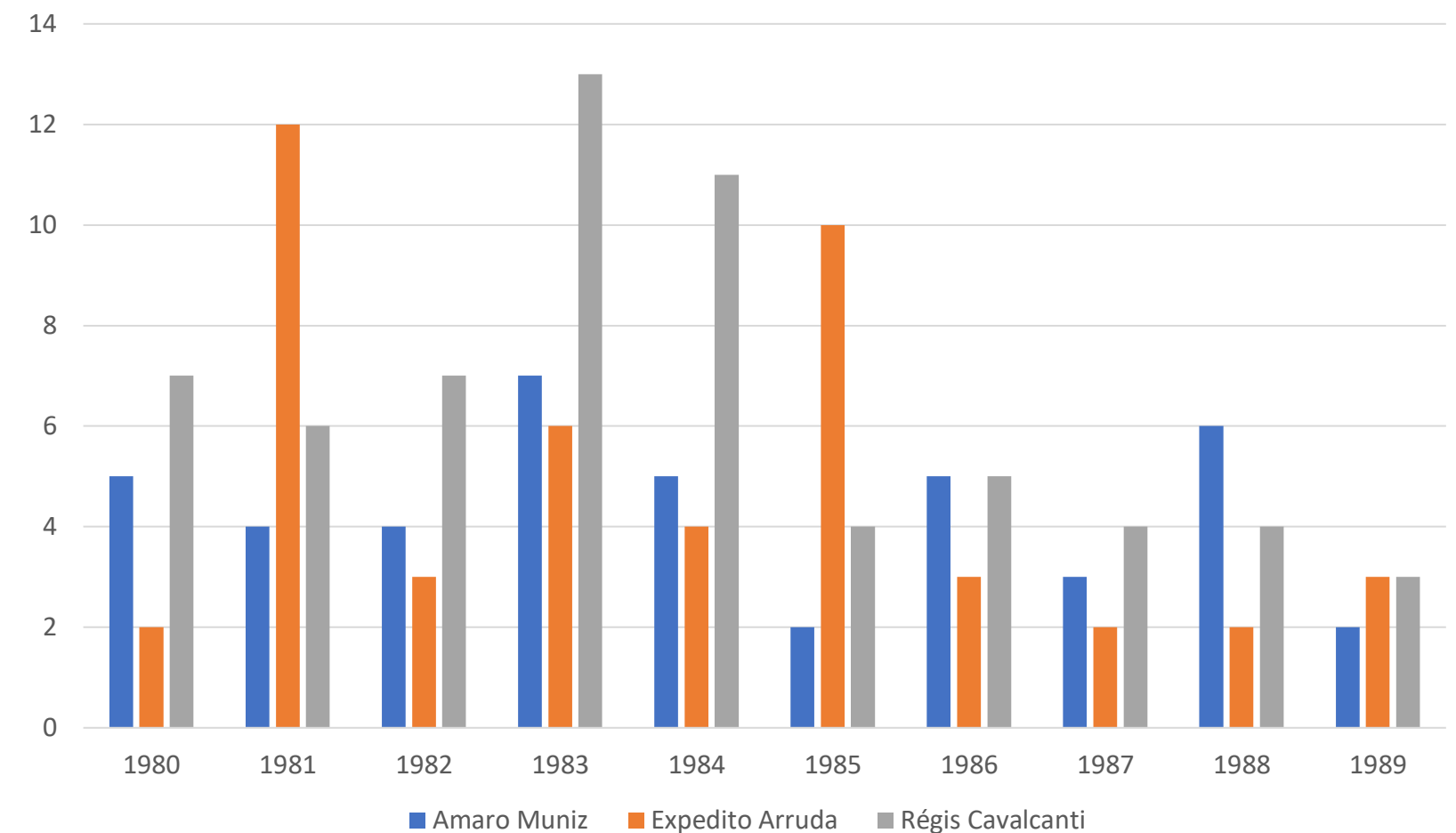
As residências e a cidade: mapeando o acervo edificado

Cumprindo o primeiro objetivo proposto para a pesquisa, após obter as informações quantitativas sobre os projetos realizados pelos arquitetos Régis Cavalcanti, Amaro Muniz e Expedito Arruda (Gráfico 1), buscou-se localizá-los na malha urbana de João Pessoa, para melhor compreender a posição dessas casas na cidade. Para tanto, se utilizou um mapa disponibilizado na plataforma "Filipéia: Mapas da Cidade", da Prefeitura Municipal.

Sobre este conjunto de residências, fizemos uma primeira organização, observando o campo "Padrão de Construção", contido nos Boletins de Classificação da PMJP, em que são dadas quatro opções de enquadramento das edificações: "luxo", "alto", "normal" e "baixo". É certo que se tratando de opções disponibilizadas para escolha de diversos funcionários que registraram a entrada de cada

um dos projetos na PMJP, ao longo de uma década, pesa um certo nível de subjetividade. Mesmo assim, este ainda foi o parâmetro escolhido para dar início à sistematização dos tantos projetos encontrados na pesquisa.

Gráfico 1: Produção das residências por arquiteto e por ano



Fonte: Elaborado pela autora

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

Fazendo uma análise entre o padrão construtivo identificado no boletim, os bairros onde as residências foram edificadas e o número de exemplares para cada padrão e bairro, é possível obter um primeiro panorama da produção dos três arquitetos. Ou seja, em que bairros eles mais atuaram, para que perfil de clientela? E mais, que imagem de arquitetura estavam trazendo para cada um destes bairros da cidade?

Para melhor compreensão dessa produção, selecionamos algumas fachadas que exemplificam cada um dos já referidos padrões construtivos. Optamos por apresentar fachadas, por se tratar do desenho técnico que melhor irá demonstrar a “cara” dessa arquitetura. Infelizmente, para o padrão construtivo “baixo” não havia desenhos técnicos disponíveis, pois os dois únicos processos encontrados para residências nesse padrão apenas contavam com o Boletim de Classificação. As figuras 27 e 28 são projetos de Régis e Amaro, respectivamente, com Padrão Construtivo “normal”. Já as figuras 29 e 30, de Padrão Construtivo “alto”, são projetos de Expedito. Por fim, as

figuras 31 e 32 são residências projetadas por Régis e Expedito e representam as casas de padrão “luxo”.

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

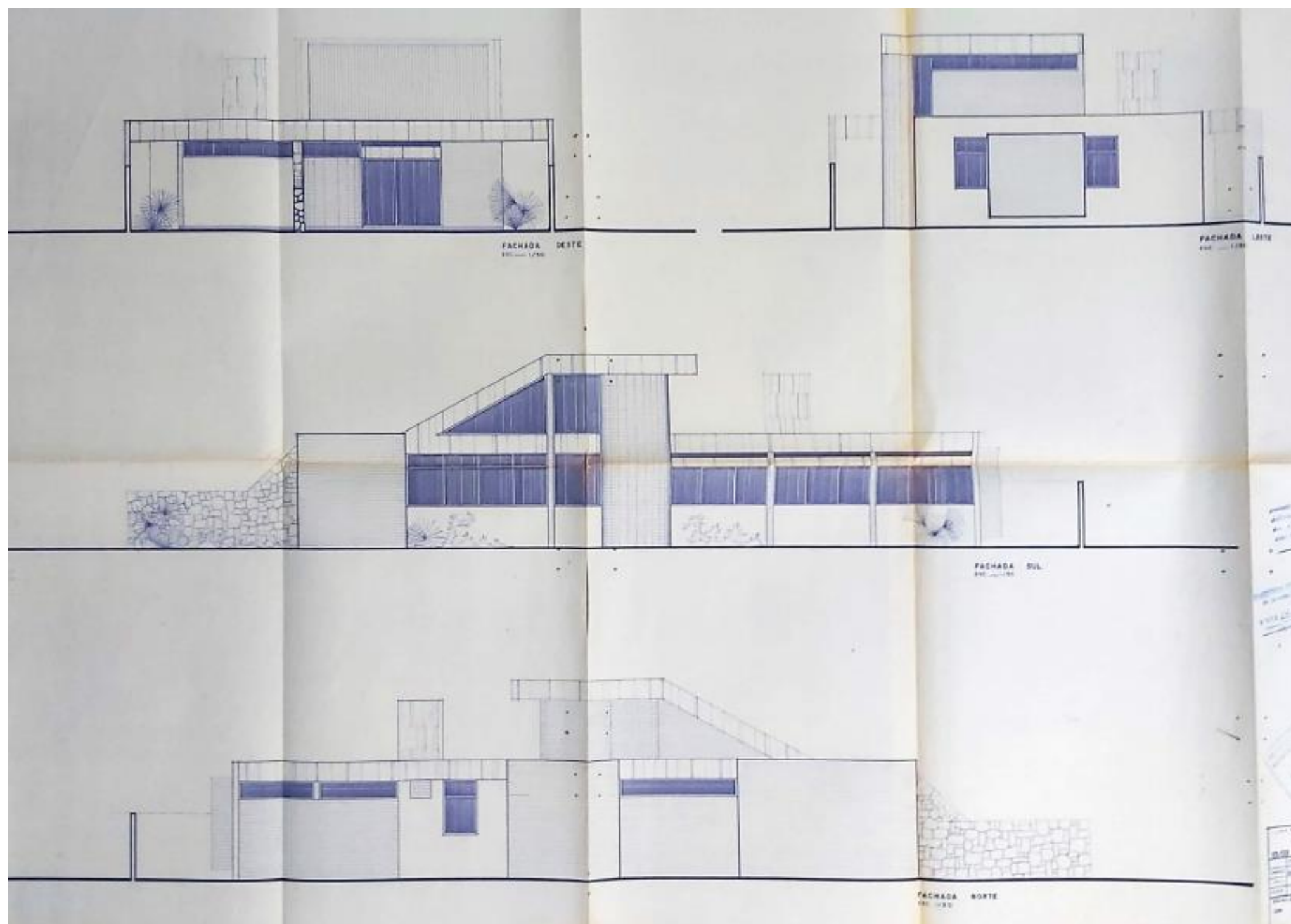


Figura 27: Casa de Padrão Construtivo “normal”, de Régis Cavalcanti, 1982, do Sr. Antonio Ribeiro. / Fonte: Arquivo Central da PMJP

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

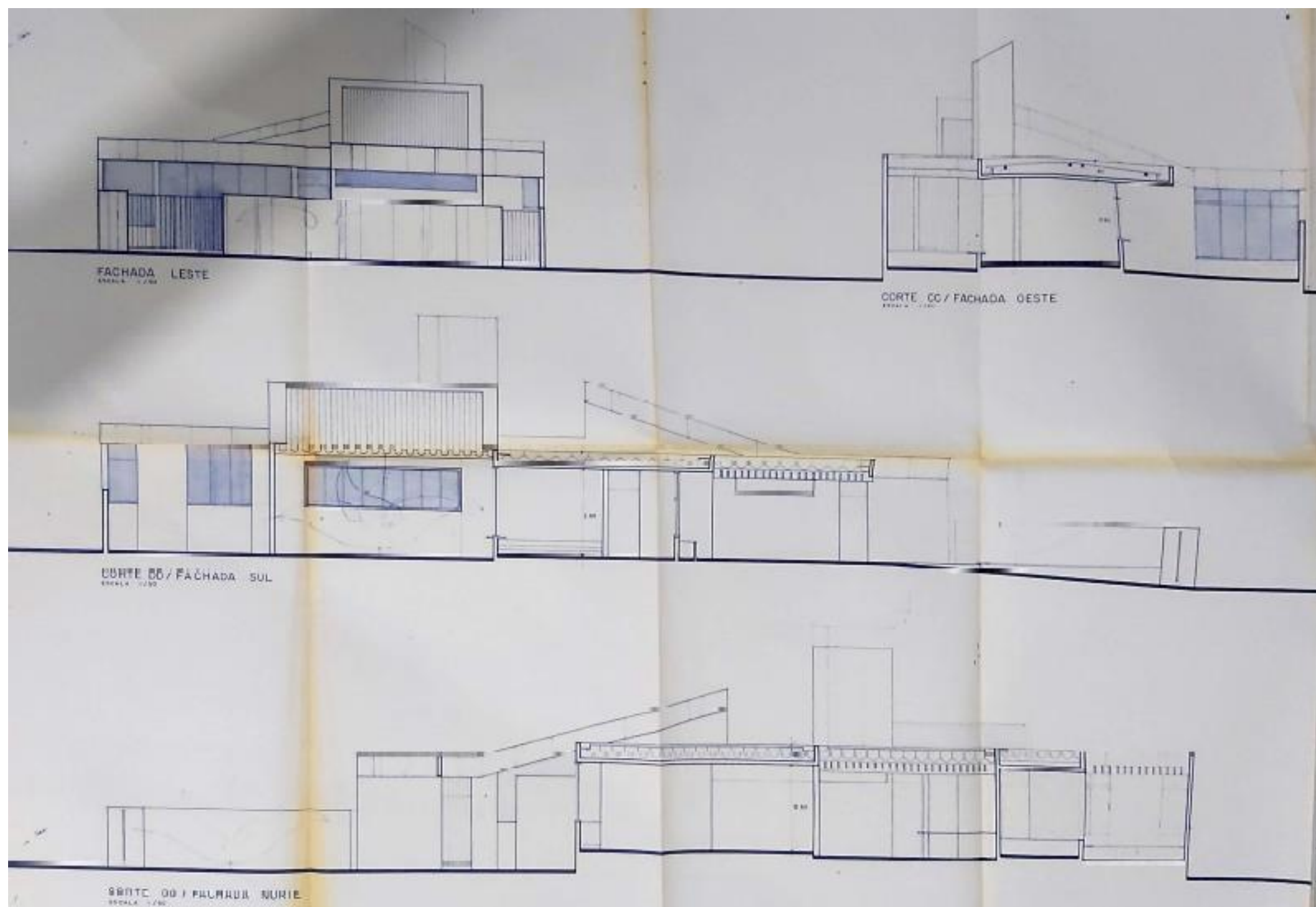


Figura 28: Casa de Padrão Construtivo "normal", de Amaro Muniz, 1982, para Radier Construções e Incorporações. / Fonte: Arquivo Central da PMJP

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

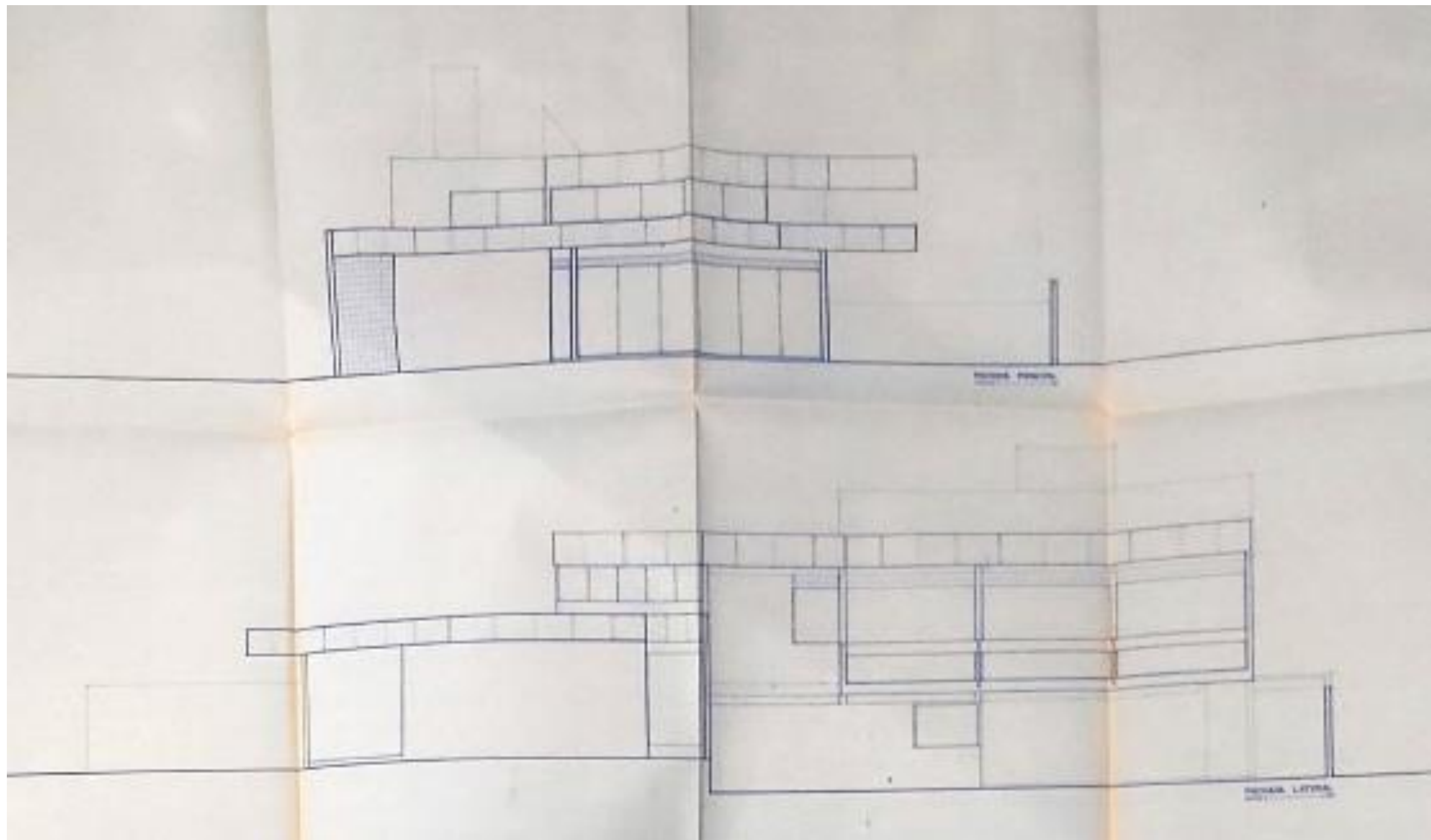


Figura 29: Casa de Padrão Construtivo “alto”, de Expedito Arruda, 1981, do Sra. Severino Carneiro. / Fonte: Arquivo Central da PMJP

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

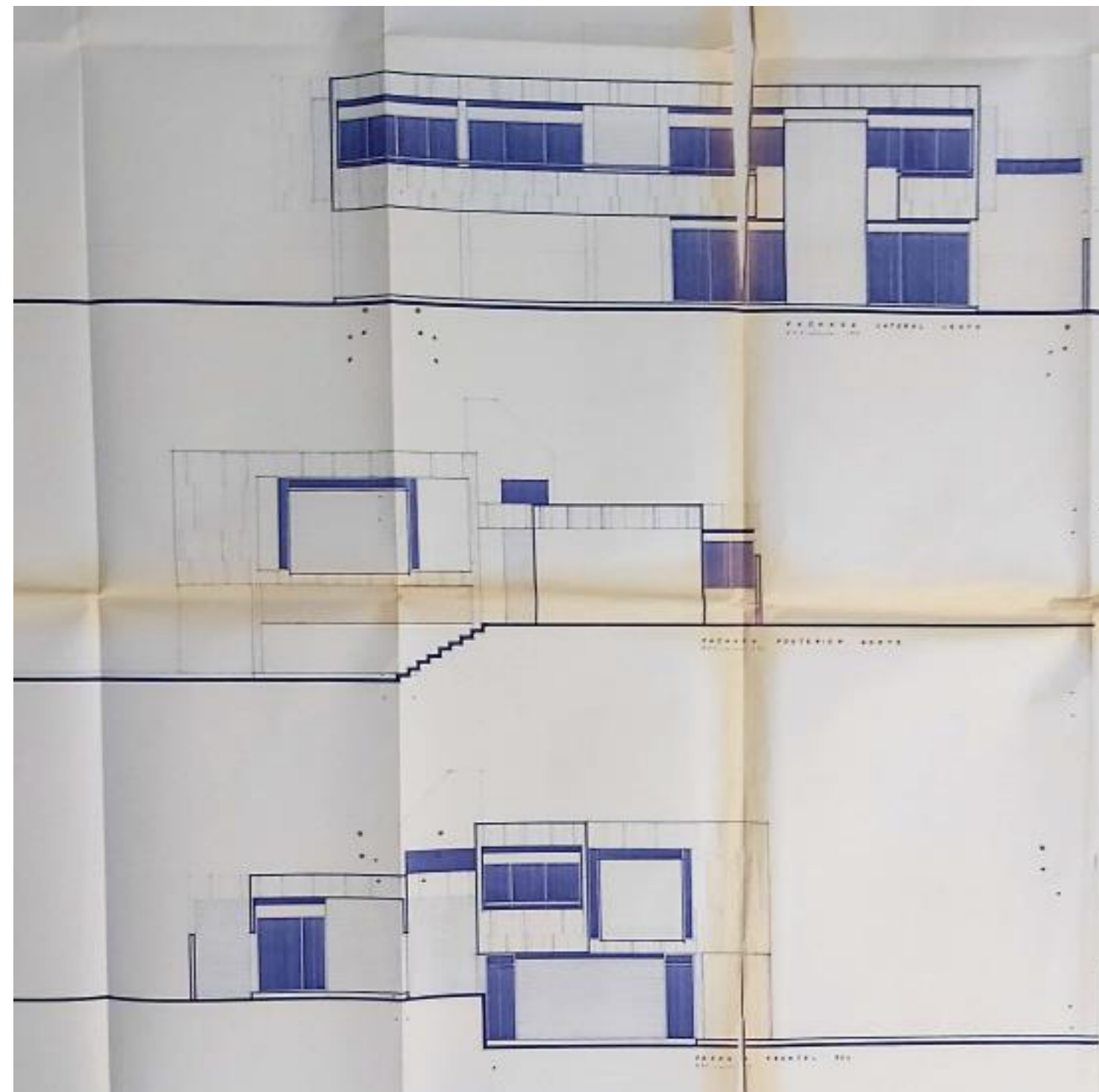


Figura 30: Casa de Padrão Construtivo “alto”, de Expedito Arruda, 1982, do Sr. Euclides Lima. / Fonte: Arquivo Central da PMJP

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

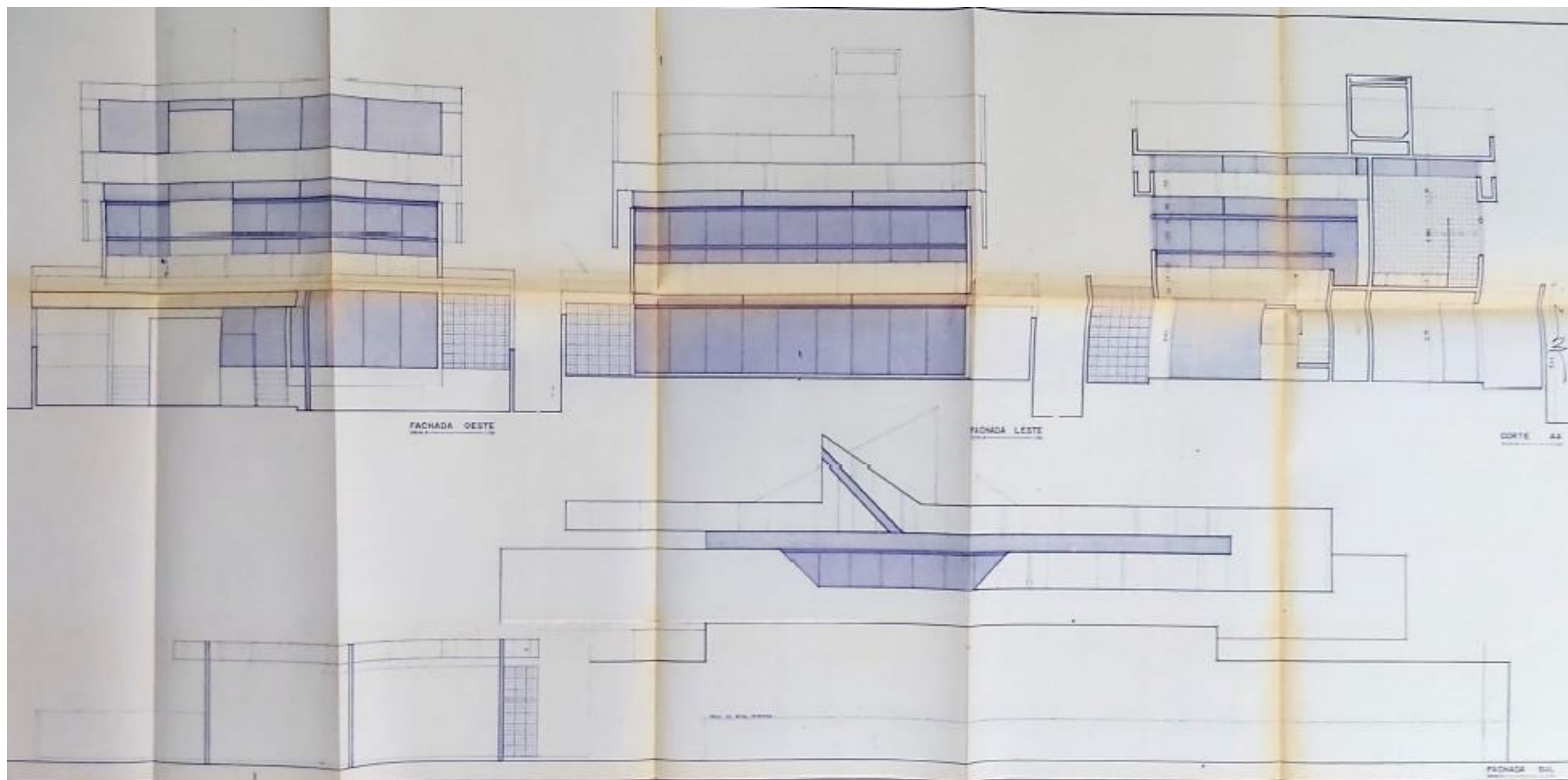


Figura 31: Casa de Padrão Construtivo "luxo", de Expedito Arruda, 1984, do Sr. Francisco Valdir. / Fonte: Arquivo Central da PMJP

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

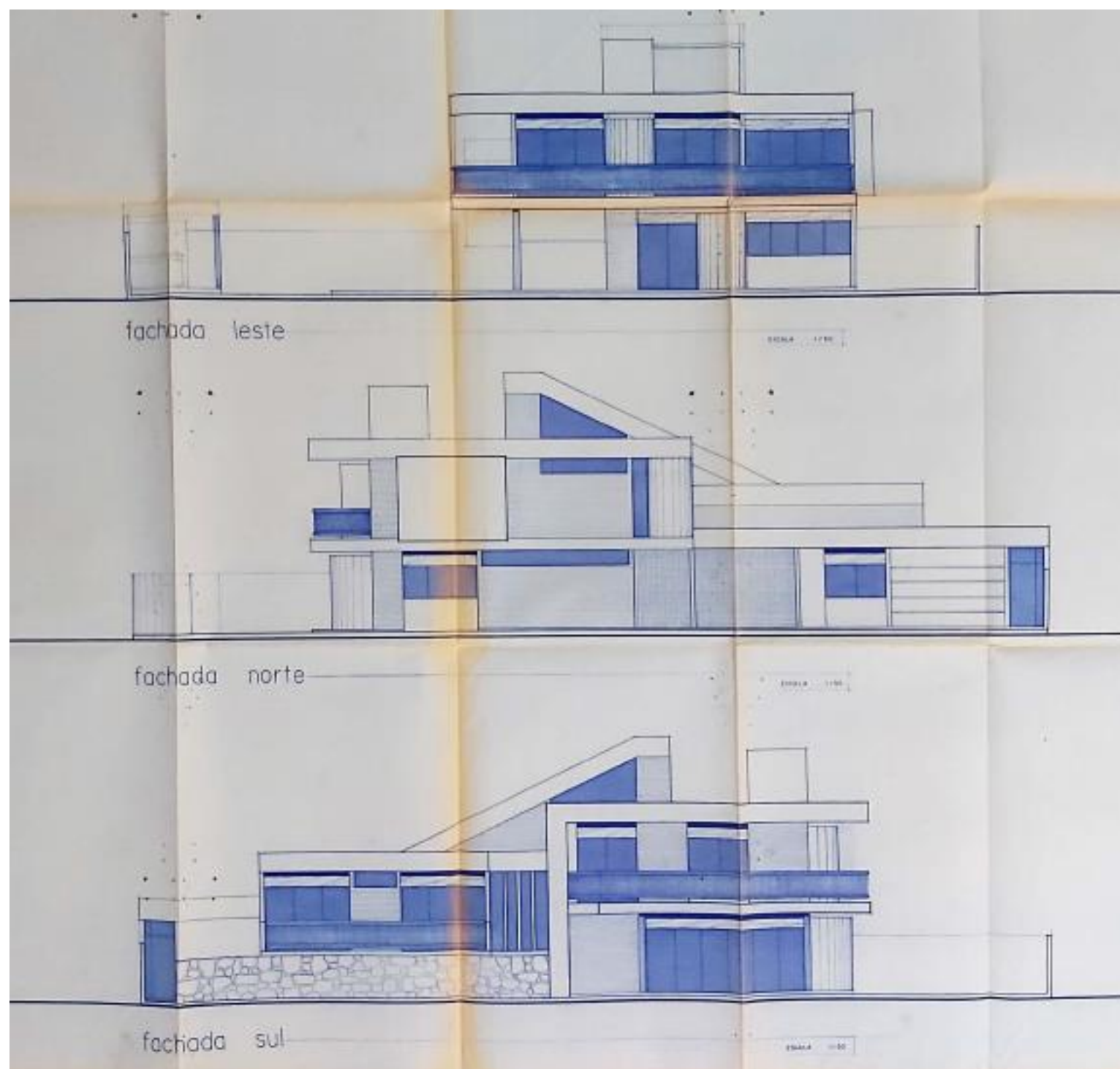


Figura 32: Casa de Padrão Construtivo "luxo", de Régis Cavalcanti, 1986, do Sr. Getúlio Soares. / Fonte: Arquivo Central da PMJP

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

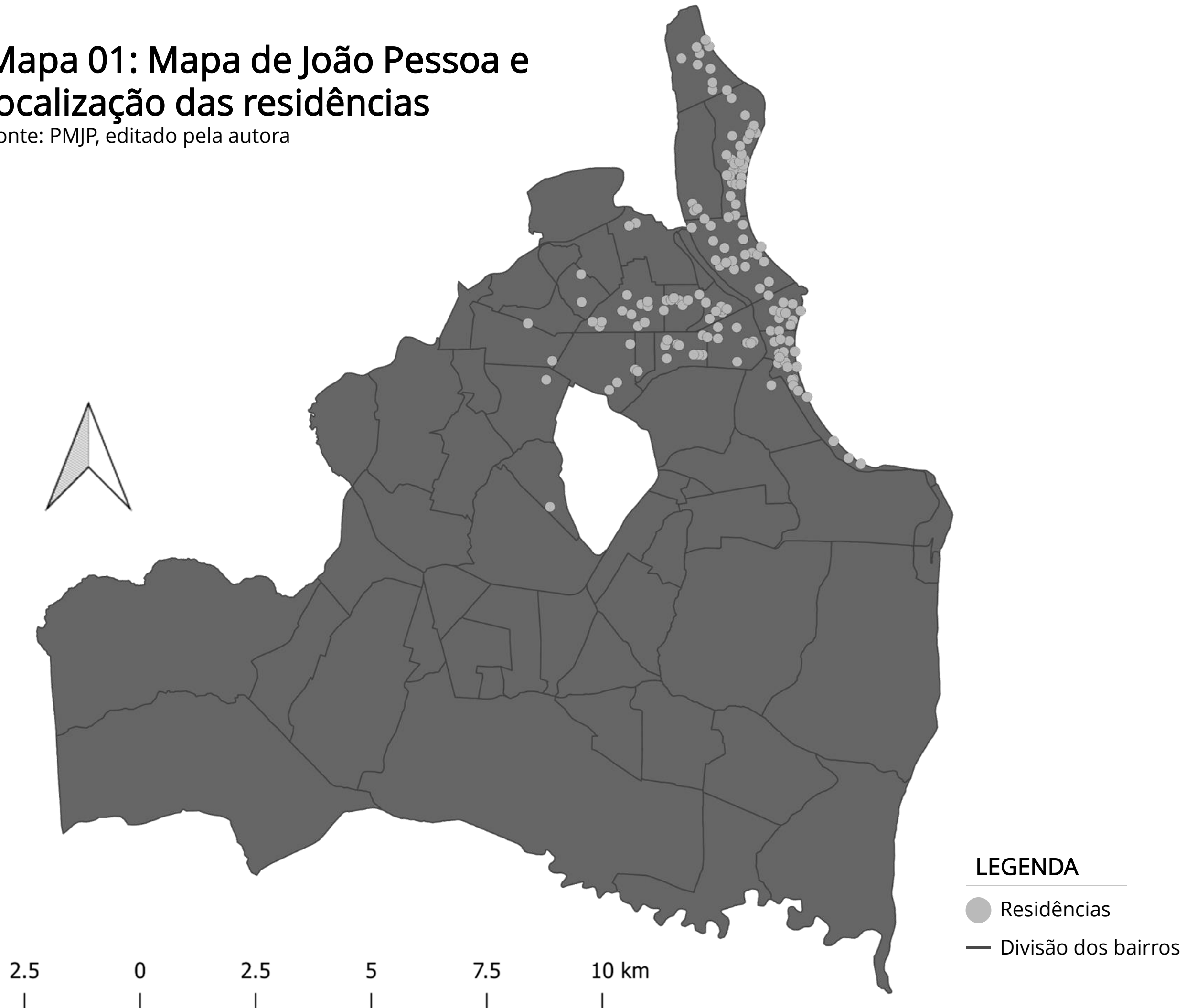
O mapa 1 (na página seguinte) mostra a localização das residências na cidade de João Pessoa. Neste primeiro mapa, de forma mais geral, é possível constatar alguns bairros de maior recorrência dos projetos desses arquitetos, bem como a relação entre estes e o padrão social dos bairros, os quais já foram caracterizados no primeiro capítulo do presente trabalho. Constata-se uma maior presença de projetos nos bairros nobres e que localizam-se em porção privilegiada da cidade: a orla e proximidades da Avenida Epitácio Pessoa, principal via da capital. Isso é um indicativo da relação entre a expansão da cidade em direção à orla marítima e a produção de uma arquitetura cuja linguagem era expressão daquele tempo, resultado da ação dos profissionais que compunham aquela geração, com formação para além das fronteiras da Paraíba, tópico abordado no segundo capítulo deste trabalho.

Com o intuito de melhor apreender essas informações, para os mapas 2 e 3 (nas páginas seguintes) foram recortados apenas os bairros nos quais as residências aparecem. Assim, no mapa 2, as casas

estão sistematizadas considerando o autor do projeto, enquanto que no mapa 3, as casas foram divididas segundo seu Padrão Construtivo. A partir deles, podemos obter algumas informações. Em primeiro lugar, podemos perceber a relação entre os arquitetos e os bairros. Assim, as casas de Amaro concentram-se nos bairros de Jardim Oceania (6), Manaíra (5), Tambaú (5) e Cabo Branco (5); aquelas projetadas por Expedito estão no Jardim Oceania (8), Manaíra (7) e Cabo Branco (7); e as que são de autoria de Régis, localizadas no Jardim Oceania (14), Manaíra (9), Cabo Branco (8), confirmando estes bairros como grande preferência das famílias mais abastadas da época. Interessante observar, também, que as casas de padrão “alto” e “luxo” concentram-se majoritariamente na faixa litorânea da cidade, enquanto as casas com padrão “baixo” e “normal”, apesar de também se encontrarem em bairros próximos a praia, aparecem com relevância em áreas um pouco mais afastadas.

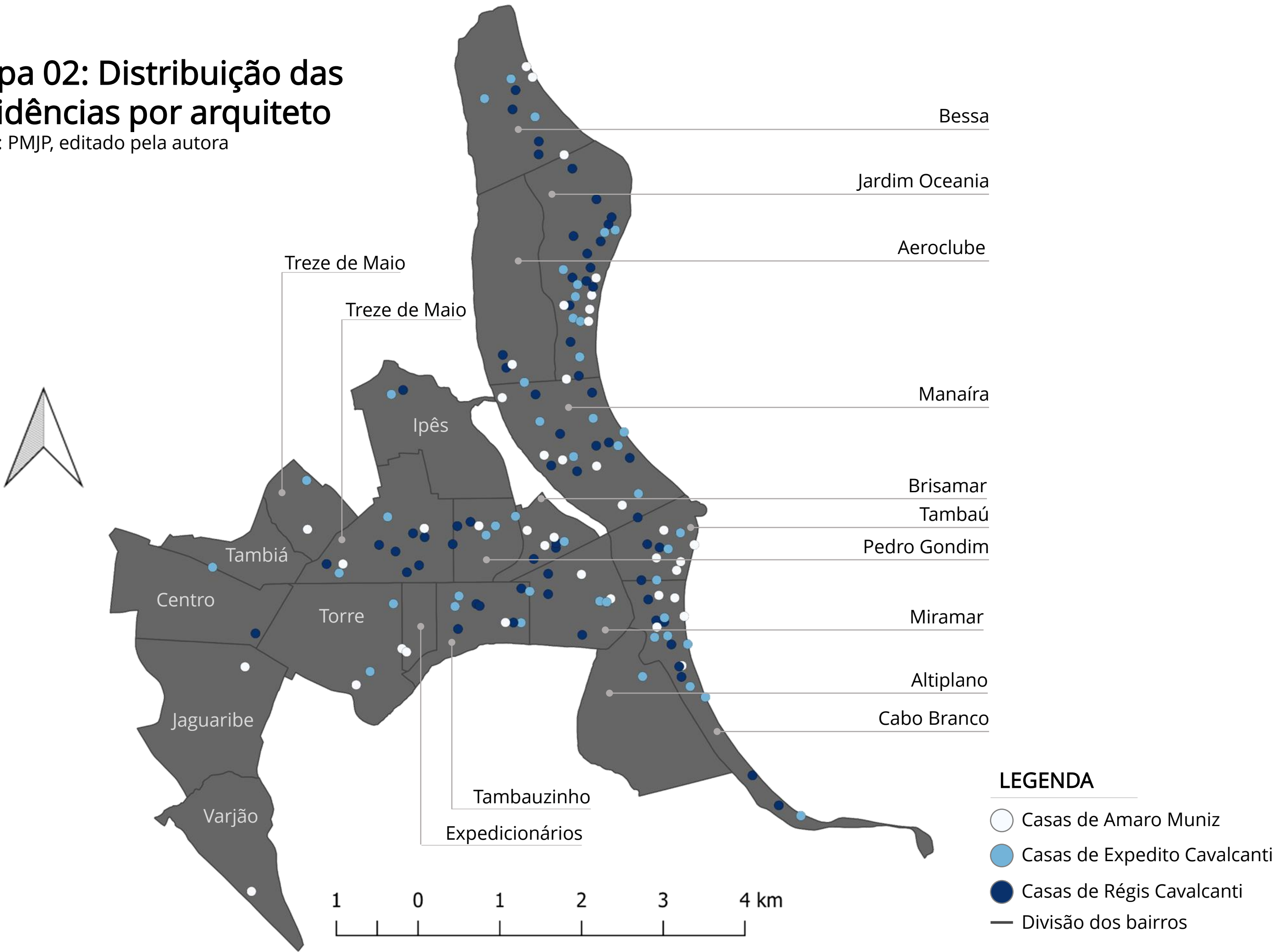
Mapa 01: Mapa de João Pessoa e localização das residências

Fonte: PMJP, editado pela autora



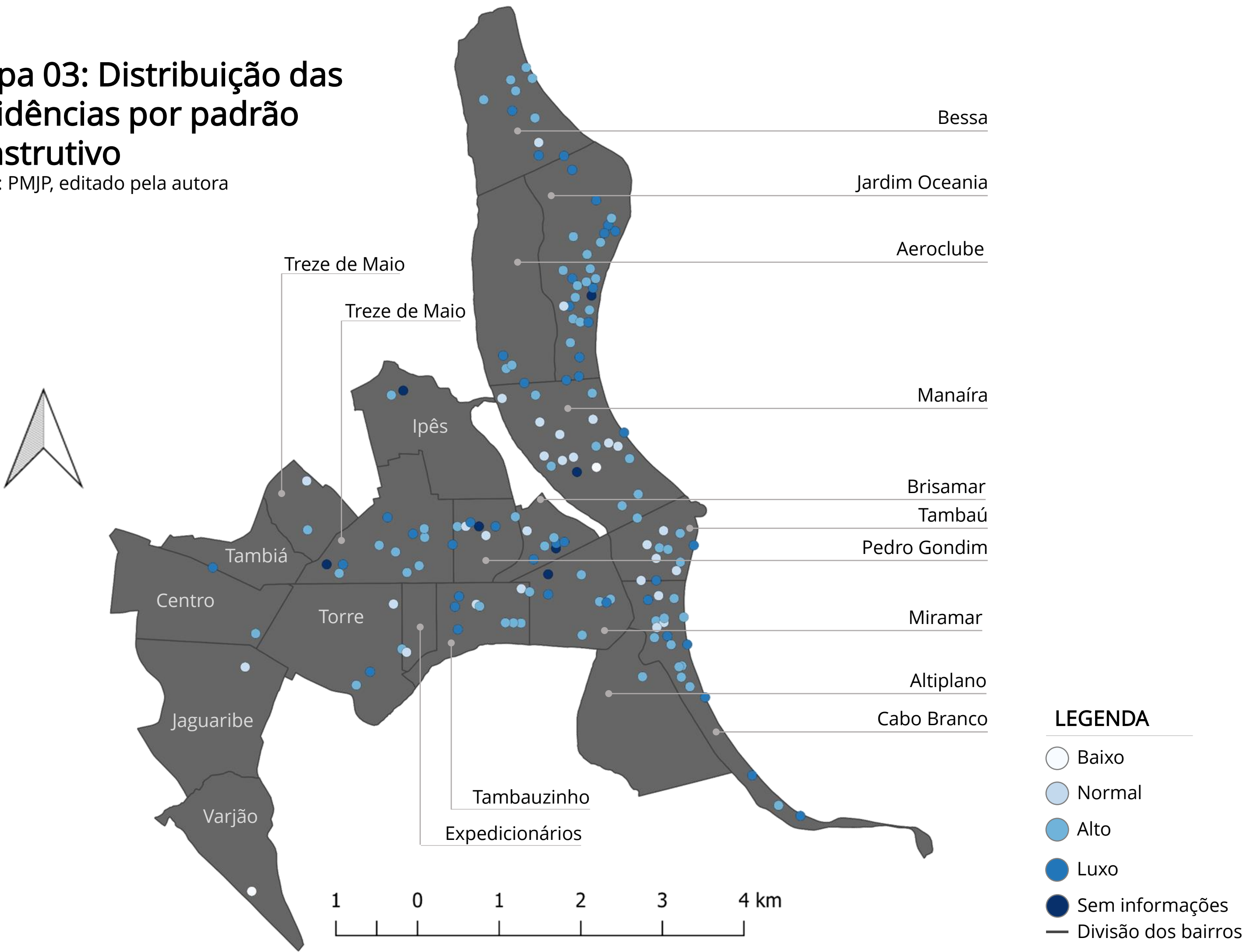
Mapa 02: Distribuição das residências por arquiteto

Fonte: PMJP, editado pela autora



Mapa 03: Distribuição das residências por padrão construtivo

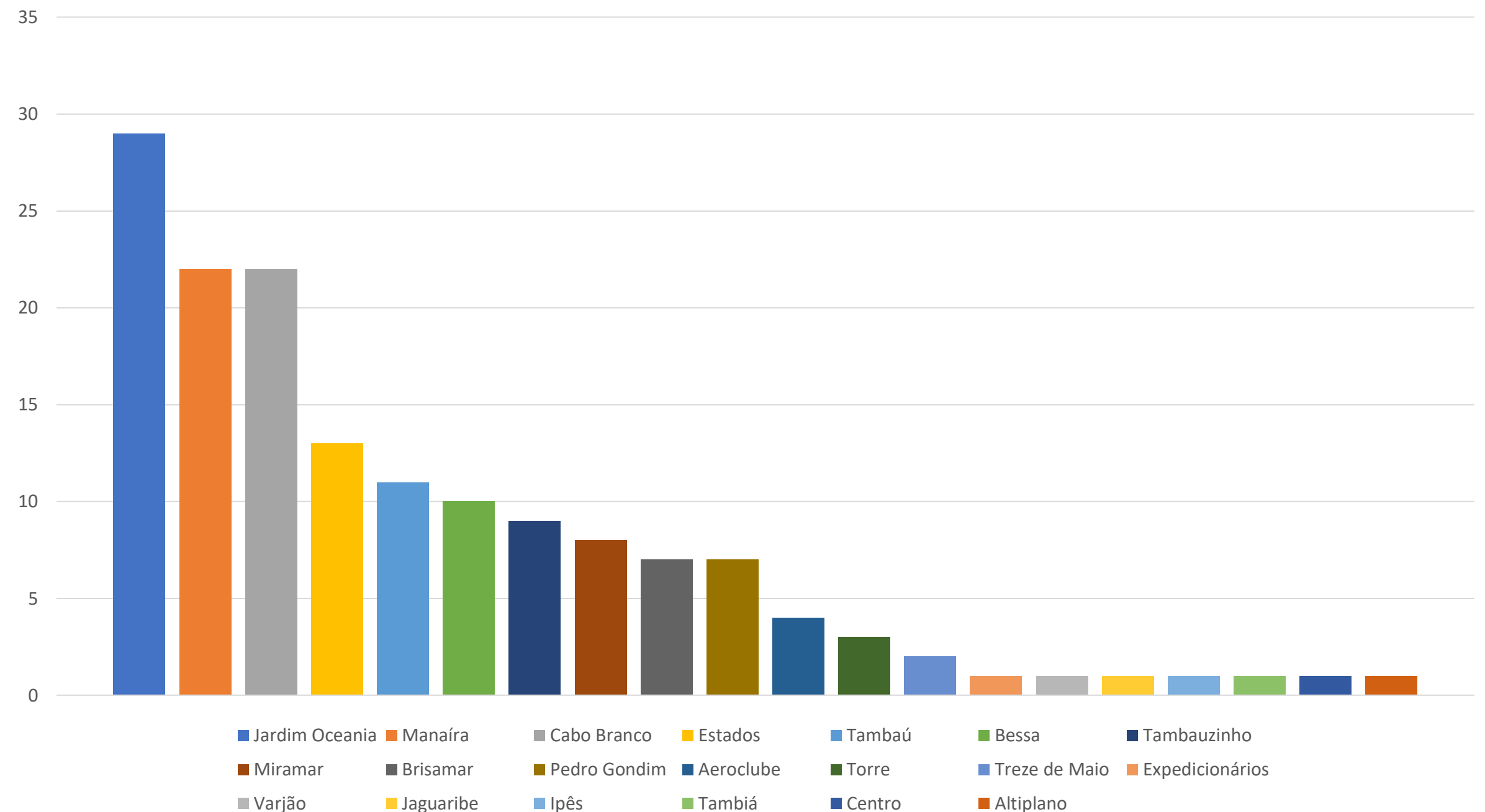
Fonte: PMJP, editado pela autora



TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

O gráfico 2 mostra a recorrência dos bairros assim como a preferência por alguns. O bairro Jardim Oceania, por exemplo, é o que possui maior número de residências da amostra, com cerca de 19% (29 residências). Indicativo da expansão da cidade em direção ao norte, avançando para o município de Cabedelo. Os bairros de Cabo Branco (22), Manaíra (22), Estados (13) e Tambaú (11) também tiveram participação relevante no número de projetos. Entretanto, outros bairros, mais afastados da orla marítima, pouco tiveram residências projetadas por estes arquitetos em seus perímetros, como Jaguaribe, Centro e Varjão.

Gráfico 2: Incidência de casas por bairro



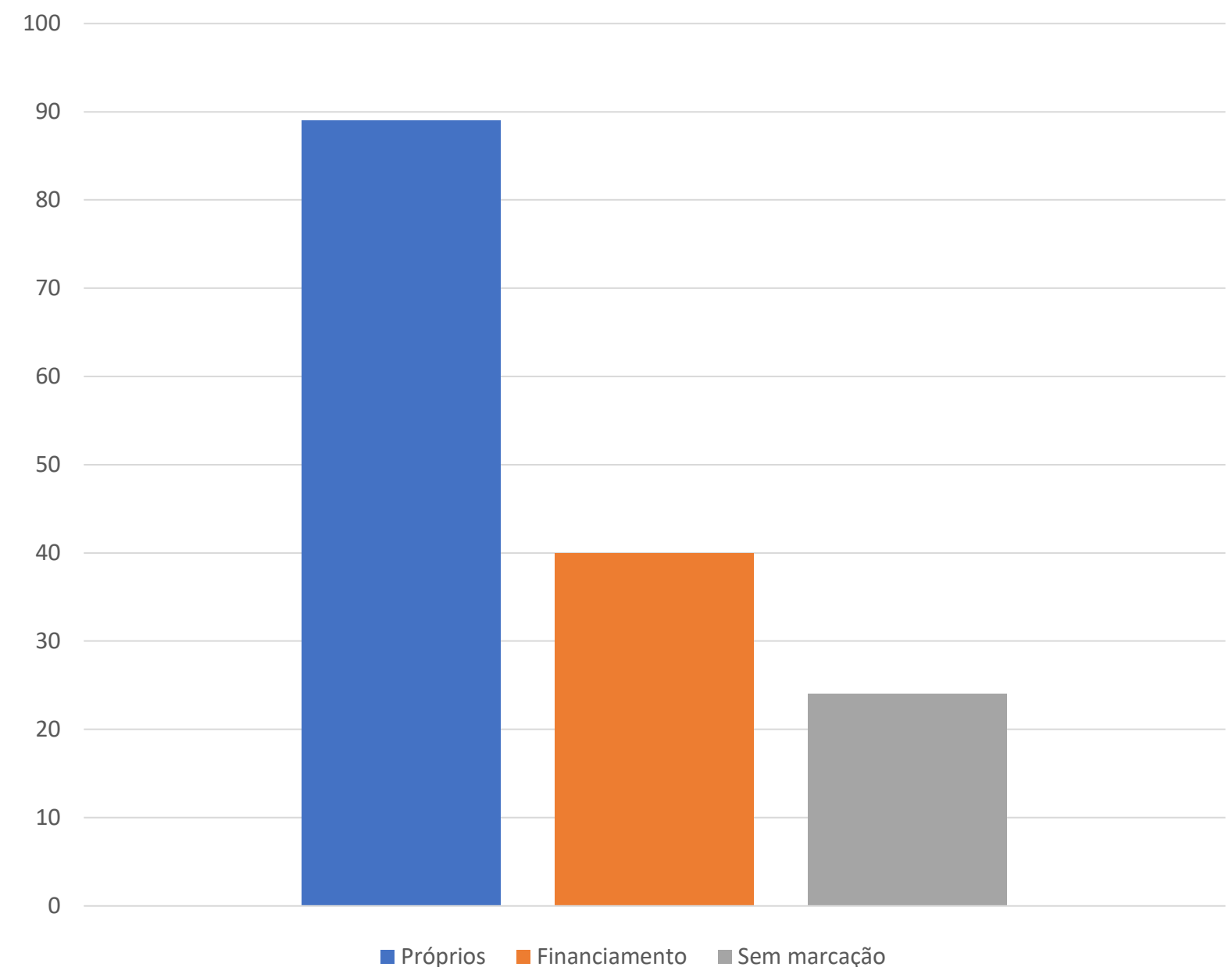
Fonte: Elaborado pela autora

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

Na entrevista que nos concedeu Régis Cavalcanti (2022), quando perguntado sobre o tipo de cliente que o procurava para projetar suas residências, respondeu simplesmente: “ricos”. A condição financeira é evidenciada não só nos bairros escolhidos para a construção das casas, mas também pelo tamanho dos lotes, a área construída dos imóveis e as soluções arquitetônicas escolhidas.

Algumas informações reforçam ainda mais esta fala quando se observa o campo “Esquema Financeiro” do Boletim de Classificação da PMJP. Ali podem ser marcadas duas opções quanto aos recursos utilizados para a obra: “próprios” ou “financiamento”. Constatou-se que cerca de 57% dos projetos encontrados foram realizados com recursos próprios (Gráfico 3). Infelizmente, alguns desses boletins não estavam com a marcação feita por motivos desconhecidos. Como informação adicional alguns exemplos desses boletins foram trazidos na figura 33, 34 e 35 (na página seguinte).

Gráfico 3: Tipos de recursos utilizados para construção das residências



Fonte: Elaborado pela autora

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

Figura 33: Residência de Salomão Almeida, de 1986 sem a marcação do esquema financeiro utilizado

3 - FINALIDADE DA EDIFICAÇÃO
Construção Residencial

4 - VALOR DA OBRA E ESQUEMA FINANCEIRO
VALOR PREVISTO (Cr\$)
RECURSOS: ☐ Próprios ☐ Financiamento ☐ Parcial ☐ Total

5 - ESPECIFICAÇÕES GERAIS
5.1 FUNDAÇÕES 5.2 EMBASAMENTO

Fonte: Arquivo Central da PMJP, editado pela autora.

Figura 35: Residência de Cícero Lucena Filho, de 1983 com utilização de recursos próprios.

3 - FINALIDADE DA EDIFICAÇÃO
RESIDENCIAL

4 - VALOR DA OBRA E ESQUEMA FINANCEIRO
VALOR PREVISTO (Cr\$) **4.000.000,00**
RECURSOS: ☒ Próprios ☐ Financiamento ☐ Parcial ☐ Total

5 - ESPECIFICAÇÕES GERAIS
5.1 FUNDAÇÕES 5.2 EMBASAMENTO

Fonte: Arquivo Central da PMJP, editado pela autora.

Figura 34: Residência de Yoshinori Kawabe, de 1984, com recursos obtidos através de financiamento parcial

3 - FINALIDADE DA EDIFICAÇÃO
Construção Residencial

4 - VALOR DA OBRA E ESQUEMA FINANCEIRO
VALOR PREVISTO (Cr\$) **7.500.000,00**
RECURSOS: ☐ Próprios ☒ Financiamento ☒ Parcial ☐ Total

5 - ESPECIFICAÇÕES GERAIS
5.1 FUNDAÇÕES 5.2 EMBASAMENTO

Fonte: Arquivo Central da PMJP, editado pela autora.

Nesse contexto, a partir das informações retiradas do Boletim de Classificação, fica claro como a expansão da cidade e o surgimento de novos bairros, a partir da década de 1950, com a pavimentação da Avenida Eptácio Pessoa, impactou na produção arquitetônica da capital, atraindo novos moradores e criando espaço para uma nova expressão da arquitetura. Além disso, apesar de grande parte das residências terem sido edificadas com recursos próprios, cerca de 40 das 154 residências encontradas foram construídas a partir de financiamentos, o que também demonstra a importância das políticas habitacionais criadas na época, que ajudaram na ocupação desses bairros.

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

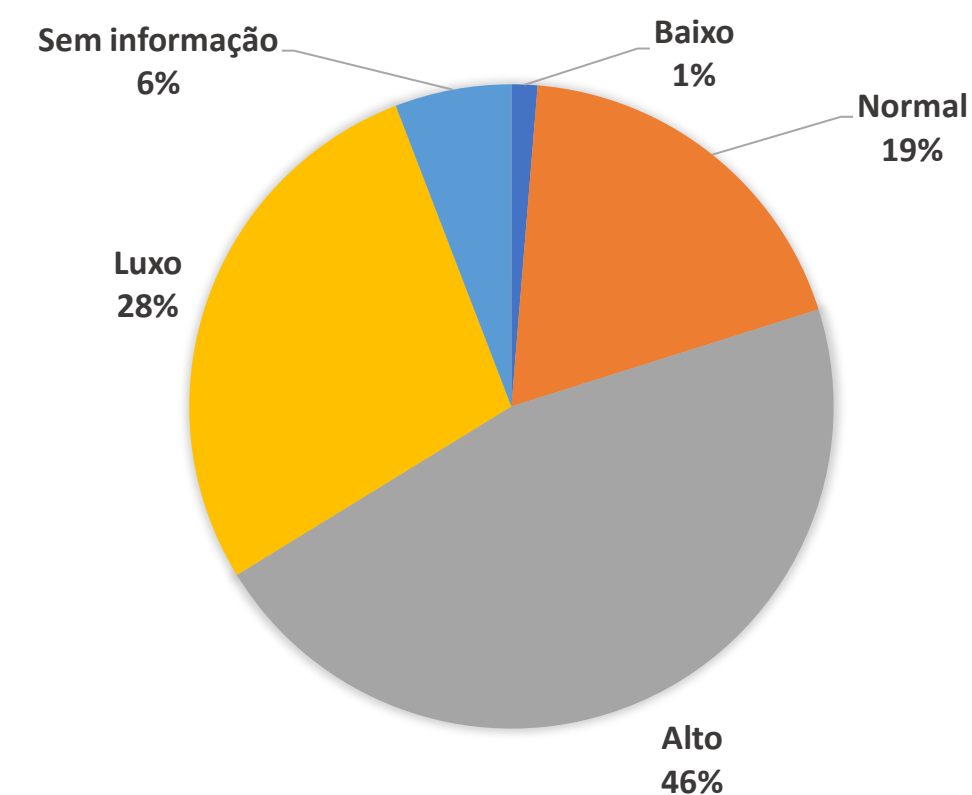
As residências: caracterizando a produção da década de 1980

Considerando o grande volume de projetos encontrados durante a pesquisa, e com o intuito de otimizar e melhor encaminhar as análises das residências, o primeiro passo foi fazer uma seleção daquelas a serem estudadas. Optou-se por uma delimitação no universo da pesquisa feita a partir do campo “Padrão de Construção”. Esse campo não é preenchido nem pelo arquiteto e nem pelo proprietário, mas por funcionários da repartição após examinarem itens como o valor previsto para a obra, suas especificações gerais e área de construção.

Como mostra o gráfico 4, cerca de 28% das residências são consideradas padrão “luxo”, e 46% padrão “alto”. Os padrões “normal” e “baixo” somam apenas 20%. Assim, por constituírem maior parte dos projetos encontrados (74% da amostra) e por subentender-se que nas residências de padrão “luxo” e “alto” os arquitetos tinham maior liberdade em suas decisões de projeto, possibilitando que fossem

mais expressivas, apenas estas foram consideradas para as análises posteriores. Além disso, alguns processos de casas de padrão “normal” e “baixo” estavam incompletos - em alguns faltavam desenhos técnicos e outros possuíam itens não assinalados no Boletim de Classificação.

Gráfico 4: Percentual de residências por Padrão de Construção



Fonte: Arquivo Central da PMJP

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

Como resultado dessa delimitação, o quadro 4 mostra a quantidade de projetos dos três arquitetos em estudo, organizados por ano, que estão enquadrados nesse novo conjunto. Após a seleção feita, restaram 114 projetos contemplados pelo recorte, número ainda elevado, que demonstra a representatividade da produção desses arquitetos naquela década, como ilustrado na Tabela 4.

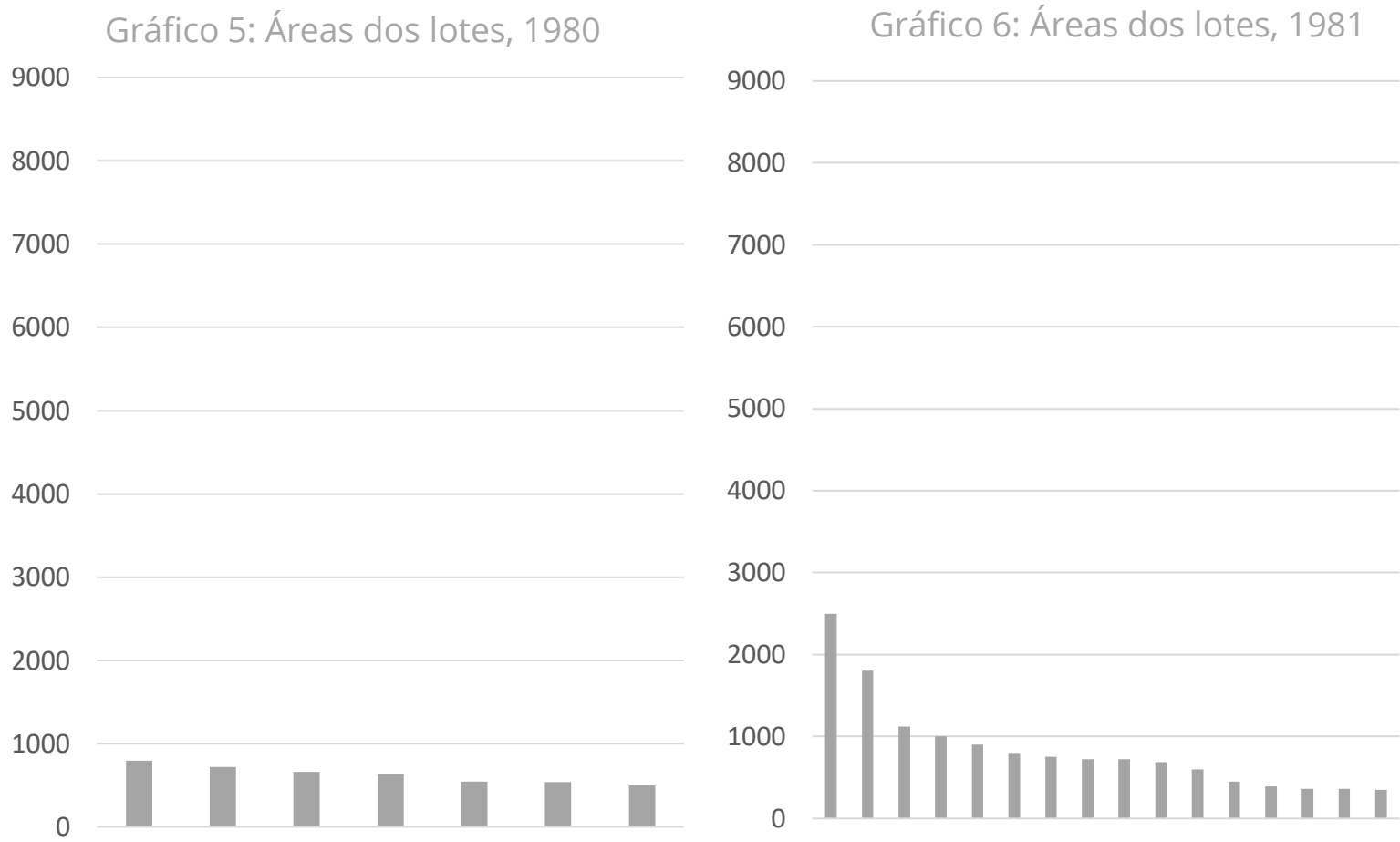
Tabela 4: Número de residências encontradas por ano e por arquiteto após o recorte

Arquiteto/Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Amaro Muniz	3	3	1	3	2	2	5	1	5	1
Expedito Arruda	1	9	2	5	4	9	3	1	2	3
Régis Cavalcanti	3	4	5	9	10	4	4	4	4	2
Total	7	16	8	17	16	15	12	6	11	6

Fonte: Arquivo Central PMJP, elaborado pela autora.

Retomando os pontos de análise definidos no início do presente capítulo para caracterização e identificação dessa produção arquitetônica passamos a observar as áreas dos lotes e das superfícies construídas, de modo a ratificar o padrão construtivo dos projetos.

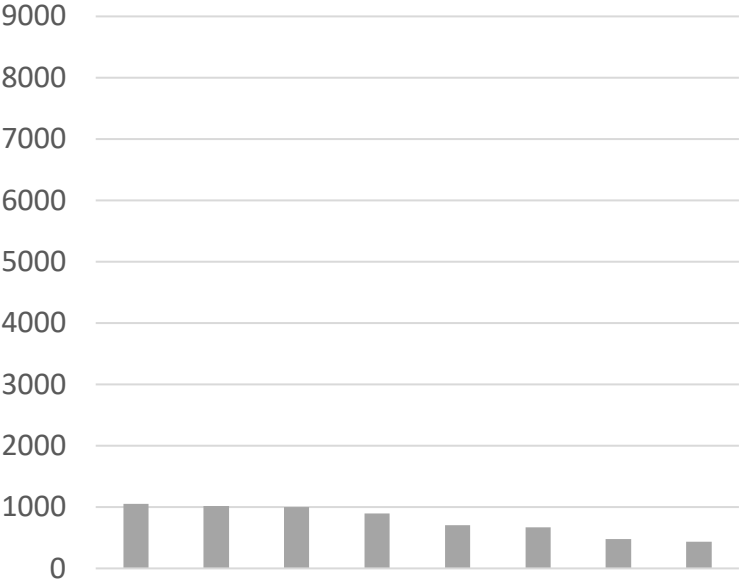
Para melhor compreensão dos dados, optou-se por organizá-los por ano, o que proporciona uma investigação mais minuciosa e pormenorizada.



Fonte: Arquivo Central da PMJP

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

Gráfico 7: Áreas dos lotes, 1982



Fonte: Arquivo Central da PMJP

Gráfico 8: Áreas dos lotes, 1983

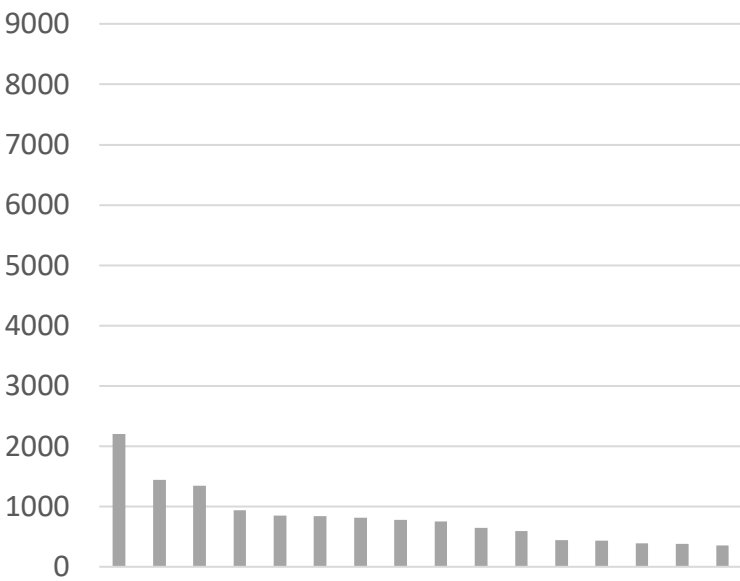
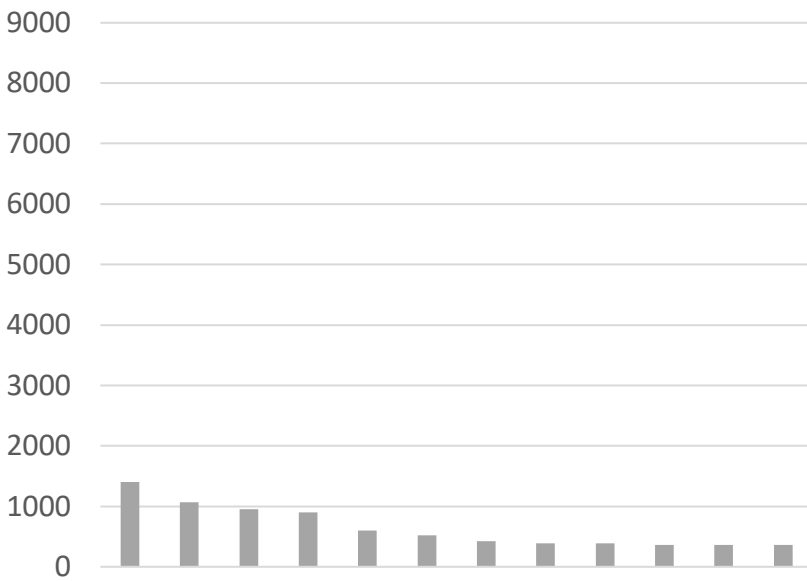


Gráfico 11: Áreas dos lotes, 1986



Fonte: Arquivo Central da PMJP

Gráfico 12: Áreas dos lotes, 1987

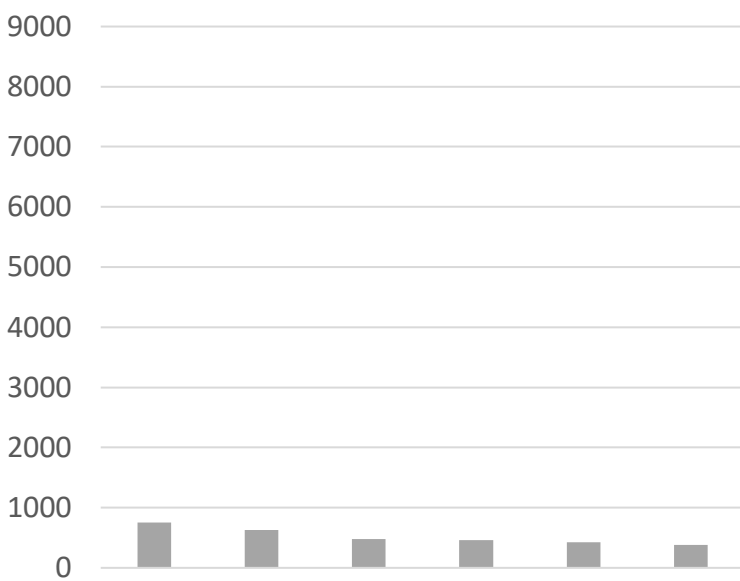
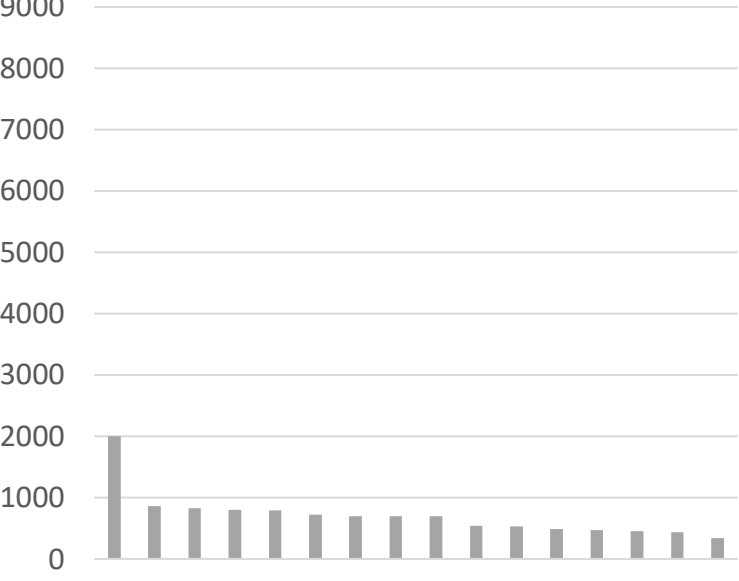


Gráfico 9: Áreas dos lotes, 1984



Fonte: Arquivo Central da PMJP

Gráfico 10: Áreas dos lotes, 1985

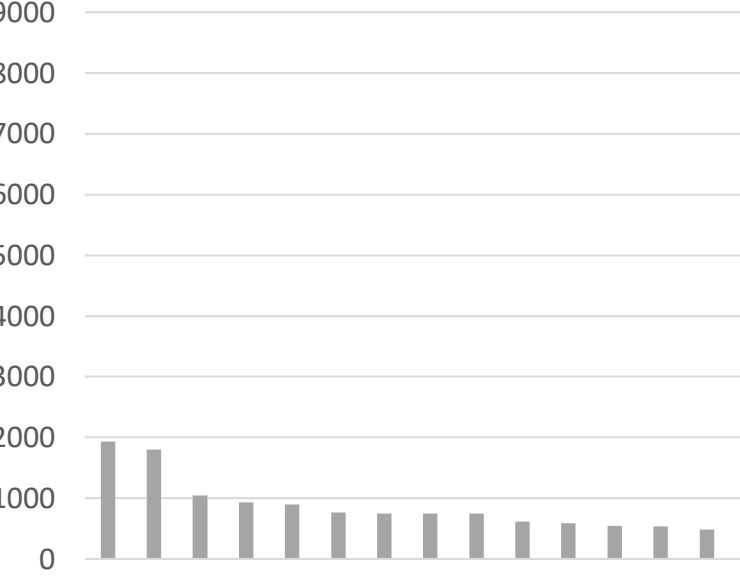
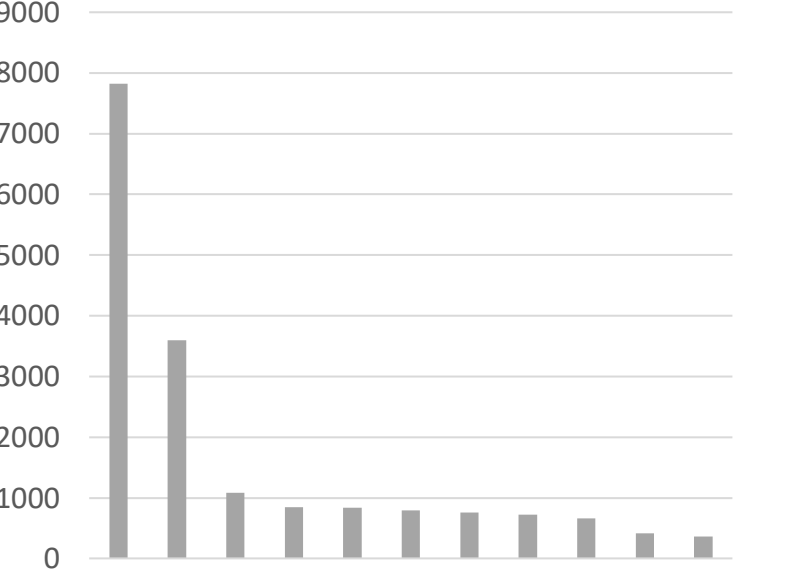
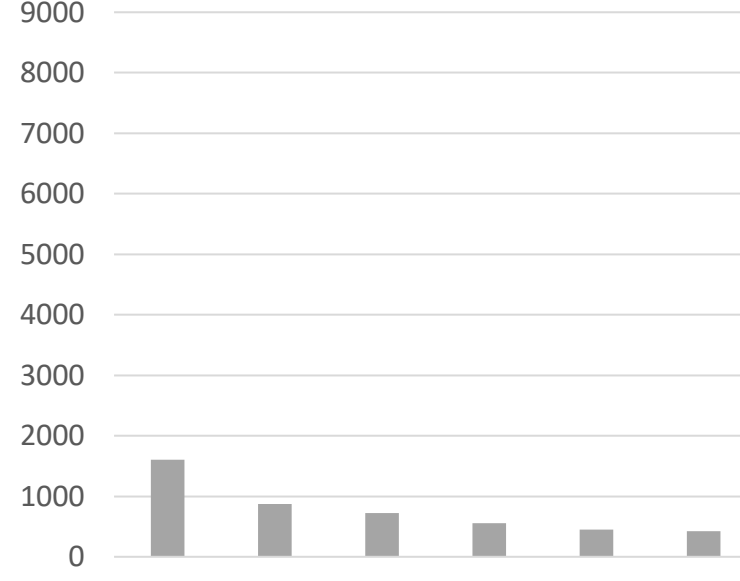


Gráfico 13: Áreas dos lotes, 1988



Fonte: Arquivo Central da PMJP

Gráfico 14: Áreas dos lotes, 1989



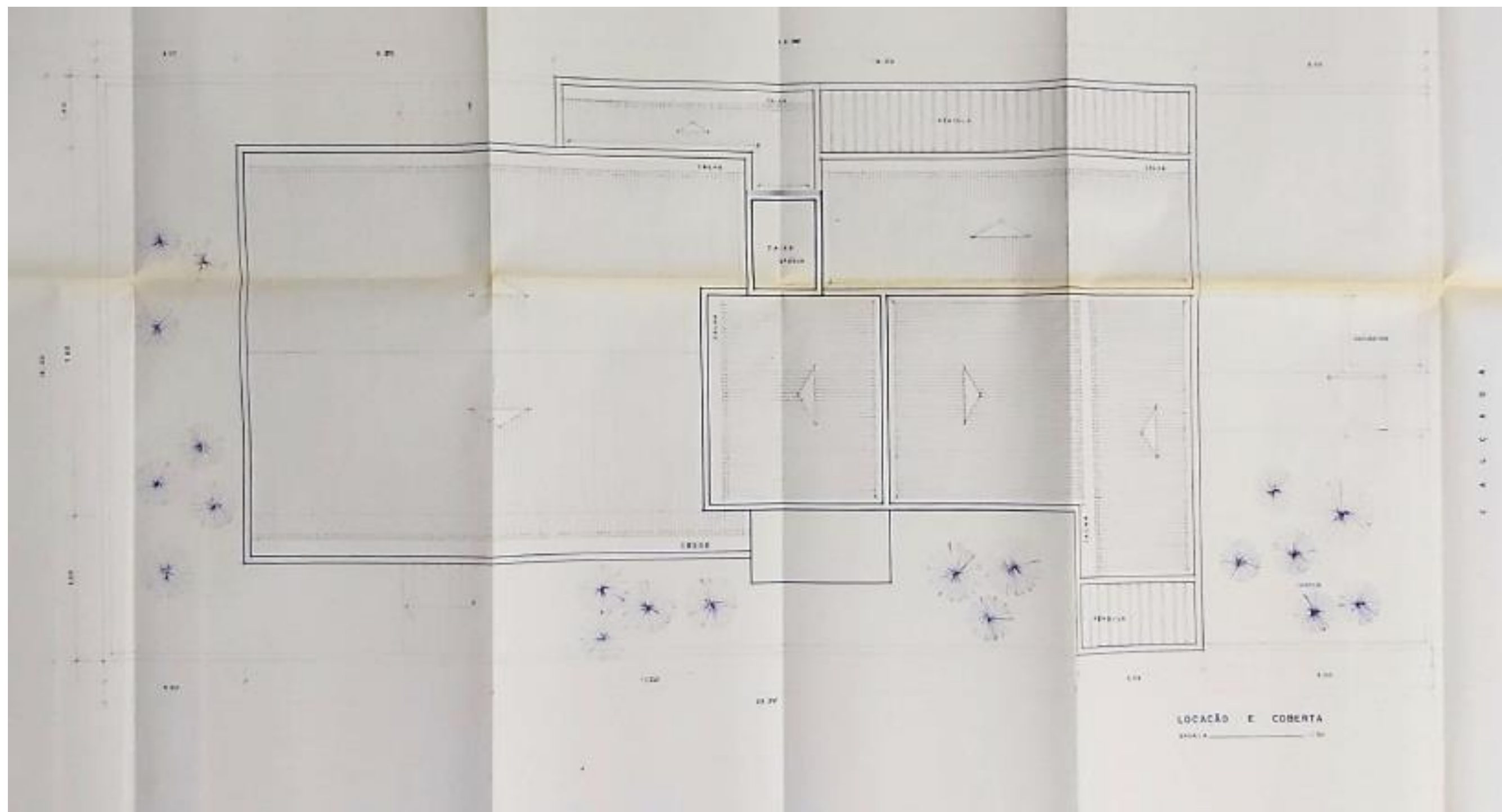
TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

Por meio dos gráficos anteriores é possível verificar que a maior parte dos terrenos possui grandes dimensões. O menor deles, de 1984, possui 342m² e, segundo seu Boletim de Classificação, está localizado na Rua Hermenegildo di Lascio, s/n, no bairro de Tambauzinho, e é um projeto de Régis Cavalcanti (Figura 36, na página seguinte). A residência nele implantada conta com 215m² de área construída e, apesar da área pequena - se comparada à outras residências - foi classificada como padrão “alto”. Isso nos faz pensar que, para a classificação do Padrão Construtivo, dados como os materiais e os sistemas construtivos utilizados eram os elementos que de maior peso. Detalhe ao uso de pergolado, logo na entrada da residência, característico dos projetos de Régis.

Em contrapartida, no ano de 1988, foi aprovado um projeto de Amaro Muniz em lote com 7.820m² e com uma área construída de 481m². Infelizmente, as informações do Boletim estavam incompletas e o endereço informado foi apenas “Rua Projetada”, não sendo especificado em qual bairro a casa estaria localizada. A planta de

coberta e locação (Figura 37, nas páginas seguintes) nos dá um panorama do tamanho do projeto e também do terreno, bastante acidentado, em que a casa estava inserida. Atendendo as expectativas, a residência foi classificada com Padrão Construtivo “luxo”. Nela, assim como na casa anterior, o jardim também foi elemento inserido no projeto. Como informação adicional, as figuras 38 e 39 (nas páginas seguintes) nos mostram as quatro fachadas da casa e o aproveitamento da inclinação do terreno.

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR



TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

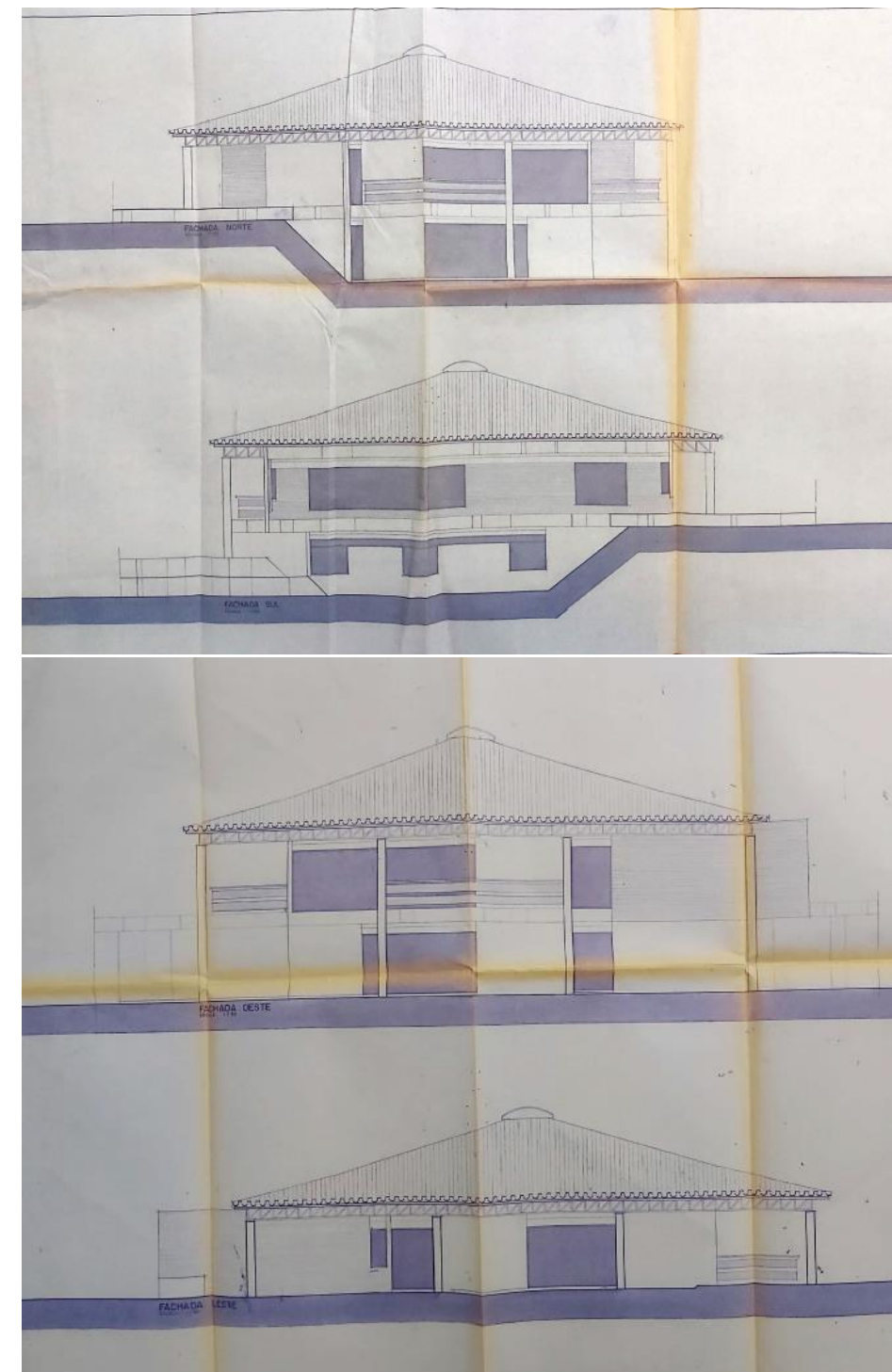
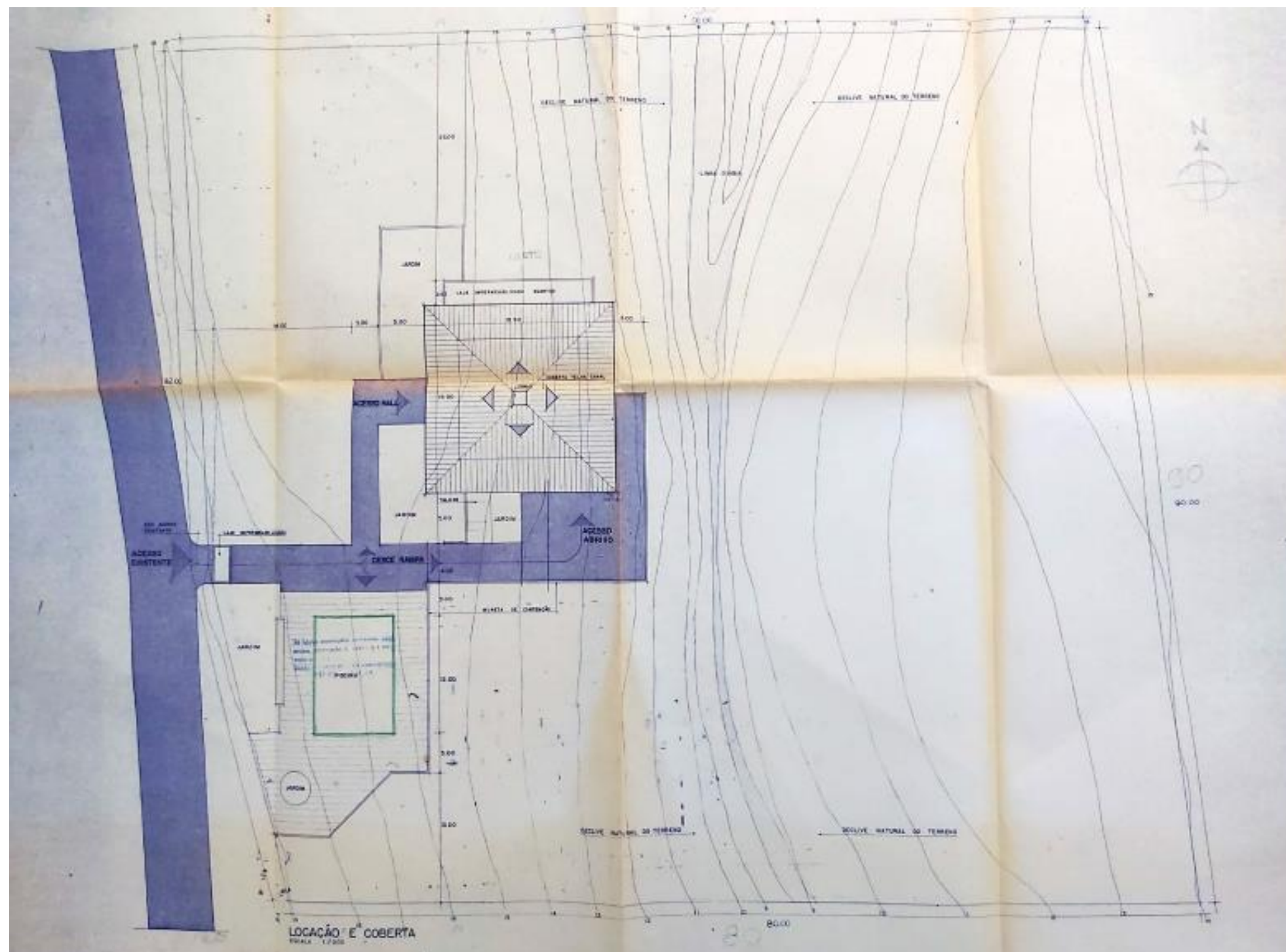


Figura 37 (esq.):
Planta de locação e
coberta da residência
com 481m², projeto
de Amaro Muniz, de
1988. Figuras 38 e 39
(dir.) Fachadas da
residência com
481m², projeto de
Amaro Muniz, de
1988. / Fonte:
Arquivo Central da
PMJP.

Como mencionado no primeiro capítulo, em muitos loteamentos, que mais tarde se transformaram em bairros, havia terrenos que possuíam medidas padrão de 12x30m, com uma área total de 360m². A figura 40 (na página seguinte) apresenta um dos projetos alocados em terreno com tais dimensões. A residência, projetada por Expedito Arruda, está localizada no bairro de Miramar, possui uma área construída de 241m² e foi classificada como Padrão Construtivo “alto”, reforçando a ideia de que a dimensão do terreno não era critério avaliativo para a classificação do padrão da construção. Cabe aqui, também, citar o uso de pergolados em ambos os recuos laterais da edificação, concorrendo para afirmar as falas do arquiteto em seu depoimento, quanto a preocupação com o contexto em que a edificação estava inserida - nesse caso, a importância do conforto térmico.

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

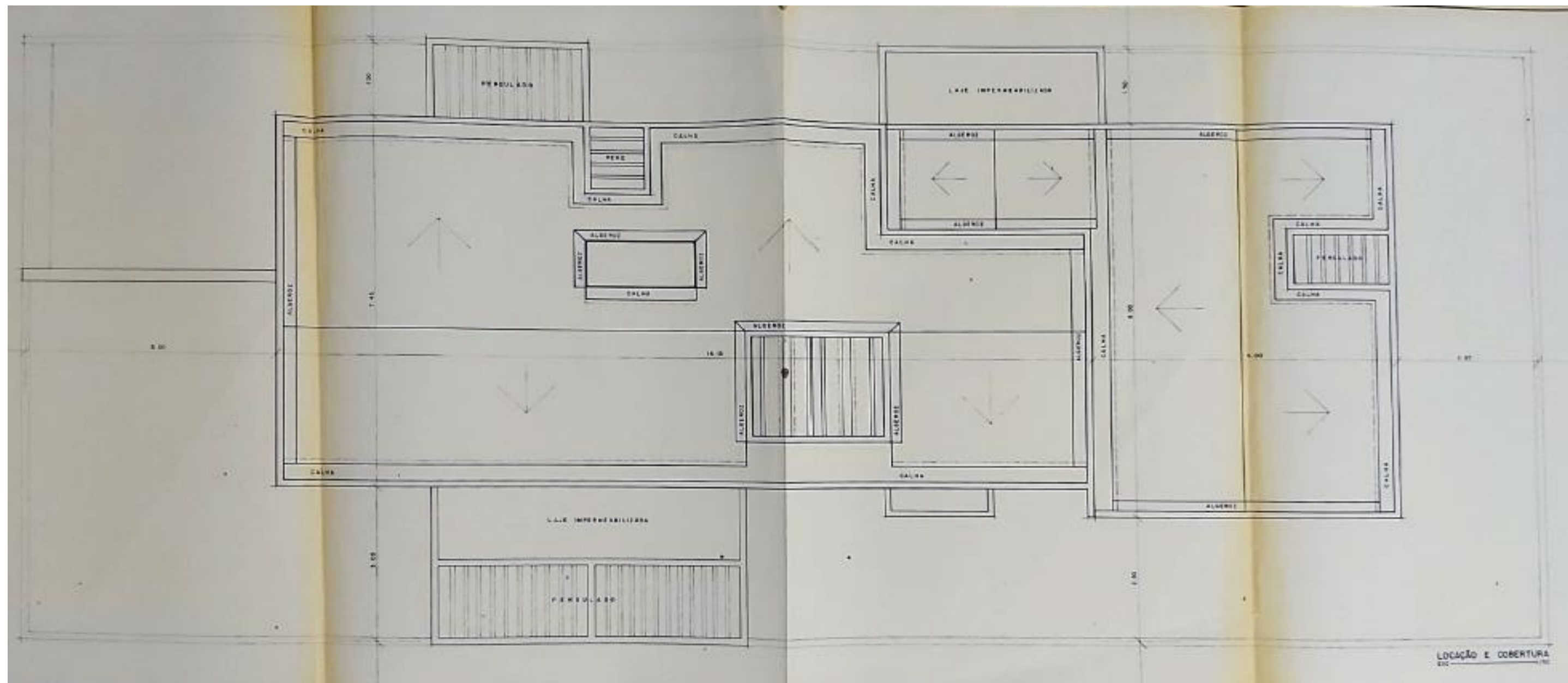
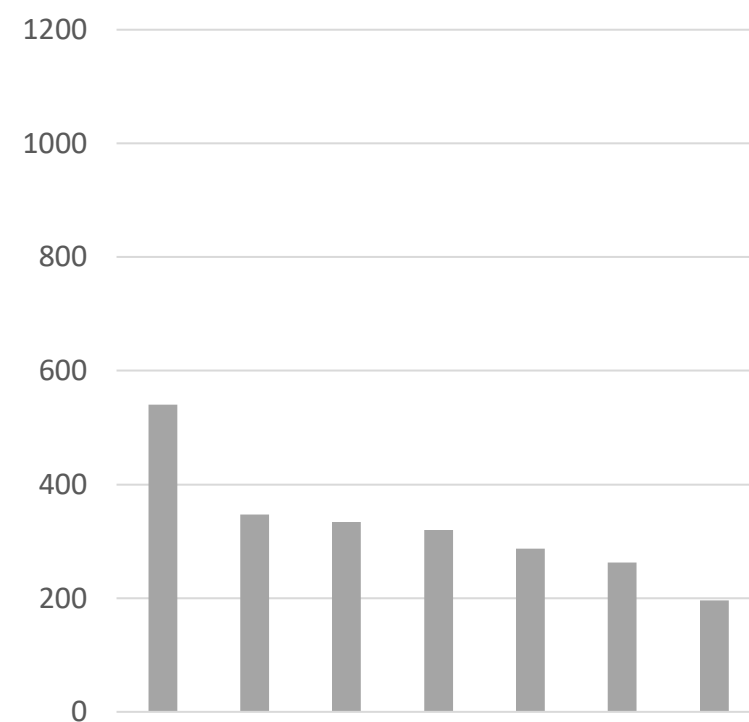


Figura 40: Planta de coberta e locação da residência com 241m², projeto de Expedito Arruda. / Fonte: Arquivo Central da PMJP.

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

Agora, observando o gráfico das áreas construídas, que também foram divididas ano a ano, é possível apreender que maior parte das edificações possuía grandes áreas livres ao seu redor, com recuos mais amplos do que os exigidos pela legislação vigente, sendo aproveitadas para jardins ou equipamentos de lazer, itens que estavam compatíveis com o padrão construtivo das casas e expressavam a elevada condição econômica de seus proprietários.

Gráfico 15: Áreas construídas, 1980



Fonte: Arquivo Central da PMJP

Gráfico 16: Áreas construídas, 1981

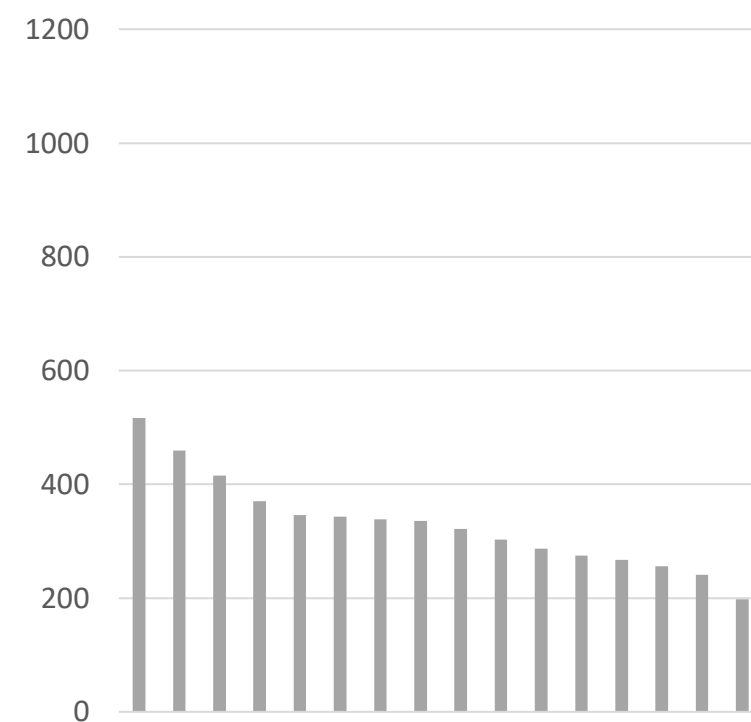


Gráfico 17: Áreas construídas, 1982

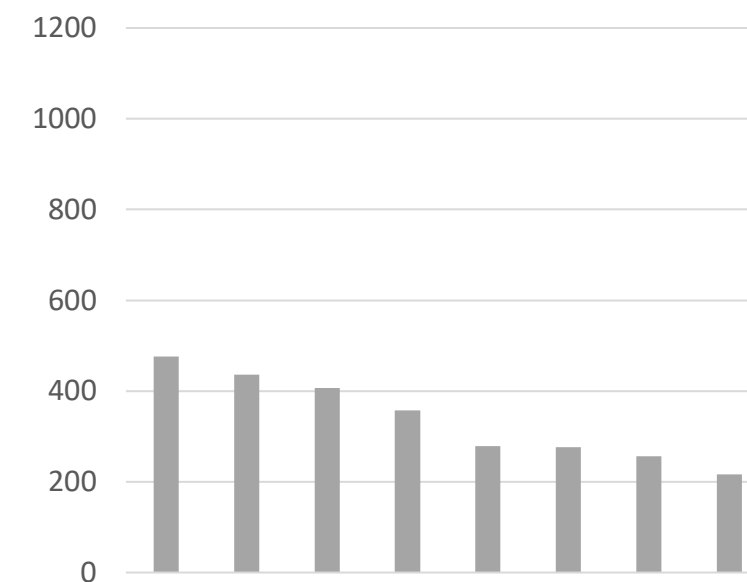
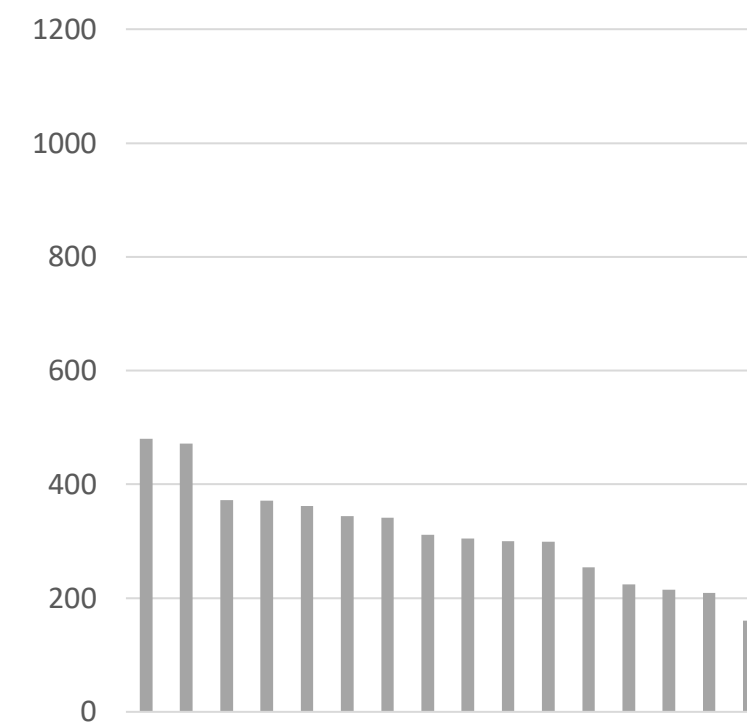


Gráfico 19: Áreas construídas, 1984



Fonte: Arquivo Central da PMJP

Gráfico 18: Áreas construídas, 1983

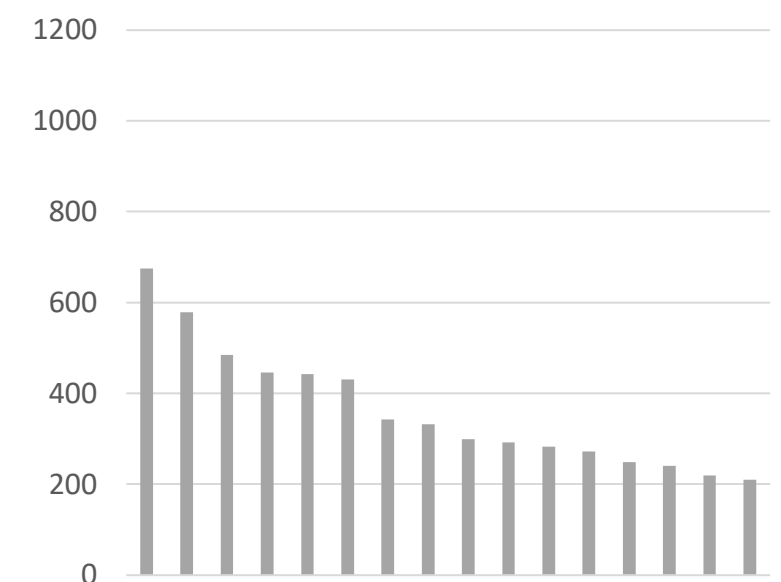
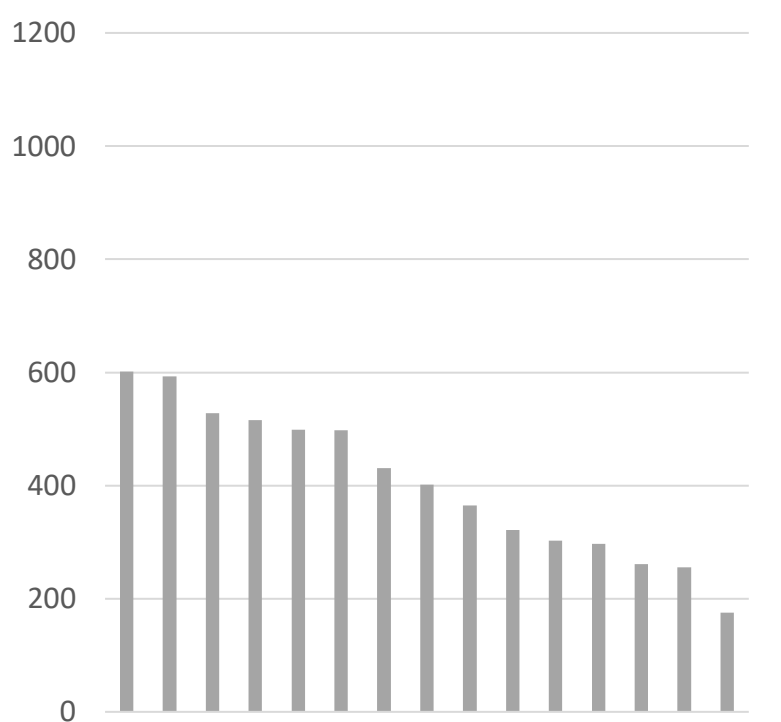
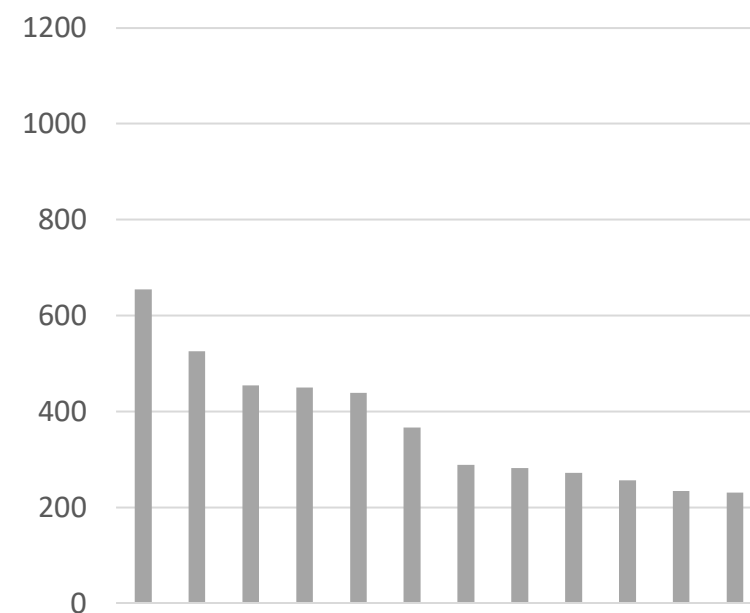


Gráfico 20: Áreas construídas, 1985



TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

Gráfico 21: Áreas construídas, 1986



Fonte: Arquivo Central da PMJP

Gráfico 22: Áreas construídas, 1987

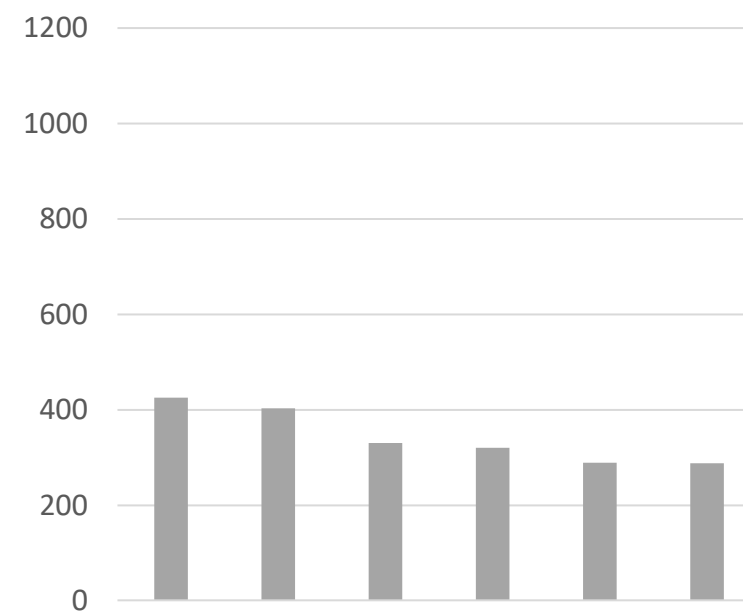
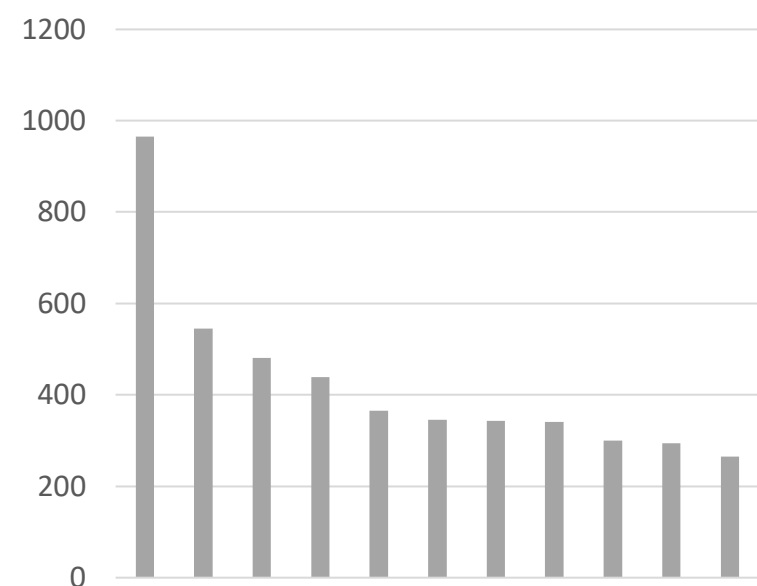
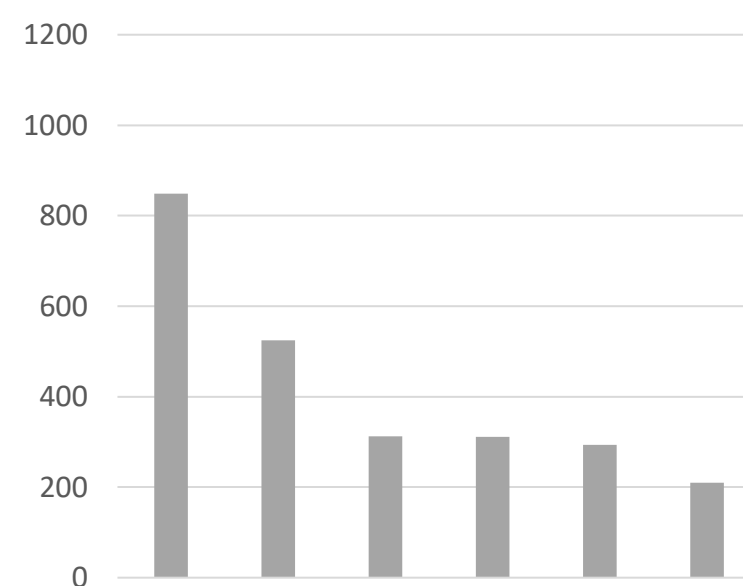


Gráfico 23: Áreas construídas, 1988



Fonte: Arquivo Central da PMJP

Gráfico 24: Áreas construídas, 1989



Para facilitar nossa compreensão sobre a relação entre a edificação e sua implantação no lote, selecionamos duas residências, sendo uma com a maior área construída e a outra com a menor. A maior residência indicada nos gráficos tem 965m², mas infelizmente os desenhos técnicos deste projeto não integravam o seu processo na PMJP.

Assim, a segunda maior área construída identificada é de 849m², em um projeto de Régis Cavalcanti que está localizado no bairro Jardim Oceania e data de 1989. A planta de cobertura e locação, apresentada na figura 41 (na página seguinte), confirma uma das tendências já observadas para a época: residências totalmente soltas no lote e com grande área livre ao redor. A casa, classificada com padrão “luxo”, foi edificada num lote de 1.608m², e segundo informações extraídas dos desenhos técnicos, possuía uma taxa de ocupação⁹ de 37%, porcentagem que, segundo dados do Código de Urbanismo de 1976¹⁰, ainda vigente na época, estava abaixo do máximo permitido, que era

⁹ Taxa de ocupação é a porcentagem do terreno que pode ser ocupada pela projeção da edificação. Seu objetivo é limitar um crescimento urbano exagerado.

¹⁰ Segundo o Código de Urbanismo de 1976, o Jardim Oceania localiza-se na Zona de Residencial Extensiva (ZRE2).

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

de até 50%. Seu coeficiente de aproveitamento¹¹ foi de 0,52, quando o permitido era até 1,00. Para melhor visualização, adicionamos também imagens das fachadas retiradas do projeto (Figuras 42 e 43, nesta e na próxima página).

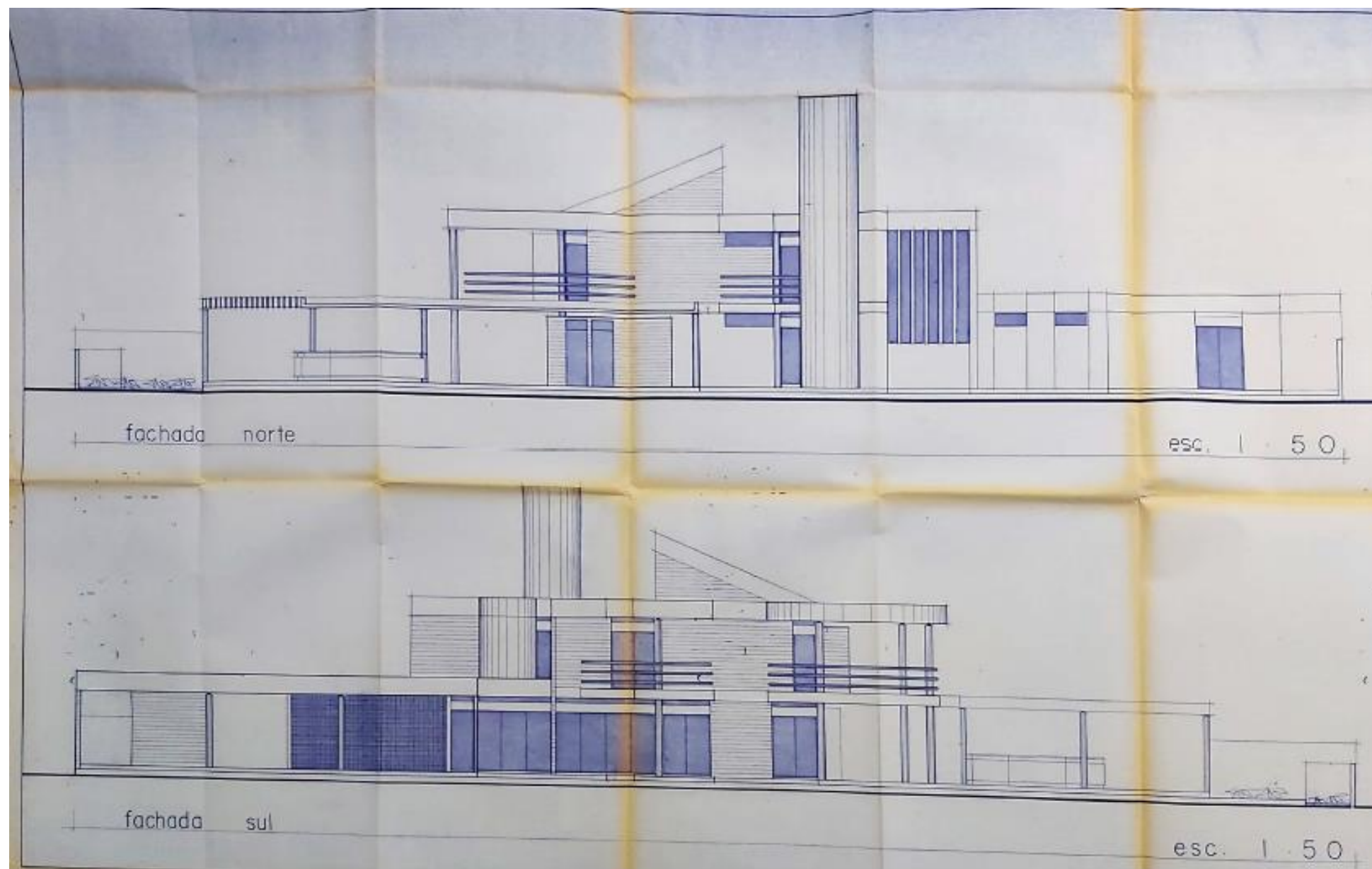
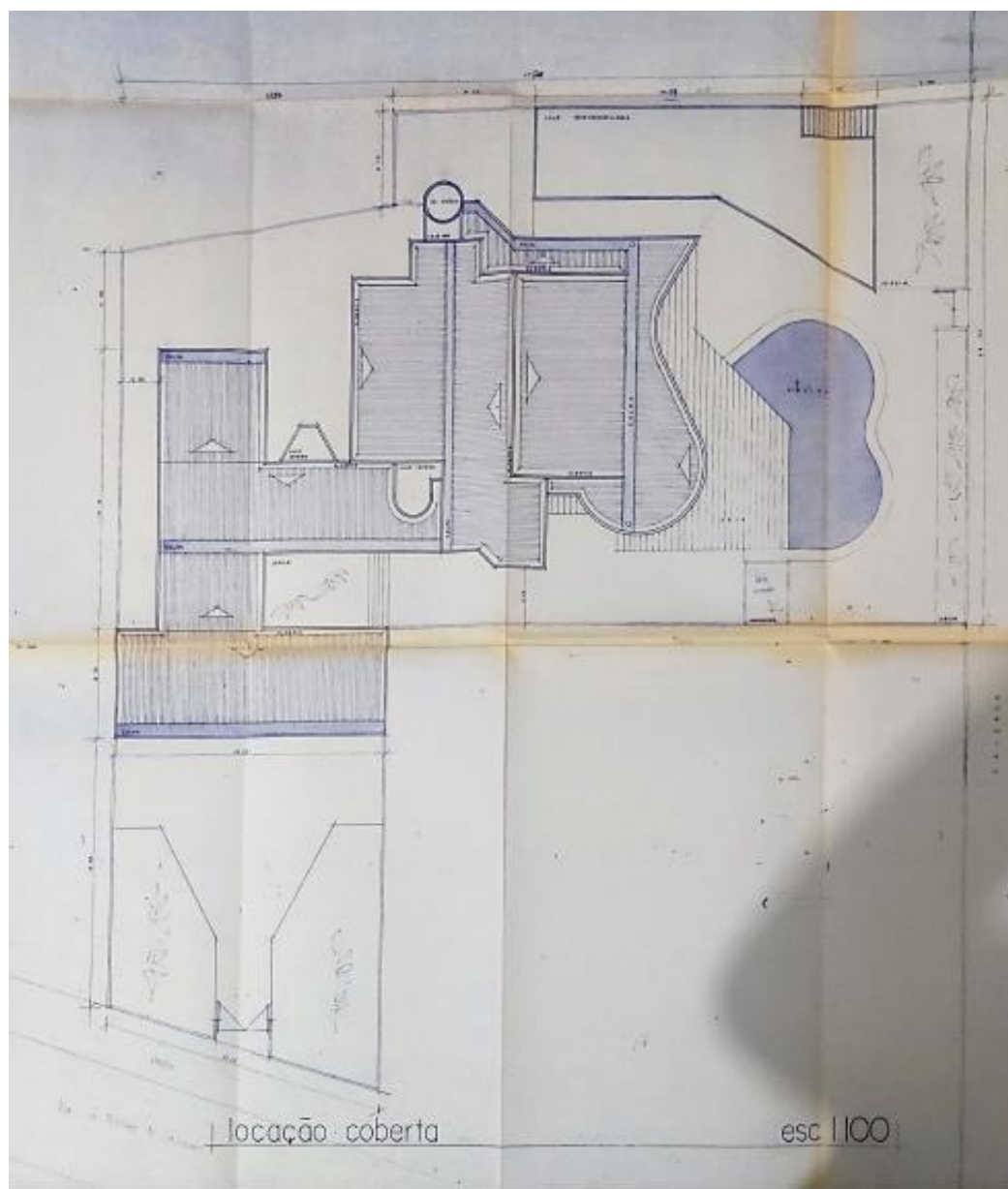


Figura 41 (esq.): Planta de coberta e locação da residência com 849m², projeto de Régis Cavalcanti, de 1989. Figura 42 (dir.): Fachadas Sul e Norte da residência de 849m², de Régis Cavalcanti, 1989. / Fonte: Arquivo Central da PMJP.

¹¹ Também conhecido como índice de aproveitamento (IA), o coeficiente de aproveitamento é o número que multiplica a área do lote para resultar na quantidade de metros quadrados que podem ser construídos no terreno determinado.

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

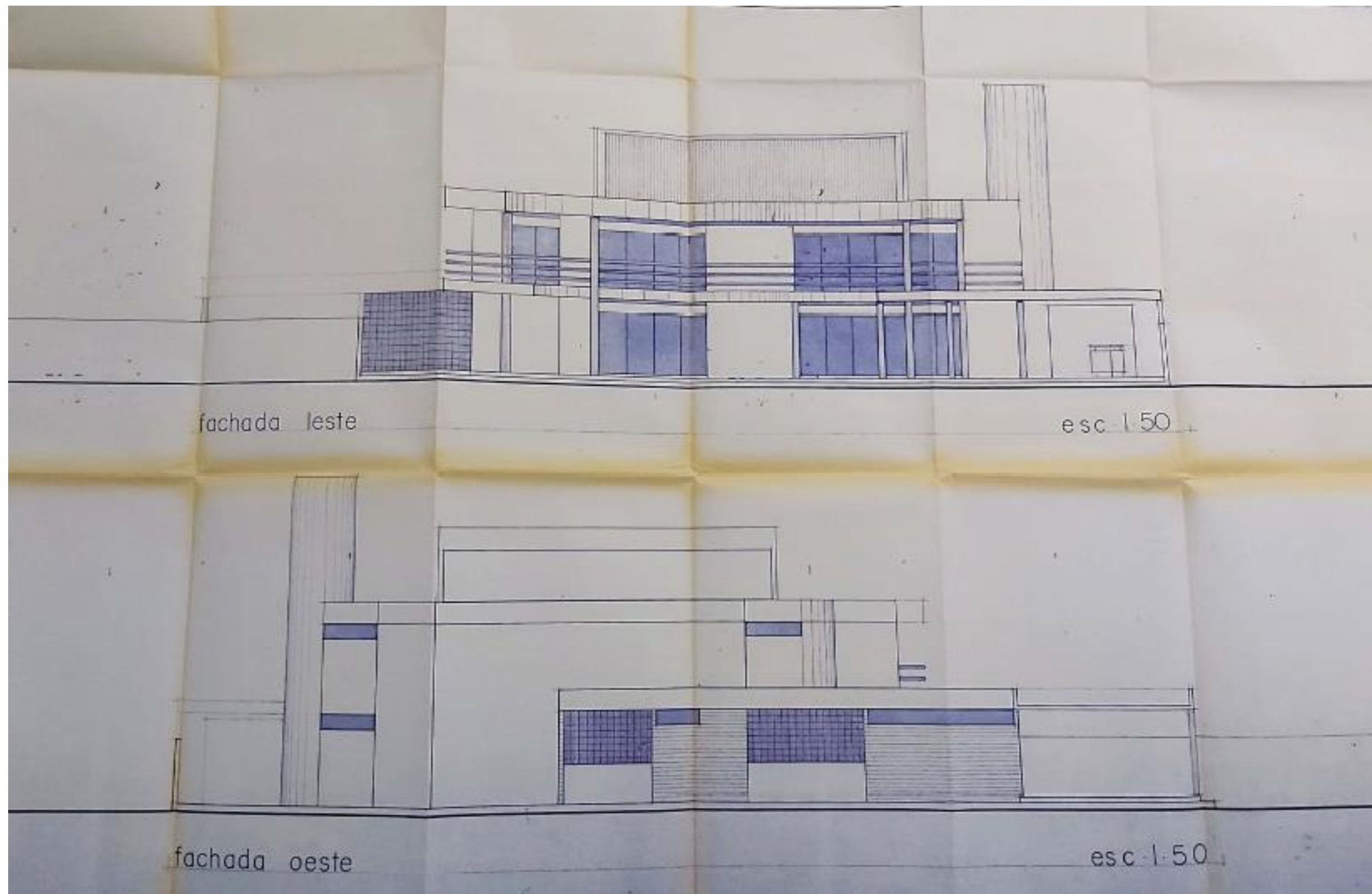


Figura 43: Fachadas Leste e Oeste da residência de 849m², de Régis Cavalcanti, 1989. / Fonte: Arquivo Central da PMJP.

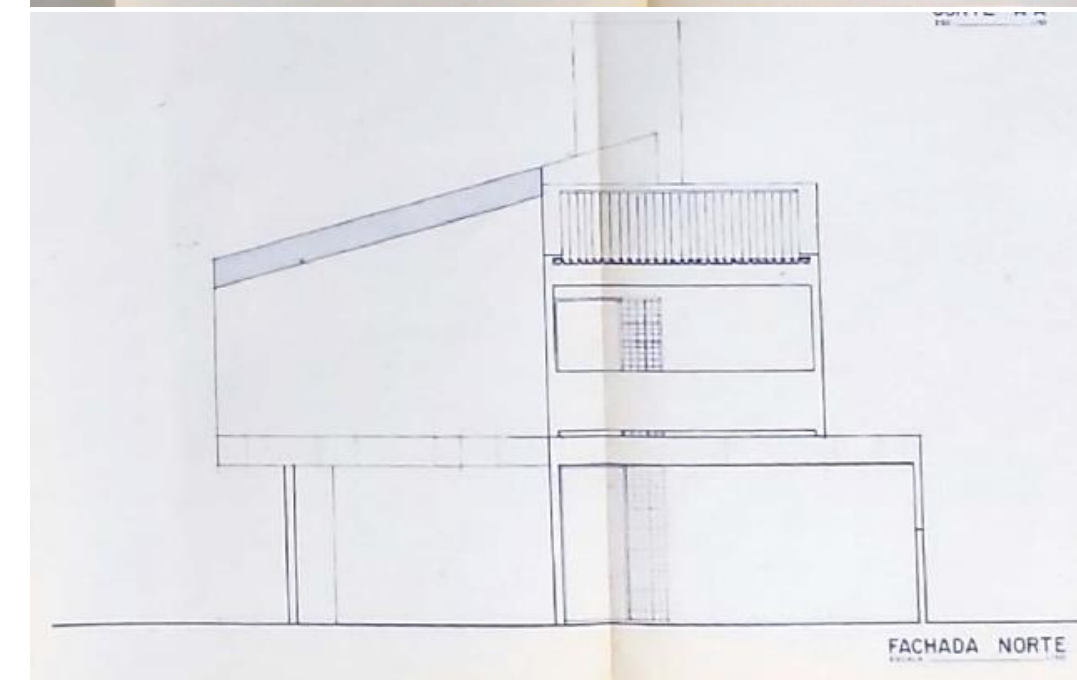
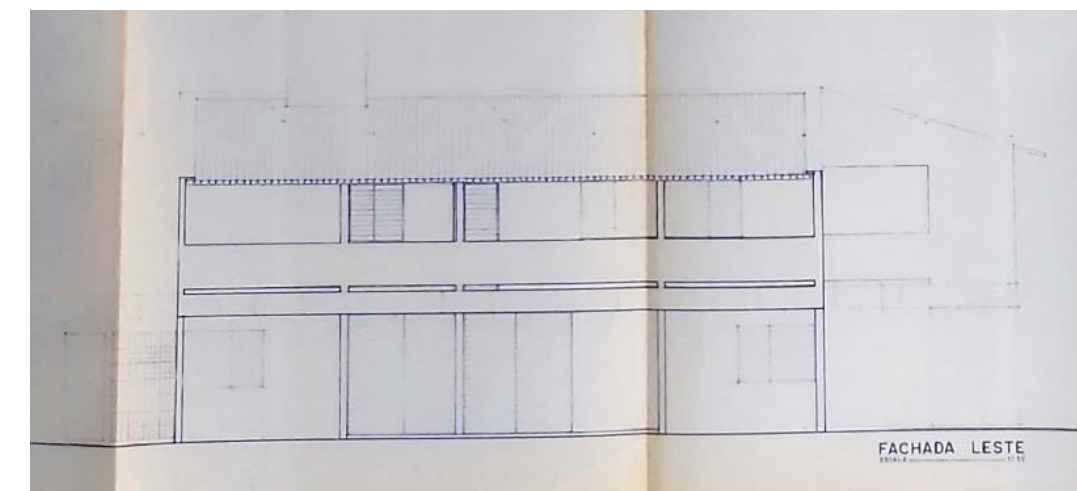
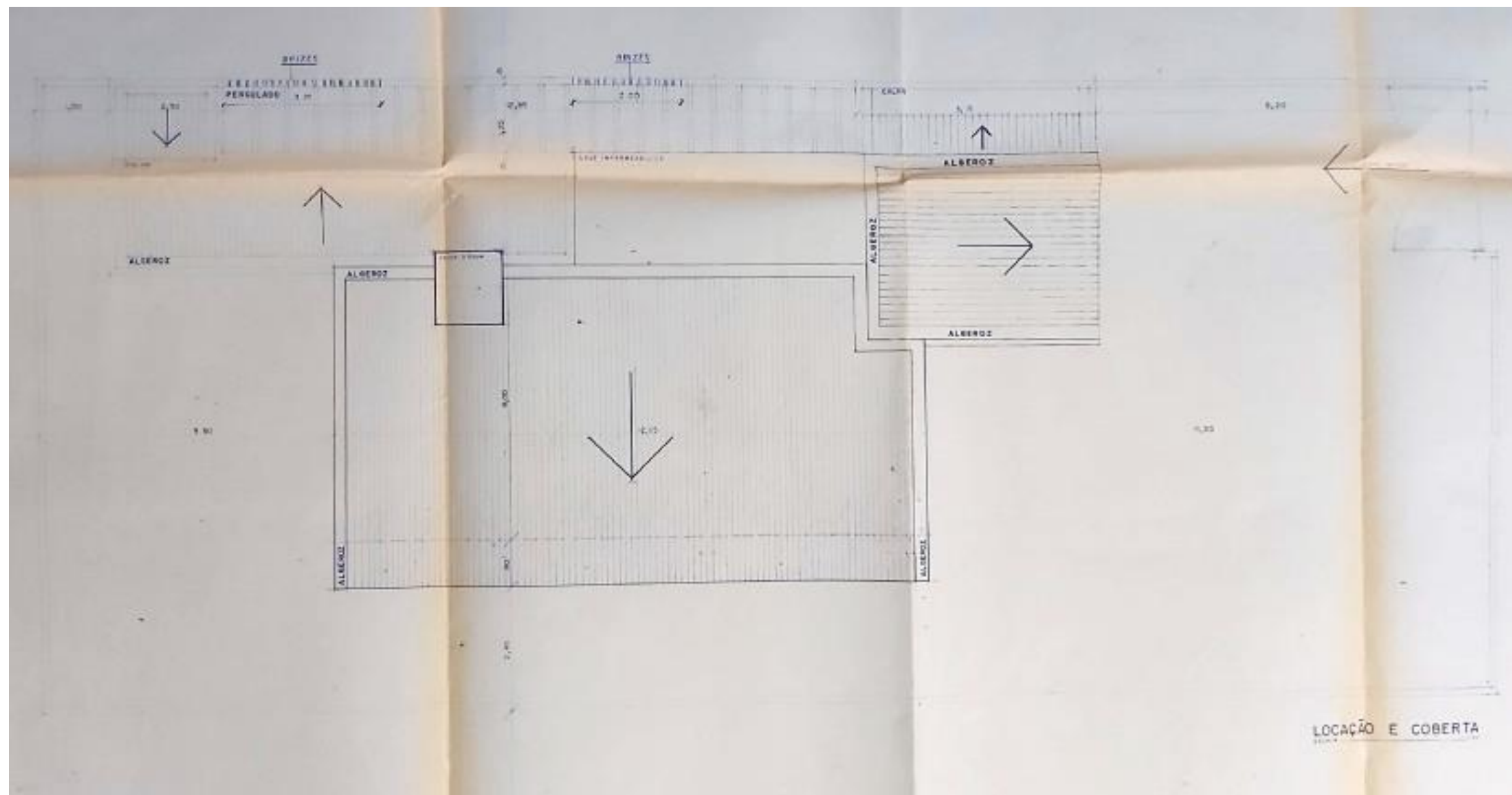
⁹ Também conhecido como índice de aproveitamento (IA), o coeficiente de aproveitamento é o número que multiplica a área do lote para resultar na quantidade de metros quadrados que podem ser construídos no terreno determinado.

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

Ainda segundo os dados que constam nos gráficos, os projetos com menor área construída possuíam 160m², mas seus desenhos técnicos também não estavam disponíveis no processo. Dessa forma, optou-se por analisar o projeto com a segunda menor área construída, contendo este 175m². A residência, também localizada no Jardim Oceania, foi projetada por Expedito Arruda, sendo classificada com Padrão Construtivo “alto” e está localizada num terreno de área total de 390m². A planta de cobertura e locação, apresentada na figura 44 (na página seguinte), confirma a presença de grandes áreas livres ao redor da casa, bem como os baixos números para taxa de ocupação e índice de aproveitamento que são, 31% e 0,44. Observando o código de urbanismo vigente nos anos 1980, esta residência se encontra na mesma Zona do exemplar anterior - Zona Residencial Extensiva (ZRE2), sendo ambas as taxas bem abaixo da máximo permitido. As imagens das fachadas também foram adicionadas com a intenção de melhorar a visualização da residência (Figuras 45 e 46, na página seguinte).

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

Figura 44 (esq.): Planta de cobertura e locação da residência com 175m², projeto de Expedito Arruda, de 1985. Figura 45 e 46 (dir.): Fachadas Leste e Norte da residência com 175m², projeto de Expedito Arruda, de 1985./ Fonte: Arquivo Central da PMJP.



TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

Estes dados ajudam a traçar uma relação entre essa produção arquitetônica e o surgimento de novos bairros decorrentes da expansão da cidade, identificados no capítulo 1 do presente trabalho. Sendo estes bairros recém criados, tinham grandes superfícies desocupadas, possibilitando desenvolver projetos para grandes residências, por vezes ocupando mais de um lote por meio do instrumento de remembramento.

Parte-se agora para outro dos pontos definidos para a análise, que trata da identificação dos materiais e sistemas construtivos utilizados. Estes estão associados às possibilidades técnicas e de mão de obra disponíveis na época e possibilidade financeira dos clientes, fatores que definem muitas decisões projetuais dos arquitetos. Reforçam, também, as conclusões até aqui obtidas sobre o padrão construtivo das residências.

O Boletim de Classificação conta com os seguintes itens dentro do campo "Especificações gerais" (ver Anexo 1): "fundações", "embasamento", "impermeabilização", "estrutura de elevação",

"estrutura da coberta", "coberta", "revestimento", "piso", "esquadrias", "pintura", "soleiras e rodapé" e "vidro". Apesar do número de campos, apenas cinco foram observados - "estrutura de elevação", "estrutura da coberta", "coberta", "revestimento" e "pintura" -, pois consideramos que estes já manifestavam a linguagem geral das residências.

Para a identificação e quantificação desses dados, os gráficos foram divididos por técnicas e materiais utilizados, sistematizados ano a ano, a fim de buscar frequência no uso dos elementos escolhidos para análise.

Primeiramente, quanto à "estrutura de elevação" utilizada nas residências, há seis opções possíveis: alvenaria simples, alvenaria cintada, alvenaria de pedra, concreto armado, madeira e aço. A opção "outros" também estava disponível para a utilização de alguma solução além das especificadas. É importante salientar que é possível marcar mais de um sistema construtivo utilizado para execução do projeto.

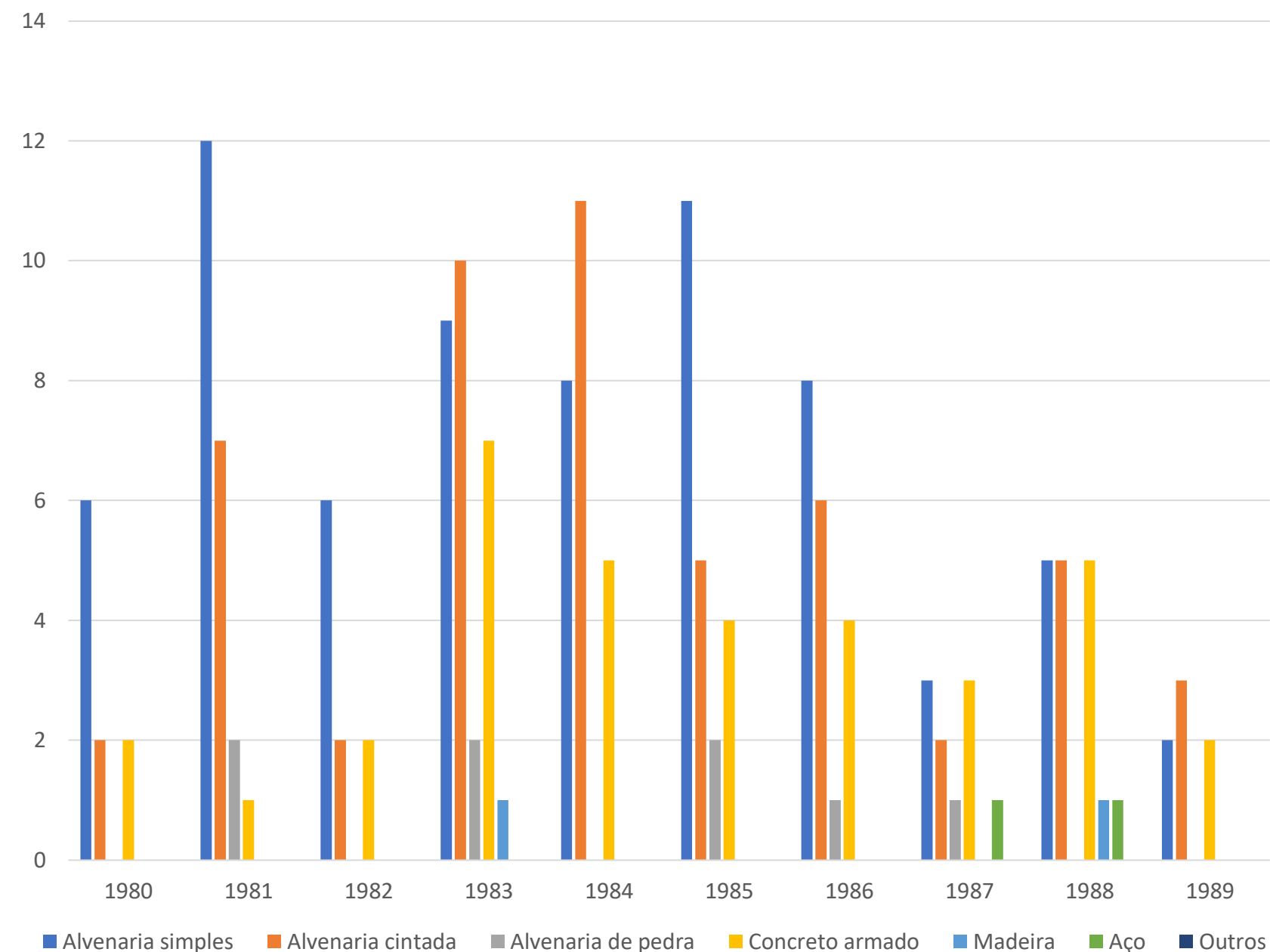
De acordo com o gráfico 25, vê-se que a alvenaria simples é o sistema construtivo mais utilizado (Figura 47, nas páginas seguintes),

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

provavelmente por ser o mais comum na região, e apesar de em alguns anos não aparecer com expressividade (1983, 1984 e 1989). A alvenaria cintada, também aparece de forma significativa nos anos 1983 e 1984, sendo um sistema bastante utilizado na época. Em contrapartida, a madeira e o aço não possuem participações relevantes, e ambos só aparecem em dois anos: o primeiro em 1983 e 1988 e o segundo em 1987 e 1988. Destaque para o concreto armado, que apesar de não ter sido o material mais usado em nenhum ano, aparece ao longo de toda a década.

O concreto armado (Figuras 48 e 49, nas páginas seguintes), sendo um material marcante na expressão formal do modernismo permanecia sendo representativo na década de 1980 e, como mencionado nos depoimentos dos arquitetos, sua aplicação maior era de forma aparente, com o material deixado à vista, sem revestimentos ou materiais de acabamento, herança de vertentes do movimento modernista.

Gráfico 25: Tipos de estrutura de elevação utilizados de 1980 a 1989



Fonte: Arquivo Central da PMJP.

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

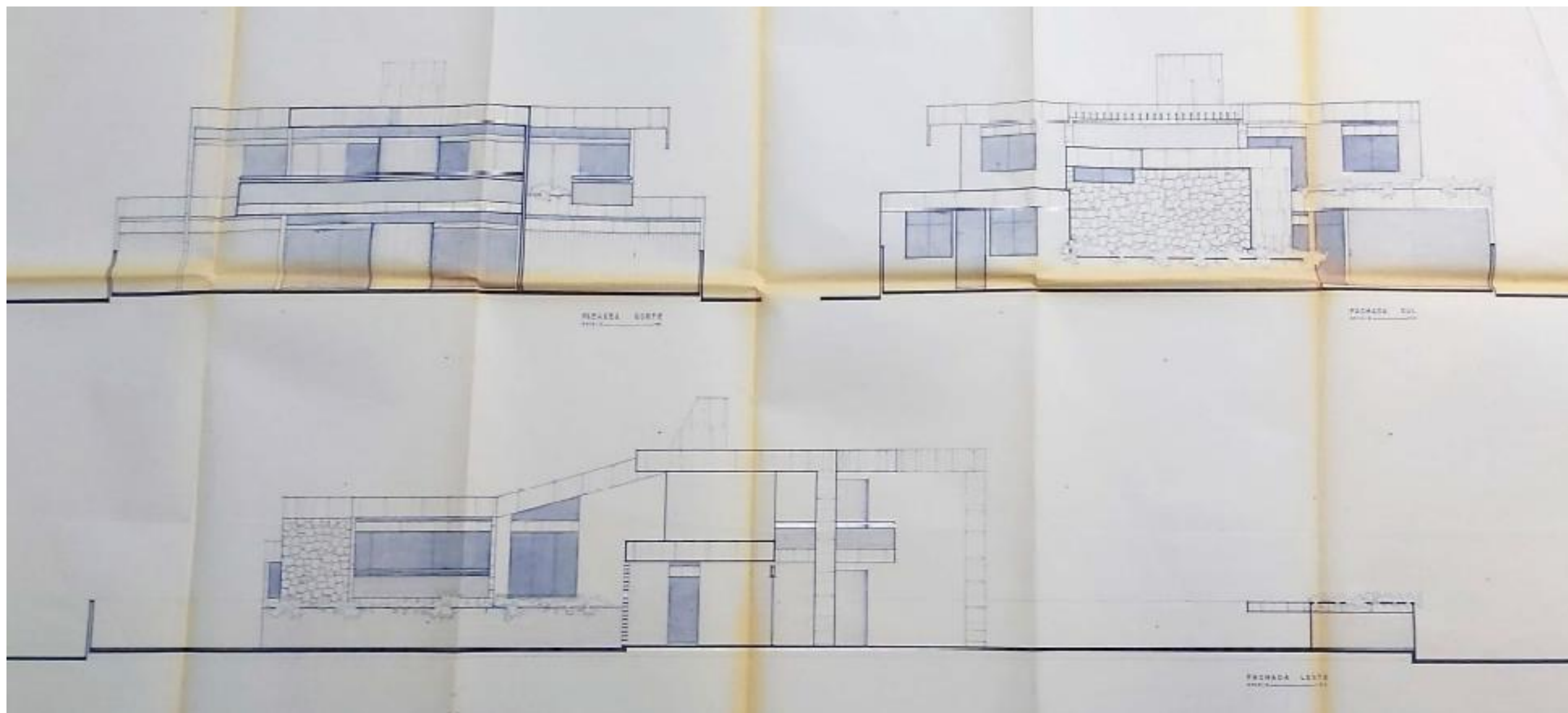
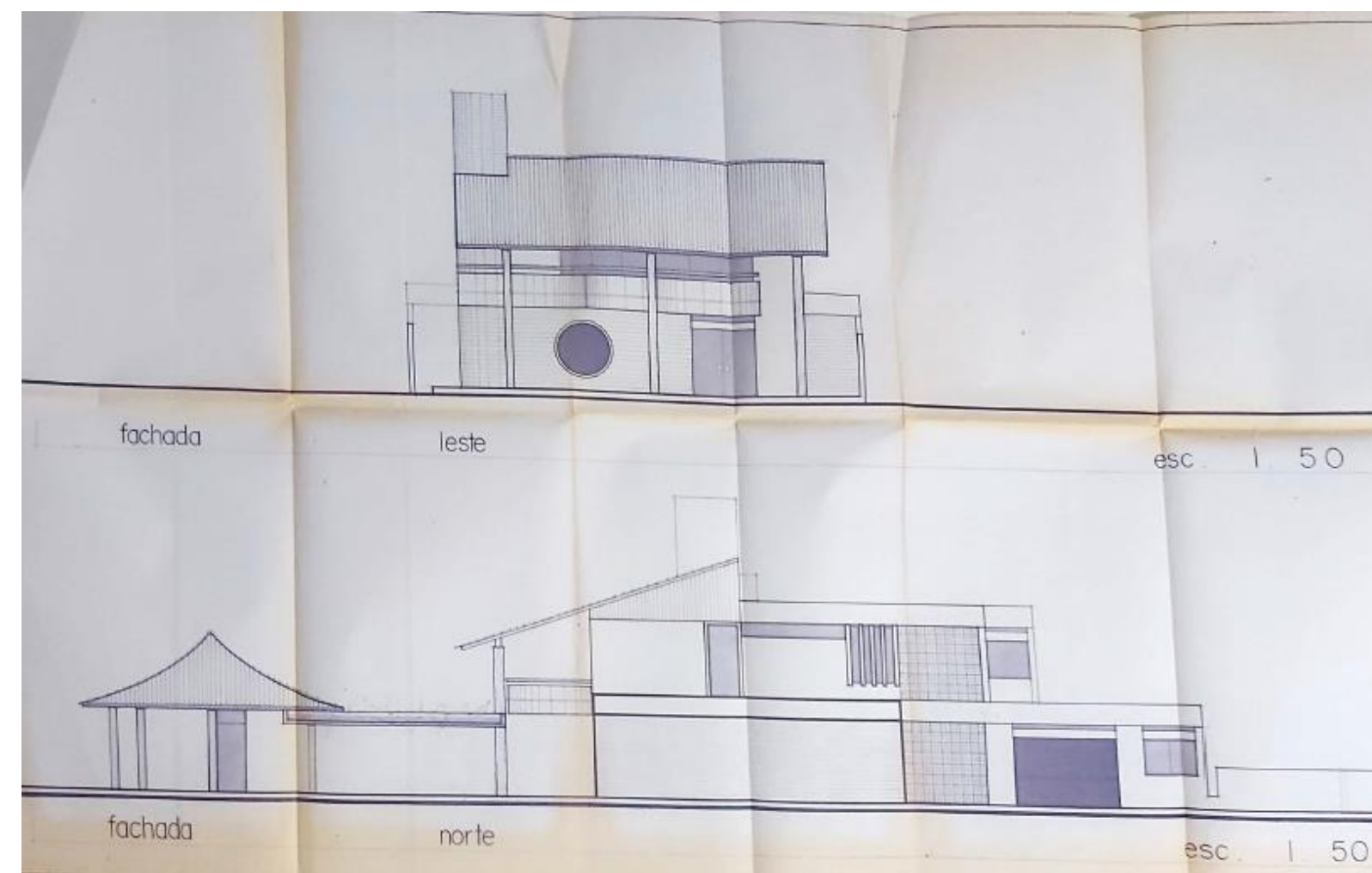
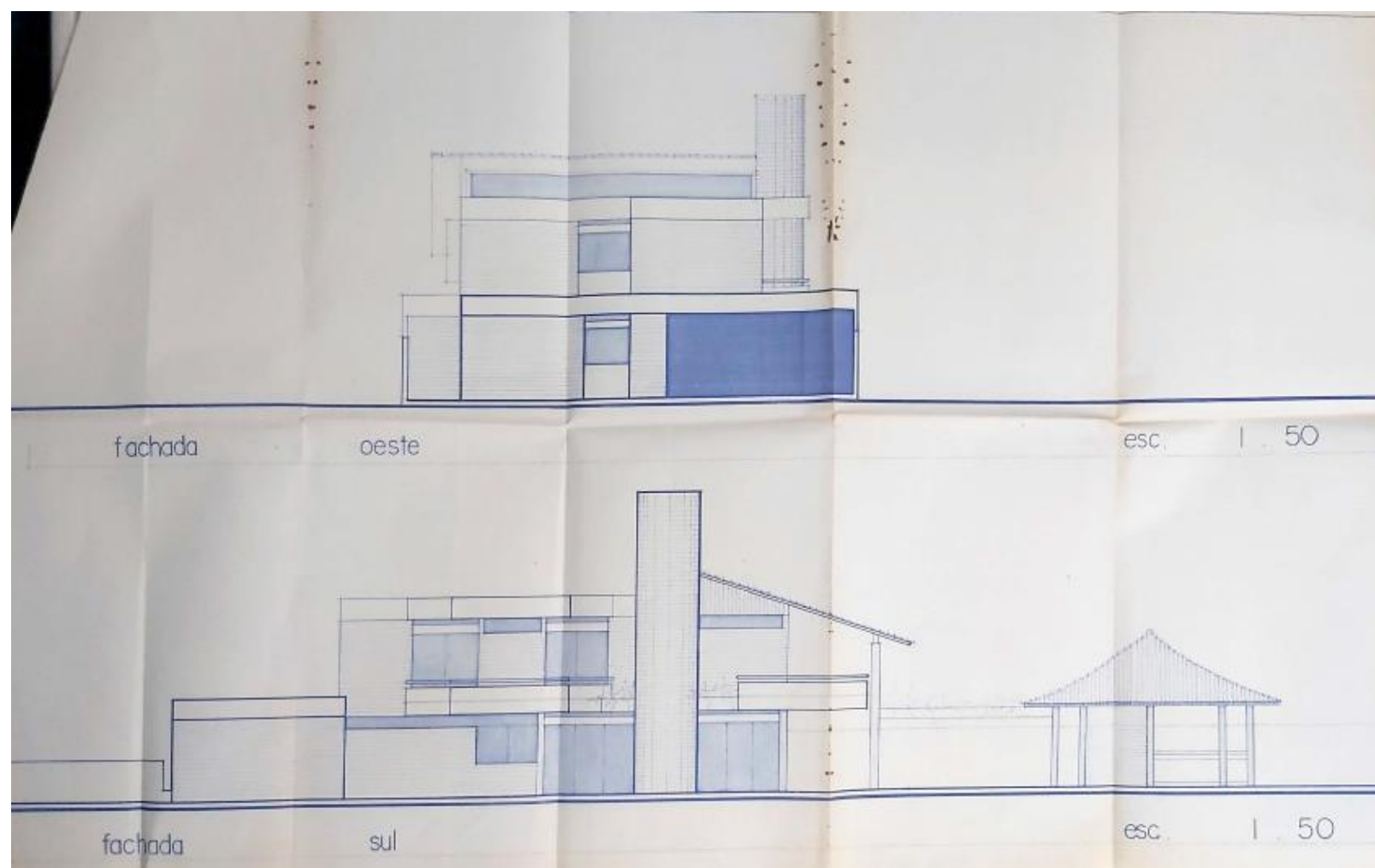


Figura 47: Fachadas de residência que teve a alvenaria simples como única estrutura de elevação, de Régis Cavalcanti, 1984. / Fonte: Arquivo Central da PMJP.

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

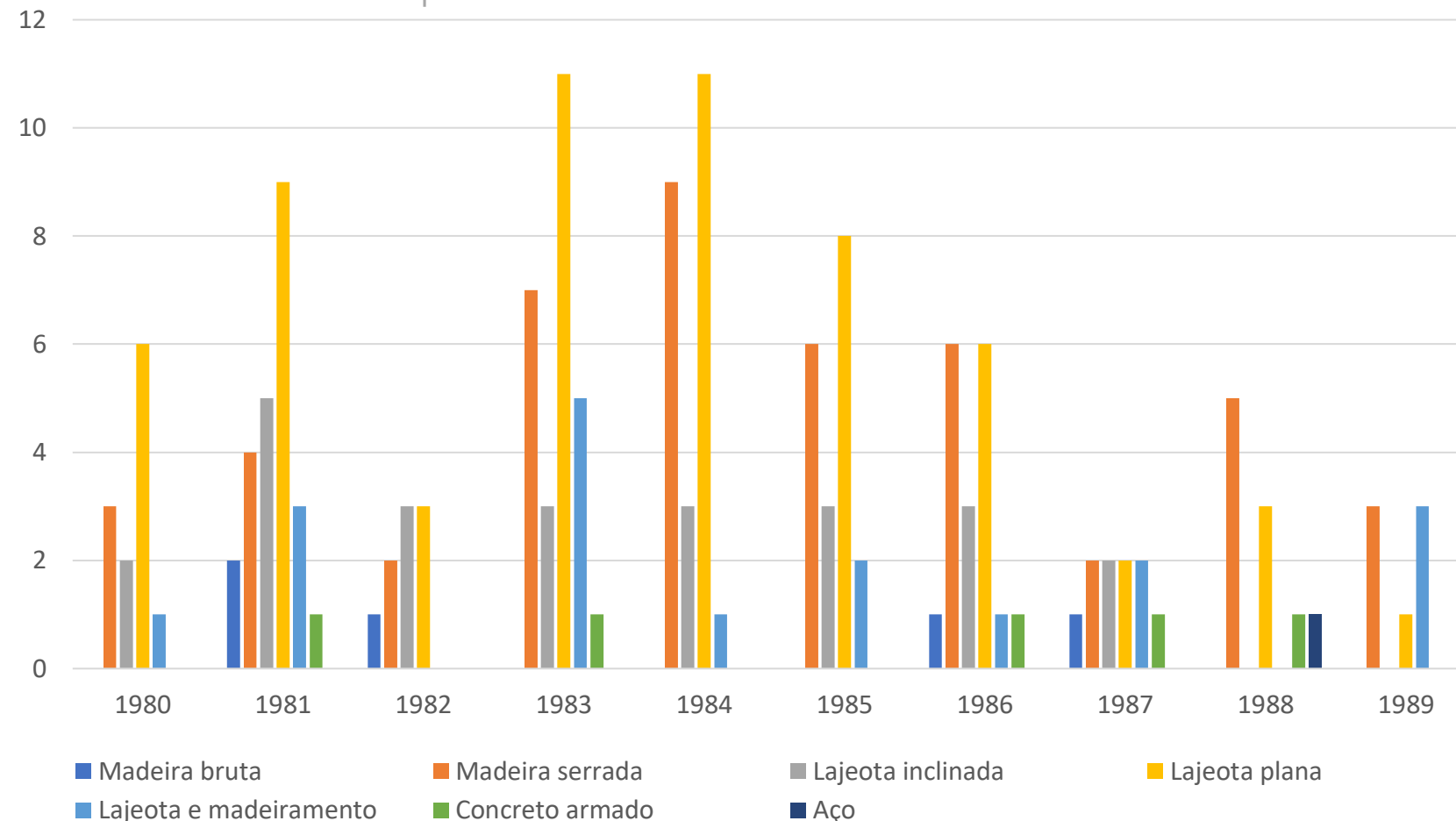
Figuras 48 e 49: Fachadas de residência que tem o concreto armado como única estrutura de elevação. Projeto de Régis Cavalcanti, de 1988. / Fonte: Arquivo Central da PMJP



TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

O segundo elemento selecionado para análise foi a estrutura utilizada para a cobertura, observando as sete opções que constam no Boletim de Classificação: “madeira bruta”, “madeira serrada”, “lajeota inclinada”, “lajeota plana”, “lajeota e madeiramento”, “concreto armado” e “aço”.

Gráfico 26: Tipos de estrutura da cobertura utilizados de 1980 a 1989



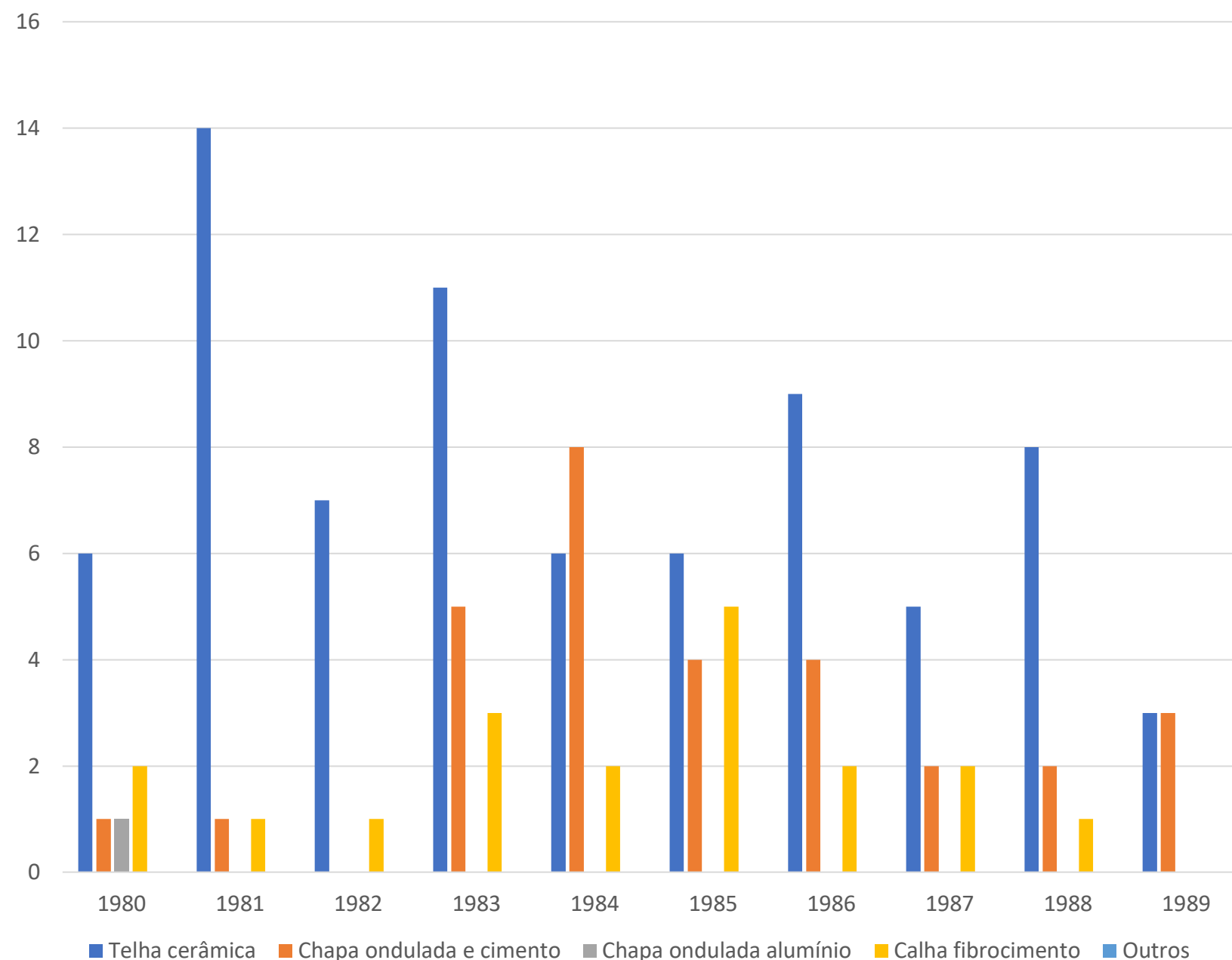
Fonte: Arquivo Central da PMJP.

Segundo o gráfico 26, a “lajeota plana” foi a solução mais utilizada até 1984, mas no ano seguinte começa a perder preferência em decorrência de outros elementos como a madeira serrada, que também teve utilização expressiva no decorrer dos dez anos analisados. Obteve significativa relevância, também, a “lajeota inclinada”, que não aparece apenas nos anos de 1988 e 1989. Por outro lado, a madeira bruta, o concreto armado e o aço foram soluções que pouco compareceram nas escolhas dos arquitetos.

Como elemento complementar à “estrutura da cobertura”, também foi observado o item “tipo de cobertura” utilizado para fechamento do edifício. Aqui, os itens disponíveis no Boletim de Classificação são: “telha cerâmica”, “chapa ondulada de cimento”, “chapa ondulada de alumínio”, “calha fibrocimento” e a opção “outros”. Também era possível marcar mais de uma opção, evidentemente. O gráfico 27 (na página seguinte) demonstra a frequência da utilização dessas soluções.

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

Gráfico 27: Tipos de cobertura utilizados de 1980 a 1989

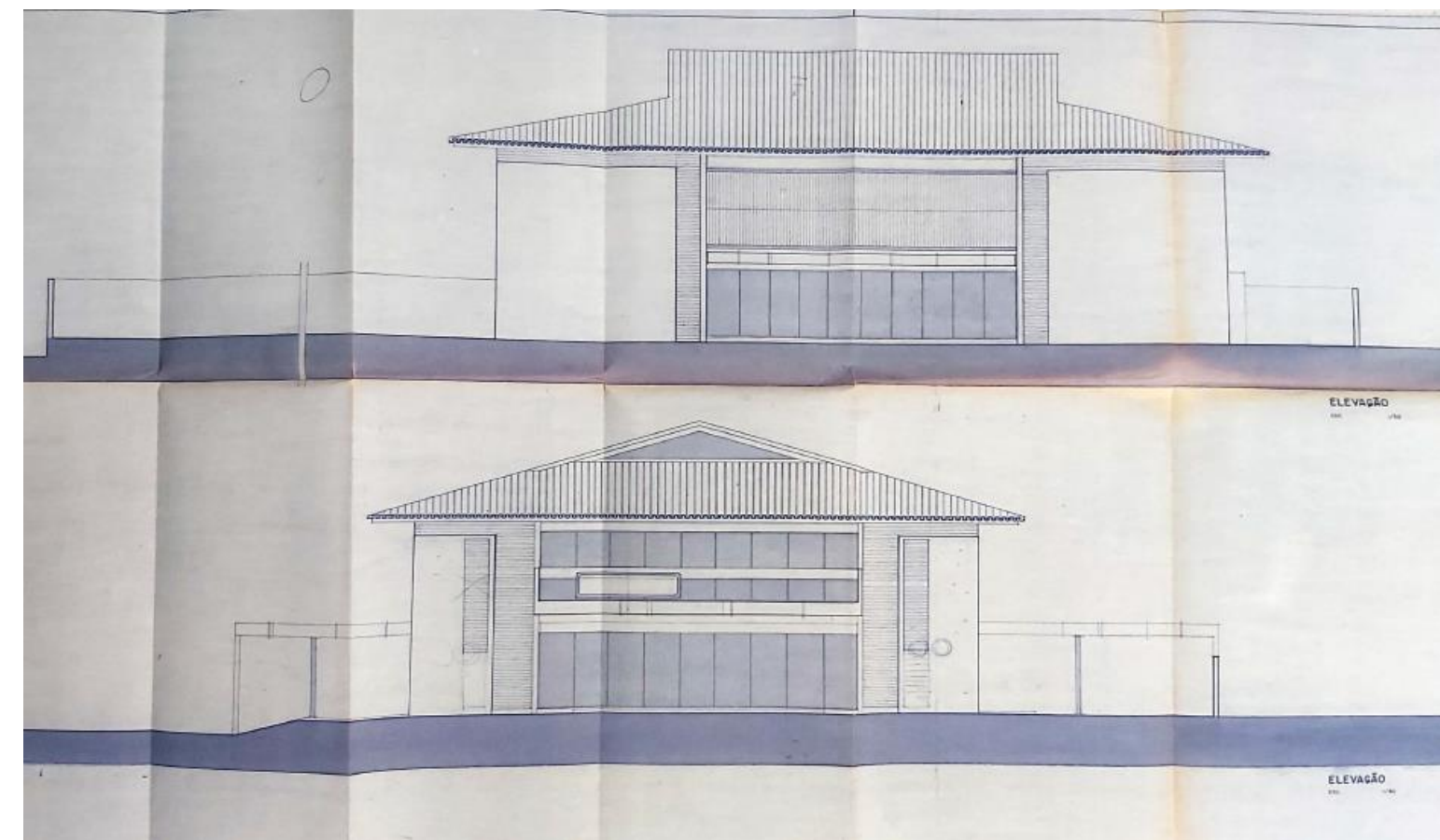
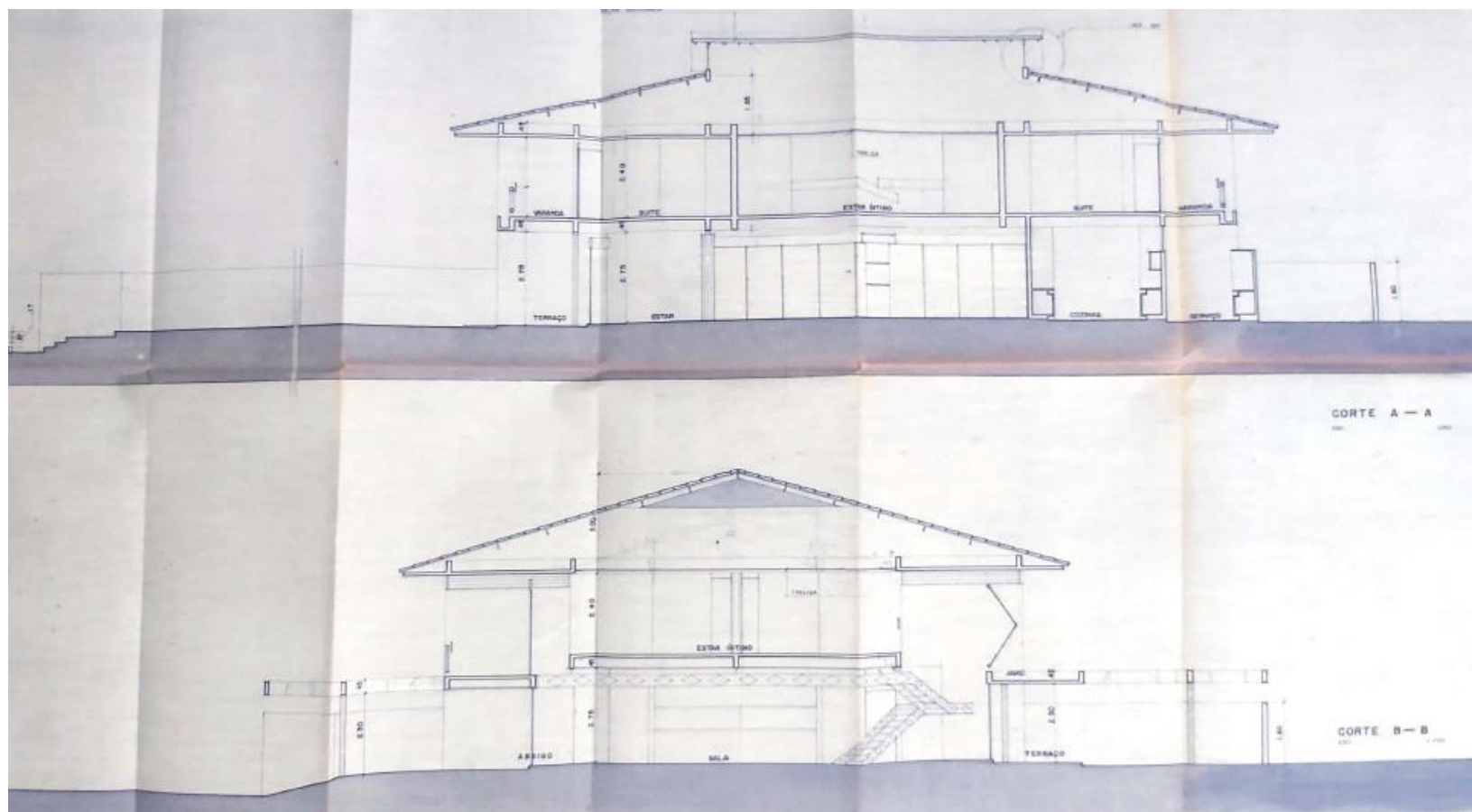


Fonte: Arquivo Central da PMJP.

É fácil observar que a telha cerâmica foi a solução mais utilizada entre as residências, com exceção do ano de 1984, em que a chapa ondulada a ultrapassou - mesmo que com pouca diferença. Em contrapartida, a chapa ondulada de alumínio aparece apenas em 1980, sendo o material menos utilizado. Observação também para a calha de fibrocimento, que apesar de não ter sido o material mais usado, aparece em todos os anos, exceto em 1989, mas obtém números expressivos em 1985, quando ultrapassou o uso da chapa ondulada de cimento.

Como a “estrutura da cobertura” e o “tipo de cobertura” fazem parte do mesmo elemento formal, estes foram analisados de forma conjunta. Desse modo, constatou-se que a solução mais utilizada foi a “lajeota plana” em conjunto com a “telha cerâmica”. As figuras 50, 51 e 52 apresentam uma residência projetada por Expedito Arruda, que melhor exemplifica a utilização desta solução. Para melhor visualização, preferimos trazer não apenas imagens das fachadas, mas também de cortes, possibilitando assim a vista interna dessa solução projetual.

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR



Figuras 50 e 51: Cortes e fachadas de residência que utilizou a lajeota planta e a telha cerâmica como soluções projetuais. Projeto de Expedito Arruda, de 1986. / Fonte: Arquivo Central da PMJP

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

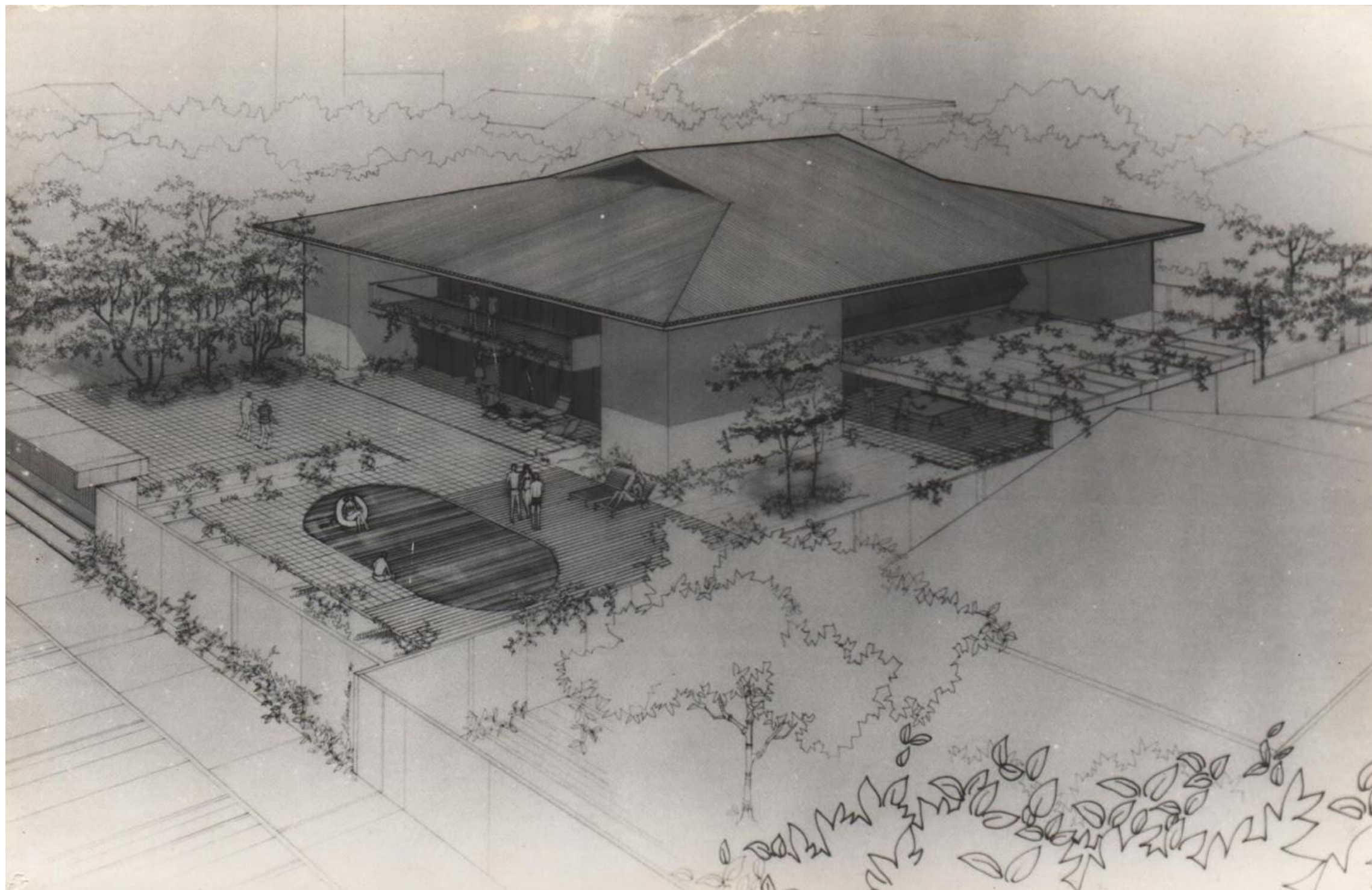


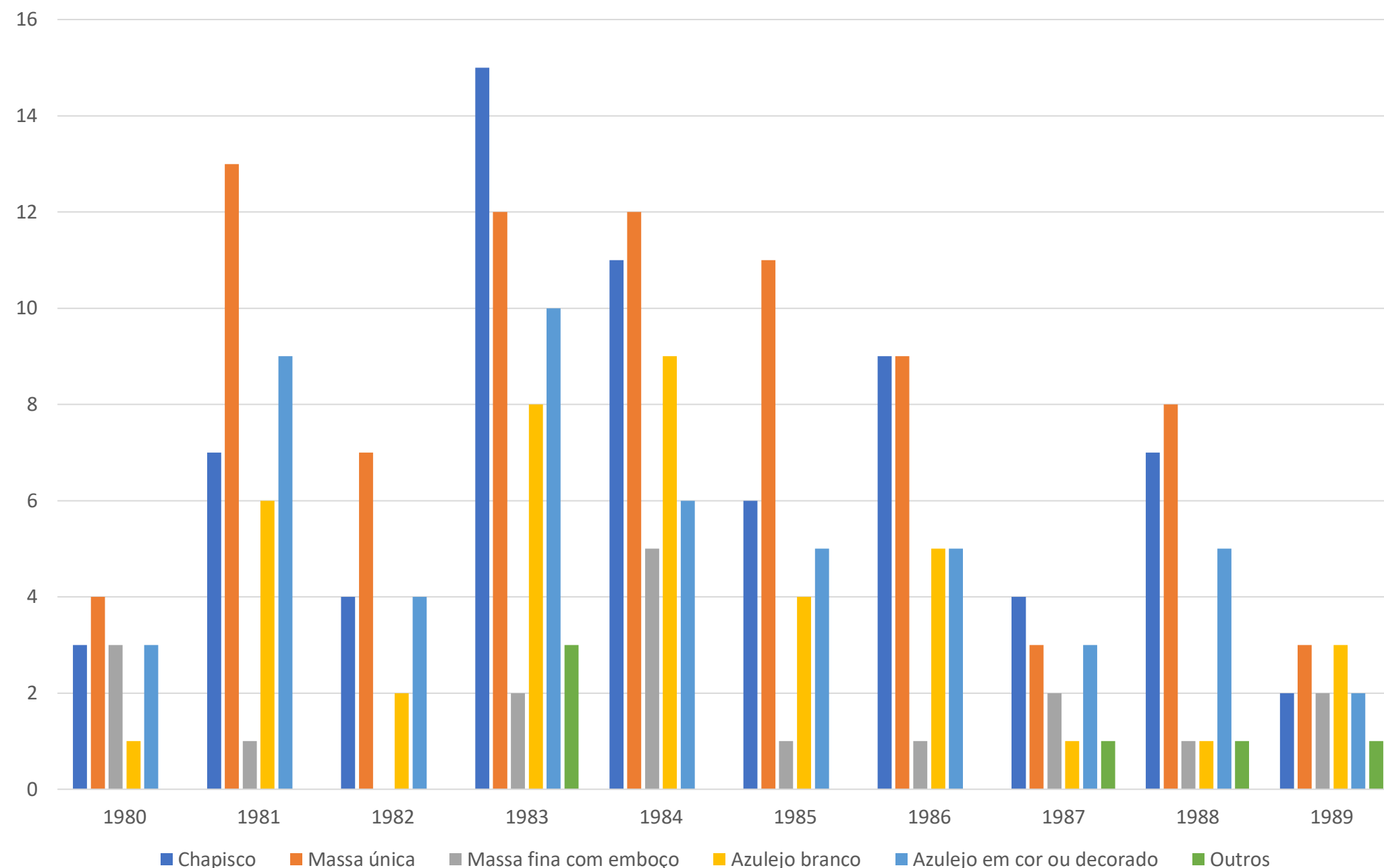
Figura 52: Croqui de perspectiva da residência do Sr. Antônio Ciraulo, projeto de Expedito Arruda, de 1986. / Fonte: Acervo de Expedito Arruda, cedido à autora

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

Agora, com o intuito de compreender os acabamentos e revestimentos utilizados para finalizar o projeto, os quais têm grande representatividade na imagem do edificado, foram analisados os itens “revestimento” e “pintura”. No caso do primeiro, estão disponíveis para seleção: “chapisco”, “massa única”, “massa fina com reboco”, “azulejo branco”, “azulejo em cor ou decorado” e “outros”. O gráfico 28 ilustra a regularidade do uso desses acabamentos.

Neste item não houve nenhuma solução predominante, já que a frequência das escolhas se manteve. Entretanto, há destaque para a utilização da massa única e o chapisco. A utilização de azulejos, seja ele branco ou decorado, foi mais expressiva entre os anos de 1983 e 1986, embora apareça menos do que outras soluções

Gráfico 28: Tipos de revestimento utilizados de 1980 a 1989



Fonte: Arquivo Central da PMJP.

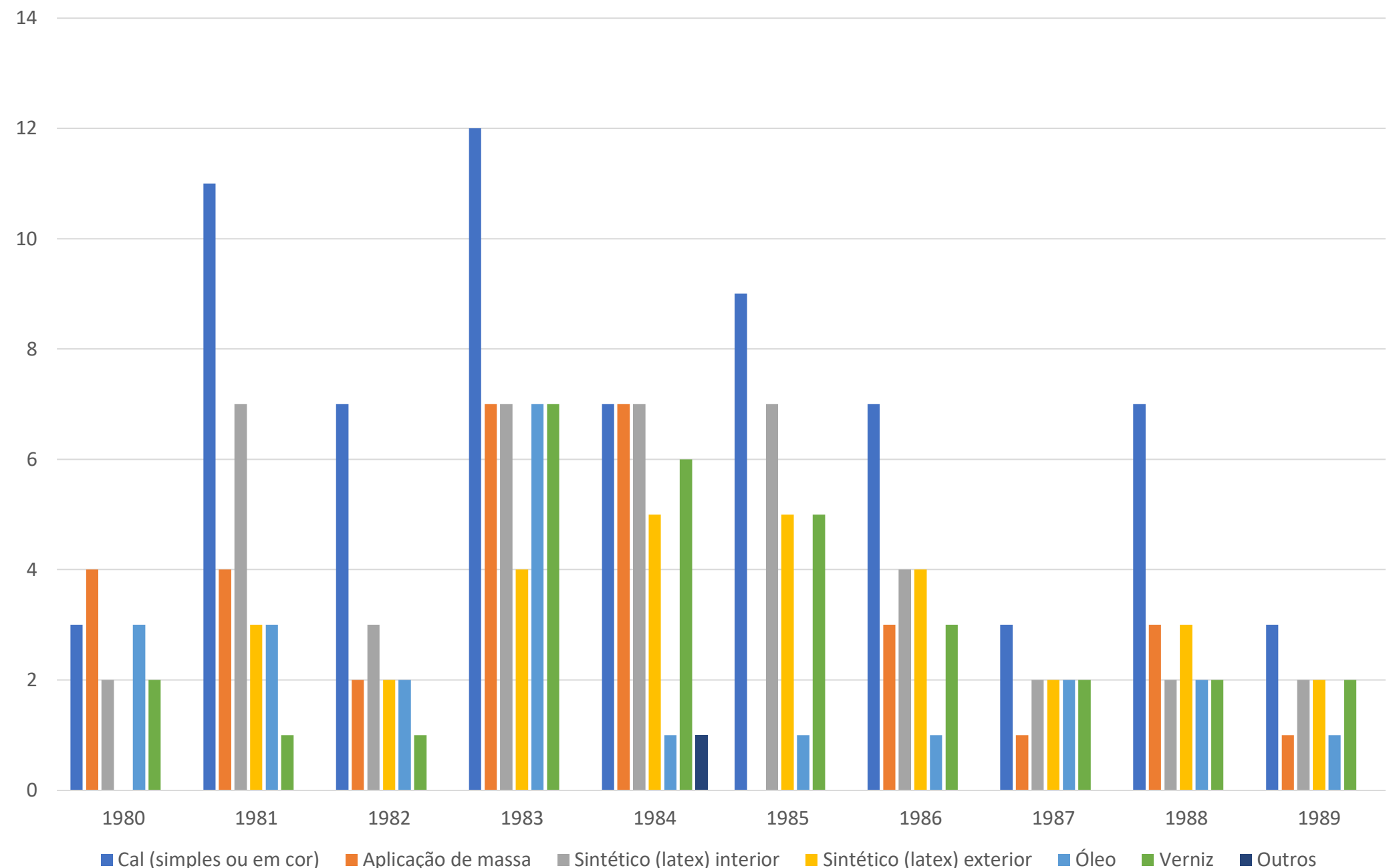
TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

mencionadas. Talvez esse fato seja resultado da opção dos arquitetos em explorar os materiais aparentes, a exemplo do concreto, aqui já mencionado.

Por fim, o último item observado do Boletim de Classificação foi o tipo de pintura empregado nas residências. As opções disponibilizadas são: “cal (simples ou em cor)”, “aplicação de massa”, “sintético (látex) interior”, “sintético (látex) exterior”, “óleo” e “verniz”.

Como demonstra o gráfico 29, houve grande diversidade na pintura das residências, mas o uso da cal se destaca, com grande relevância em todos os anos, exceto em 1980 e 1984: no primeiro, a aplicação de massa se sobressai, já no segundo há uma equivalência entre os usos da cal, da massa e do sintético interior. O sintético exterior aparece em

Gráfico 29: Tipos de pintura utilizados de 1980 a 1989



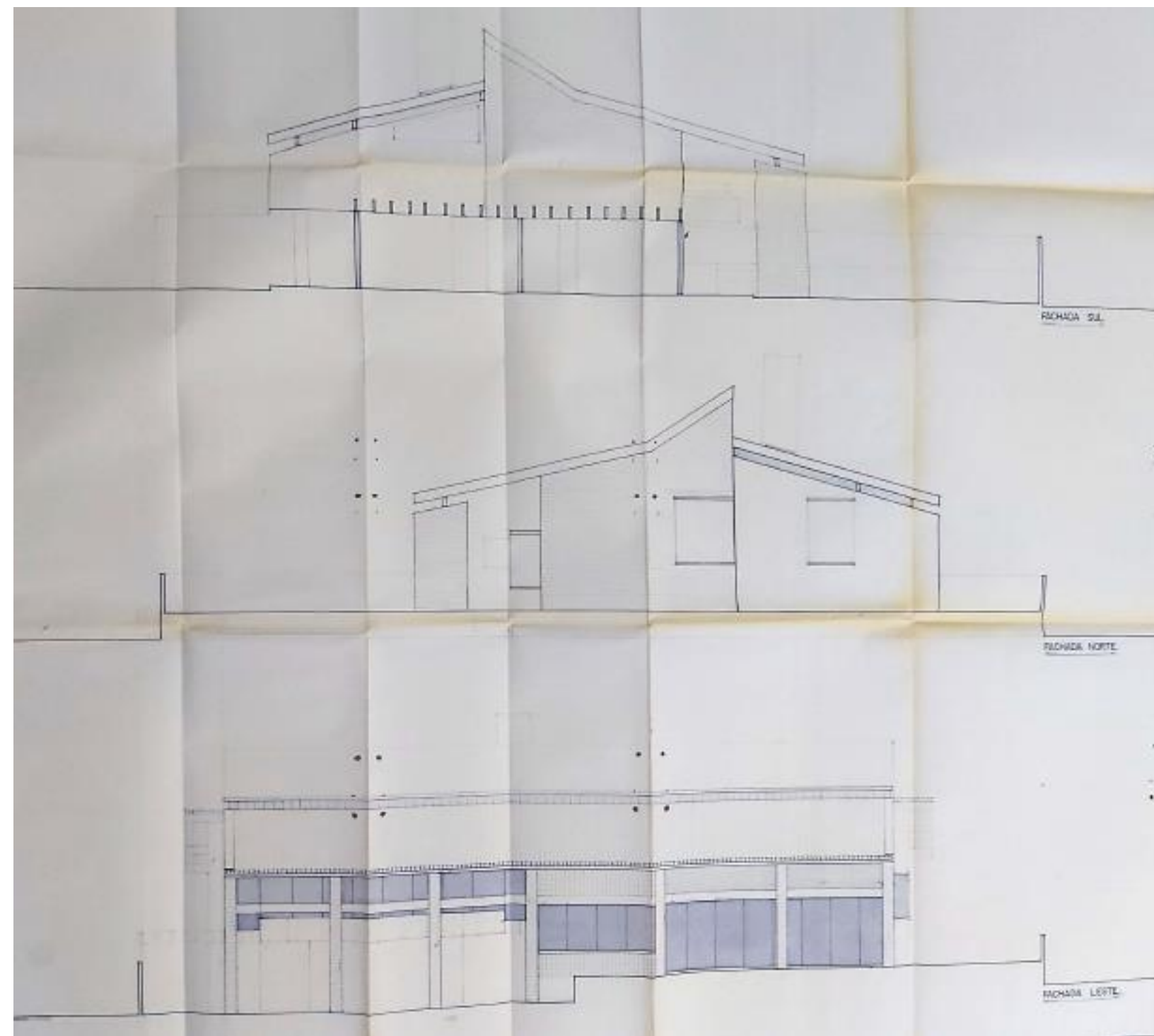
Fonte: Arquivo Central da PMJP.

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

todos os anos, com exceção de 1980, em que não foi usado nenhuma vez. A utilização do óleo se destaca em 1983, mas nos outros anos não aparece de forma expressiva, assim como o verniz, significativo apenas em 1984 e 1985.

Infelizmente, nenhum dos desenhos técnicos analisados possui descrições sobre o material a ser utilizado nas fachadas, o que dificulta visualizar o resultado das escolhas. Ainda assim, decidimos trazer um exemplar de residência que utilizou a “massa única” e a “cal simples” como revestimento e pintura, respectivamente. As figuras 53 e 54 (na página seguinte) são referentes à citada casa, que foi projeto de Expedito Arruda, de 1985.

Figura 53: Fachadas da residência do Sr. Fernando Antônio, projeto de Expedito Arruda, de 1985. / Fonte: Arquivo Central da PMJP.



TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

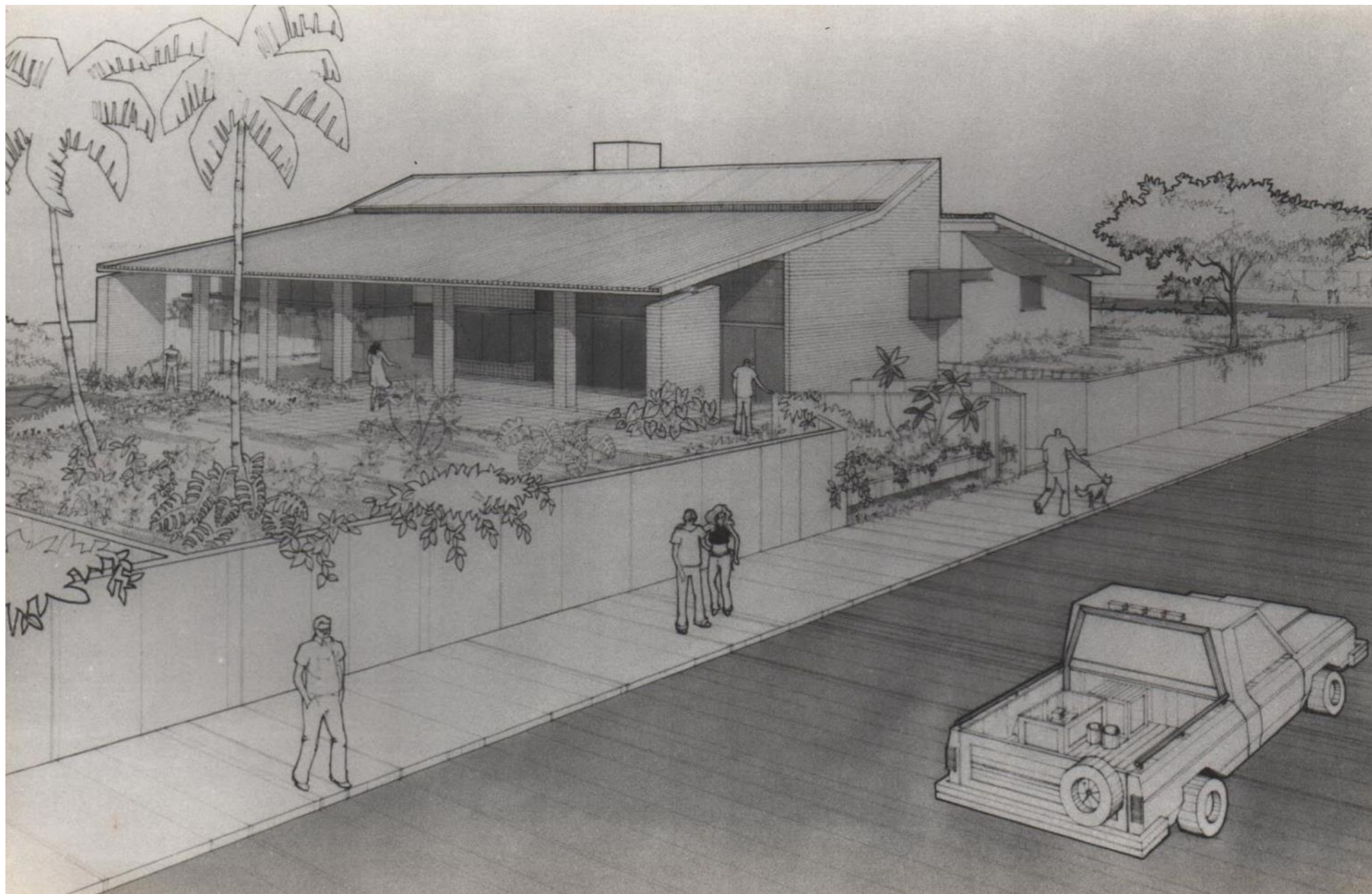


Figura 54: Croqui de perspectiva da residência do Sr. Fernando Antônio, de autoria de Expedito Arruda (1985). / Fonte: Acervo de Expedito Arruda, cedido à autora

TRÊS ARQUITETOS E SEUS PROJETOS PARA RESIDÊNCIAS: ENTRE EXPERIÊNCIAS E A REALIDADE DO LUGAR

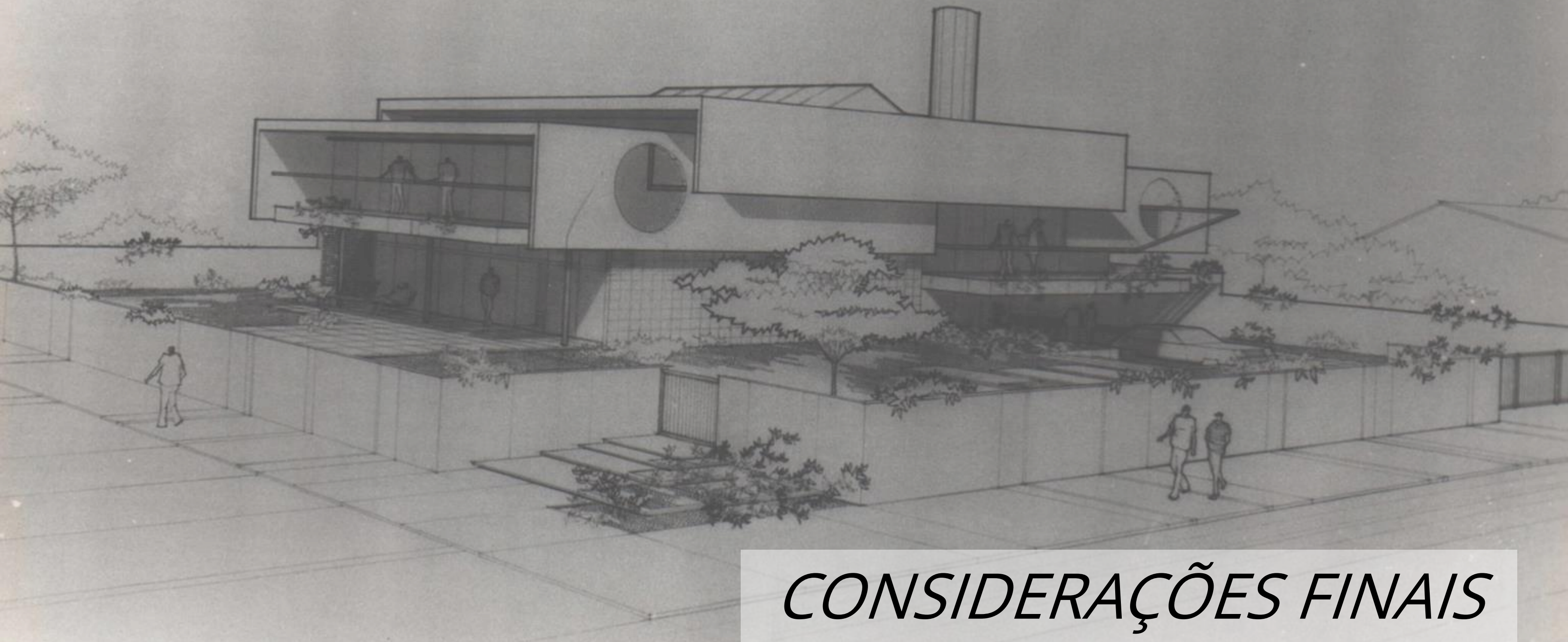
Por fim, abordamos o nosso último ponto para análise, a identificação de elementos e soluções singulares que surgem entre os projetos dos arquitetos. Como já mencionado, as grandes áreas livres ao redor das casas eram quase que uma constante nos projetos desta época, sendo utilizadas para jardins ou áreas de lazer, com a inserção de piscinas em casas de padrão “alto” e “luxo”. O esquema de acesso ao lote também chama atenção, com a presença de portão para garagem, separado do acesso do pedestre, bem como a criação de uma entrada de serviço. Isso evidencia a ênfase para o automóvel, uma vez que na época somente a população mais abastada possuía carros, além da intenção de separar as áreas dos moradores e das visitas daquelas dos funcionários das casas.

Outro componente bastante usual eram os pergolados, colocados fora ou dentro das residências, com função estética, mas também manifestando a preocupação dos arquitetos para com o conforto dentro da edificação.

Uma solução também utilizada - embora não tenha aparecido em

nenhum dos exemplos aqui trazidos, uma vez que apresentamos apenas fachadas -, foram os subsolos, que serviam como garagem ou como área íntima dos moradores.

Quanto aos materiais e soluções, os telhados em telha cerâmica, com grandes beirais que avançavam da edificação, foram características marcantes nessa produção, assim como as grandes esquadrias de madeira e vidro, brises, e o já mencionado pergolado, elementos que remetem às preocupações e necessidades de se construir no nordeste.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para desenvolvimento deste trabalho, alguns desafios foram vencidos: a falta de referências bibliográficas sobre a produção arquitetônica paraibana dos anos 1980; o difícil acesso aos projetos dos arquitetos em foco; a perda dos edifícios entendidos como documentos, devido à descaracterização e desaparecimento dessa arquitetura, em detrimento da expansão e do crescimento da cidade. Ainda assim, a pesquisa realizada no Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa viabilizou o estudo, pois nos rendeu muitas informações sobre o que estava sendo produzido neste período.

Observando a relação entre a arquitetura residencial produzida nos anos 1980 e a realidade da cidade, então, cabe aqui citar a importância da Avenida Epitácio Pessoa como elemento que propiciou a abertura dos caminhos para a faixa litorânea da cidade. Constata-se que as residências aqui analisadas são fruto do desejo de uma classe social abastada que, em busca de novos lugares para morar, encontrou na orla marítima a paisagem ideal para construção dessas casas, fato este comprovado ao longo de todo trabalho, especialmente

ao observar-se a localização das residências nos mapas aqui apresentados. Os bairros com maior número de casas são justamente os que têm por delimitação as praias da cidade, que tiveram sua ocupação mais expressiva a partir da década de 1960. Na época, o fato desses bairros ainda estarem no início da sua ocupação, possibilitou a comercialização de lotes de grandes dimensões, alguns com até 1.000m², como visualizado em alguns dados trazidos no decorrer da pesquisa. Isso deu margem aos arquitetos para trabalharem projetos que se destacavam aos olhos da cidade.

A expansão urbana de João Pessoa, nos anos 1980, se alinhou com a abertura de oportunidades de trabalho para novos arquitetos na cidade de João Pessoa, bem como ao desejo da classe média urbana de ter acesso ao serviço dos arquitetos e concretizar o sonho da tão desejada casa moderna, seja através de financiamentos ou não.

Outro ponto importante a ressaltar é o fato dos arquitetos escolhidos para a realização da pesquisa possuírem formação em Recife, trazendo para João Pessoa as influências que receberam da

“escola pernambucana”, seja pela linguagem modernista tão trabalhada ali, seja na preocupação em produzir uma arquitetura contextualizada e adequada às condicionantes físicas e climáticas da região. As residências projetadas por Amaro, Régis e Expedito, contam com a utilização de elementos que manipulam a incidência solar recebida pela casa, tanto com a intenção de proteger quanto de aproveitar, bem como há artifícios que favorecem a circulação da ventilação, com o uso de pergolados, por exemplo.

O tempo disponível para a realização deste trabalho não nos permitiu aprofundar as análises à observação das plantas, por exemplo, compreendendo as escolhas dos arquitetos. Mas tentamos dar o pontapé inicial para uma pesquisa mais minuciosa e que responda a outros questionamentos que, certamente, irão surgir diante da riqueza do material por nós coletado no Arquivo Central da PMJP. Nossa meta, que acreditamos estar cumprida, foi contribuir para a expansão do debate acerca da produção da arquitetura paraibana, não se limitando apenas àquela já conhecida e estudada, mas

explorando outros recortes temporais, contextos e profissionais cujas obras contam a história da nossa arquitetura, mas que pouco aparecem, ainda, na historiografia e bibliografias especializadas.

No decorrer do trabalho, ficou evidente que alguns temas merecem mais aprofundamento, como: qual destas residências ainda estão edificadas e quais já foram demolidas? das que ainda restam, em que medida ainda continuam com os elementos e soluções originais? havia elementos padrões na configuração espacial dessas casas? a que momento da produção arquitetônica tratada na historiografia nacional estes arquitetos se vinculavam? Enfim, como caracterizar a arquitetura dos anos 1980?

Esperamos que este trabalho sirva como uma provocação à pesquisa desta arquitetura e de como ela se manifestou, possibilitando uma maior compreensão do panorama da produção paraibana.

- ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **Conexões com a história**. São Paulo: Editora Moderna, 2010. P. 671-684.
- AFONSO, Filipe Valentim. **As casas de Mario de Lascio: projeto, tempo e lugar**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.
- AFONSO, Filipe Valentim. **Um olhar sobre a vitrine: os materiais e as técnicas construtivas das casas edificadas na Avenida Epitácio Pessoa, 1946-1972**. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- AFONSO, Filipe Valentim; COSTA, Surama V.; **As novas (e não tão novas) moradias para uma cidade em expansão: a Avenida Epitácio Pessoa**. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Márcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan. **Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016, P. 232-255.
- ALDRIGUE, Maryá de Sousa. **Aparências da forma e forma do espaço: análise da configuração espacial de residências unifamiliares dos anos 1970 em João Pessoa/PB**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- ARAÚJO, Ricardo Ferreira de. **Arquitetura residencial em João Pessoa: A experiência moderna nos anos 1970**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- ARRUDA, Expedito de. Expedito de Arruda: depoimento [março de 2022]. João Pessoa: entrevista concedida a Ádylla Alves de Vasconcelos
- BOULOS, Alfredo Junior. **História: sociedade e cidadania**. São Paulo: FTD, 2009.
- CASTRO, Amaro Muniz. **Amaro Muniz Castro: depoimento** [março de 2022]. João Pessoa: entrevista concedida a Ádylla Alves de Vasconcelos
- CAVALCANTI, Régis Albuquerque. Régis Albuquerque: depoimento [março de 2022]. João Pessoa: entrevista concedida a Ádylla Alves de Vasconcelos
- COSTA, Roberta Xavier da. **Casas modernas na orla marítima de João Pessoa. 1960-1974**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- COSTA, Surama Batista Vieira da. **Entre o moderno e o não moderno: arquitetura residencial na Avenida Epitácio Pessoa, 1961-1975**. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

- COUTINHO, Marco Antonio Farias. **Evolução urbana e qualidade de vida: o caso da Avenida Epitácio Pessoa**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.
- CRUZ, Patrícia. Histórico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB. Arquitetura e Urbanismo - UFPB: o blog oficial, 2011. Disponível em <<https://arquiteturaufpb.wordpress.com/o-curso/historia-do-curso/>>. Acesso em 20 de maio de 2022.
- O GOVERNADOR INAUGURA importantes serviços públicos em Tambaú. Jornal **A União**, João Pessoa, p. 03, 12 fev. 1957.
- GALVÃO, Carolina Marques Chaves. **Casa (moderna) brasileira: difusão da arquitetura moderna em João Pessoa 1950-60's**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2012.
- LAVIERI, J. R. & Lavieri, M. B. F. **Evolução da Estrutura Urbana recente de João Pessoa / 1960-1986**. Textos UFPB/NDIHR. No. 29, Jul. 1992.
- _____. Evolução urbana de João Pessoa – pós 60. In: GONÇALVES, R. C.; LAVIERI, M. B. F.; LAVIERI, J. R.; RABAY, G. (Org.) **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999, p. 39-66.
- MAIA, Doralice Sátyro; **A cidade em transformação: Primeiros sintomas da modernidade urbana no século XIX**. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Márcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan. Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. P. 14-89.
- MARTINS, Paula Dieb. **Paisagem em movimento: as transformações da Avenida Epitácio Pessoa de 1980 a 2001**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- MELO, Marieta D. Tavares de. **Acácio Gil Borsoi: arquitetura residencial paraibana**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- MOURA FILHA, Maria Berthilde; **A cidade em sua: organização espacial, morfologia urbana e arquitetura residencial**. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde; COTRIM, Márcio; CAVALCANTI FILHO, Ivan. Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. P. 90-157.
- OLIVEIRA, Matheus Henrique de Souza Genuíno. **Novas dinâmicas na expansão urbana de João Pessoa-PB: eixos de valorização do solo urbano na Zona Sul de João Pessoa-PB**. XIII ENANPEGE. São Paulo. 2019.

- PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.
- RIBEIRO, Paulo Silvino. **Os anos 80 no Brasil: aspectos políticos e econômicos**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/os-anos-80-no-brasil-aspectos-politicos-economicos.htm>. Acesso em 17 de maio de 2022.
- SANTOS, Erika Diniz Araújo dos. **Recepção e dispersão da arquitetura moderna em João Pessoa (1970-1985)**. 2014. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- SILVA, Regina Celly Nogueira da. **As singularidades do bairro na realização da cidade: as transformações na paisagem urbana do bairro da Torre em João Pessoa – PB**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- SILVEIRA, José Augusto R. da. **Percursos e Processo de Evolução Urbana: O caso da Avenida Epitácio Pessoa, na Cidade de João Pessoa-PB**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbana. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- TRAJANO FILHO, Francisco Sales. Do rio ao mar. **Uma leitura da cidade de João Pessoa entre duas margens**. Arquitextos, São Paulo, 07.078, Vitruvius, nov 2006.
- _____. **D.V.O.P.: arquitetura moderna, estado e modernização (Paraíba, década de 1930)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.
- UM NOVO bairro elegante para João Pessoa. Jornal **A União**, João Pessoa, p. 05, 16 mar. 1950.
- VIDAL, Wynlna. **Transformações urbanas: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910 e 1940**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

APÊNDICE [1]

Entrevista com os arquitetos

Da formação

1. Quais professores da graduação foram de grande relevância para sua formação acadêmica e profissional?
2. Quais disciplinas estudadas lhe trouxeram maior aporte teórico, conceitual e técnico para sua atuação?
3. Quais eram as referências estudadas - projetos, periódicos, bibliografias, naquela época que influenciaram sua forma de projetar?
4. Havia algum nome que era de maior destaque e que o influenciou de forma significativa?

Da atuação

1. Mesmo se formando em Recife, uma cidade que na época provavelmente oferecia mais oportunidades, o que o fez vir trabalhar na cidade de João Pessoa?
1. Com qual cenário social e econômico se deparou quando começou a trabalhar na capital?
2. Qual foi o primeiro projeto realizado aqui?
3. Como foi se inserir num quadro de profissionais já atuantes na década de 80?
4. Quais foram suas inspirações e referências na hora de projetar nesse período?
5. Qual era o perfil dos clientes naquela época?
6. Quanto ao programa residencial, em geral, o que buscavam os clientes? Havia algum elemento que era de “desejo” da sociedade? Quais eram as preferências?

Da relação com a cidade

1. Havia algum(ns) bairro(s) em que se concentrava(m) essas construções?
2. Quanto a disponibilidade de materiais e de mão de obra, já deixou de executar alguma ideia e mudou o projeto por falta desses recursos? O que aconteceu?
3. Por fim, na concepção dessas residenciais, qual elemento não poderia faltar, na sua opinião? Aquele que assinava sua autoria?

ANEXO [1]



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
**DIRETORIA DE ESTUDOS E PROJETOS
URBANÍSTICOS E HABITACIONAIS**

BOLETIM DE CLASSIFICAÇÃO
(CONSTRUÇÃO OU AMPLIAÇÃO)

Nº DO PROCESSO:

LEIA COM ATENÇÃO ANTES DE PREENCHER

Este boletim - aprovado o projeto - será o documento hábil para fiscalização da obra e consequente expedição da carta de HABITE-SE.

Deverá ser preenchido em 2 vias e assinado pelo responsável da obra: uma das vias será devolvida ao requerente, como parte integrante do projeto aprovado.

O preenchimento deverá ser feito usando-se papel carbonado, tendo-se o cuidado de ajustar perfeitamente as 2 vias: usar somente máquina de escrever ou letra de forma.

Assinalar com "X" somente um quadrado na resposta aos itens 2 e 4. Os sub-Ítems das especificações gerais (item 5) poderão ter até 3 quadrados assinalados.

1 - CARACTERIZAÇÃO

NOME DO PROPRIETÁRIO

ENDEREÇO (Rua, Av., Pº, Nº)

LOCALIZAÇÃO DA OBRA (Rua, Av., Pç. Loteamento, Nº)

INSC. DO IMÓVEL NO C. I.

ST

QD

LT

VL

SLT

PROJETO (Nome do Autor)

CONSTRUÇÃO (Nome do Responsável)

Cart. CREA Nº

Visto 16º Reg.

Cart. CREA Nº

Visto 16º Reg.

2 - PROPRIEDADE

☐ Particular

☐ Órgão Público Federal

☐ Órgão Público Estadual

☐ Em Capital Misto

☐ Religiosos

☐ Outras (Discriminar)

3 - FINALIDADE DA EDIFICAÇÃO

4 - VALOR DA OBRA E ESQUEMA FINANCEIRO

VALOR PREVISTO R\$

RECURSOS:

☐ Próprios

☐ Financiamento

{ Parcial
Total

5 - ESPECIFICAÇÕES GERAIS

5.1 - FUNDAÇÕES

- ☐ 1 - ALVENARIA DE PEDRA
- ☐ 2 - BLOCOS PRÉ FABRICADOS
- ☐ 3 - BLOCOS DE CONCRETO
- ☐ 4 - SAPATAS DE CONCRETO ARMADA
- ☐ 5 - CINTAS E BALDRAMES
- ☐ 6 - ESTACAS
- ☐ 7 - OUTROS

5.4 - ESTRUTURAS DE ELEVAÇÃO

- ☐ 1 - ALVENARIA SIMPLES
- ☐ 2 - ALVENARIA CINTADA
- ☐ 3 - ALVENARIA DE PEDRA
- ☐ 4 - CONCRETO ARMADO
- ☐ 5 - AÇO
- ☐ 6 - MADEIRA
- ☐ 7 - OUTROS

5.6 - COBERTA

- ☐ 1 - TELHA CERÂMICA
- ☐ 2 - CHAPA ONDULADA E CIMENTO
- ☐ 3 - CHAPA ONDULADA ALUMÍNIO
- ☐ 4 - CALHAS FIBRO CIMENTO
- ☐ 5 - OUTROS

5.2 - EMBASAMENTO

- ☐ 1 - ALVENARIA DE TIJOLOS
- ☐ 2 - CONCRETO ARMADO

5.3 - IMPERMEABILIZAÇÃO

- ☐ 1 - RADIER
- ☐ 2 - LAJE DE IMPERMEABILIZAÇÃO

5.5 - ESTRUTURA DA COBERTA

- ☐ 1 - MADEIRA BRUTA
- ☐ 2 - MADEIRA SERRADA
- ☐ 3 - LAJEOTA INCLINADA
- ☐ 4 - LAJEOTA PLANA
- ☐ 5 - LAJEOTA E MADEIRAMENTO
- ☐ 6 - CONCRETO ARMADO
- ☐ 7 - AÇO

5.7 - REVESTIMENTO

- ☐ 1 - CHAPISCO
- ☐ 2 - MASSA ÚNICA
- ☐ 3 - MASSA FINA COM EMBOÇO
- ☐ 4 - AZULEJO BRANCO
- ☐ 5 - AZULEJO EM COR OU DECORADO
- ☐ 6 - OUTROS

5.8 - PISO

- ☐ 1 - CIMENTADO
☐ 2 - MOSAICO
☐ 3 - CERÂMICA
☐ 4 - TACO
☐ 5 - MARMORITE
☐ 6 - OUTROS

5.10 - PINTURA

- ☐ 1 - CAL. (SIMPLES OU EM COR)
☐ 2 - APLICAÇÃO DE MASSA
☐ 3 - SINTÉTICO (LÁTEX) INTERIOR
☐ 4 - SINTÉTICO (LÁTEX) EXTERIOR
☐ 5 - ÓLEO
☐ 6 - VERNIZ
☐ 7 - OUTROS

5.9 - ESQUADRIAS

- ☐ 1 - MADEIRA 1º
☐ 2 - MADEIRA 2º
☐ 3 - FERRO
☐ 4 - ALUMÍNIO
☐ 5 - OUTROS

5.11 - SOLEIRAS E RODAPÉS

- ☐ 1 - DE CERÂMICA
☐ 2 - DE MADEIRA
☐ 3 - DE MÁRMORE
☐ 4 - DE MADEIRA

5.12 - VIDRO

- ☐ 1 - LISO
☐ 2 - FANTASIA
☐ 3 - ESPECIAL

5. INSTALAÇÕES

DISCRIMINAÇÃO	PONTOS INSTALADOS
6.1 - ÁGUA FRIA	
6.2 - ÁGUA QUENTE	
6.3 - ESGOTO	
6.4 - LUZ	
6.5 - FORÇA	
6.6 - TELEFONE	

7 - OBRAS COMPLEMENTARES

DISCRIMINAÇÃO	QUANTITATIVO
7.1 - ARMÁRIO EMBUTIDO	M²
7.2 - BALCÃO SIMPLES	M²
7.3 - BALCÃO DE AÇO INOX	M²
7.4 - MURO DE CONTORNO	M²
7.5 - MURETA	M²
7.6 - CALÇADA DE CONTORNO	M²
7.7 - CALÇADA DE FRENTE	M²

a) ÁREA DO TERRENO

M²

b) ÁREA COBERTA

M²

c) ÁREA DE CONST.

M²

d) ÍNDICE DE OCUP.

(b/a)²

e) ÍNDICE DE APROV.

(b/a)²

João Pessoa, _____ de _____ de 20____

Ass. do Resp. pelo PROJETO

Ass. do Resp. pela CONSTRUÇÃO

PARA USO DA REPARTIÇÃO

1 - CLASSIFICAÇÃO

1.1 PADRÃO DA CONSTRUÇÃO

LUXO		

NORMAL		

2 - CÁLCULOS

2.1 - ÍNDICE DE OCUPAÇÃO

ALTO		

BAIXO		

ÁREA COBERTA	M²	÷	ÁREA TERRENO	M²	=	
--------------	----	---	--------------	----	---	--

2.2 - ÍNDICE DE APROVEITAMENTO

ÁREA CONSTRUÇÃO	M²	÷	ÁREA TERRENO	M²	=	
-----------------	----	---	--------------	----	---	--

EM, _____ DE _____ DE _____

3 - TRIBUTOS

3.1 - IMPOSTOS S/ SERVIÇOS

VALOR TRIBUTÁVEL (R\$)	X	ALÍQUOTA (X)	=	IMPOSTO R\$
------------------------	---	--------------	---	-------------

3.2 - TAXA DE LICENÇA

ÁREA CONSTRUÍDA (M²)	X	TAXA / M² (R\$)	=	TAXA R\$
----------------------	---	-----------------	---	----------

VISTO: Diretor

Em, _____ de _____ de 20____

Funcionário